



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

AMANDA DE OLIVEIRA MARTO

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DO OBJETO “HISTÓRIA EM QUADRINHOS”:**  
um estudo a partir de registros elaborados por bibliotecas universitárias

BRASÍLIA - DF  
2023

AMANDA DE OLIVEIRA MARTO

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DO OBJETO “HISTÓRIA EM QUADRINHOS”:**  
um estudo a partir de registros elaborados por bibliotecas universitárias

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB).

**Orientador:** Professor Dr. Márcio Bezerra da Silva

BRASÍLIA - DF  
2023

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M387r Marto, Amanda de Oliveira

Representação descritiva do objeto “História em Quadrinhos” : um estudo a partir de registros elaborados por bibliotecas universitárias / Amanda de Oliveira Marto. – Brasília, 2023.  
142 f. : il.

Orientador: Professor Doutor Márcio Bezerra da Silva.

Monografia de Graduação em Biblioteconomia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

1. Representação descritiva da informação. 2. Histórias em quadrinhos. 3. AACR2. 4. MARC. 5. RDA. 6. Multimeios. I. Silva, Márcio Bezerra da, orient. II. Título.

CDU: 025.3:741.5

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DO OBJETO “HISTÓRIA EM QUADRINHOS”:  
um estudo a partir de registros elaborados por bibliotecas universitárias

**Autor(a):** Amanda de Oliveira Marto

Monografia apresentada em **15 de dezembro de 2023** à Faculdade de  
Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr. Márcio Bezerra da Silva  
Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Felipe Augusto Arakaki  
Membro Externo (Professora Aposentada): Dra. Dulce Maria Baptista

Em 20/10/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Bezerra da Silva,**  
**Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da**  
**Informação**, em 04/01/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com  
fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Augusto Arakaki, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 05/01/2024, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

---



Documento assinado eletronicamente por **DULCE MARIA BAPTISTA, Usuário Externo**, em 08/01/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10767287** e o código CRC **DAEA280F**.

---

**Referência:** Processo nº 23106.000844/2024-53

SEI nº 10767287

*Dedico a todos aqueles que contribuíram  
diretamente ou indiretamente para que eu  
alcançasse este grande objetivo de vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Gardenia, por me incentivar em todos os momentos e me encorajar em situações difíceis, e por ser minha grande inspiração.

Ao meu falecido avô, João Henrique, por ter provido valor sentimental ao longo da minha jornada de aprendizagem, desde a educação básica, sendo meu incentivador nos estudos desde sempre, meu grande motivo de não desistir. De onde ele estiver, quero transmitir minha sincera gratidão.

À minha querida irmã, Dhulia, por ser o meu exemplo. À minha sobrinha, Giovanna, por quem tenho grande carinho e pretendo ser, no futuro, sua grande incentivadora.

Ao meu noivo, Gabriel, por estar comigo nos momentos difíceis e por me apoiar incessantemente em cada situação desafiadora.

Ao meu amigo Fabrício, que me concebeu essa incrível ideia de pesquisar sobre as Histórias em Quadrinhos, por ser um leitor assíduo deste estilo e por acreditar no meu potencial.

Ao meu Professor Orientador, Márcio Bezerra da Silva, por toda a paciência, pelo apoio nas situações adversas que surgiram e pela maestria em ensinar.

A todos os meus amigos que me apoiaram e incentivaram ao longo da minha graduação, ao longo da escrita desta monografia deste período. E a todos os professores da Universidade de Brasília, em especial da Faculdade de Ciência da Informação, que serviram como fonte de inspiração ao longo de cada disciplina cursada.

*“O sucesso ou o insucesso de um grande empreendimento é decidido pela capacidade de dar atenção aos pequenos detalhes”.*

**José Julián Martí Pérez**



## RESUMO

Pesquisa que sucede uma análise da descrição de obras de histórias em quadrinhos a partir da comparação entre registros bibliográficos elaborados por bibliotecas universitárias. Fundamenta-se em materiais sobre representação descritiva da informação, Conferência de Paris, *Anglo-American Cataloging Rules* (segunda edição), *Machine Readable Cataloging*, *Functional Requirements for Bibliographic Records*, *Resource Description and Access*, multimeios e histórias em quadrinhos. Adota uma metodologia de pesquisa qualificada como dedutiva, básica, descritiva, comparativa, bibliográfica, documental, quantitativa e qualitativa. Realiza uma coleta de registros bibliográficos de histórias em quadrinhos elaborados por bibliotecas universitárias do Distrito Federal, considerando como critérios analíticos a catalogação de primeiro nível e a identificação de campos e subcampos que denotam características peculiares às obras do tipo histórias em quadrinhos. Resulta na análise de quatro registros bibliográficos, sendo um alusivo a um mangá, um sobre gibi e dois sobre *graphic novels*, maxi e minisséries. Observa-se nos resultados que três instituições utilizam o formato *Machine Readable Cataloging* e uma adota o *Anglo-American Cataloging Rules* (segunda edição), assim como identifica-se a presença de campos à luz do primeiro nível de catalogação, sendo que quatro estão em todos os registros analisados. Aponta nos resultados um conjunto de subcampos referentes a especificidades que as HQ carregam consigo, centradas em um apelo visual, como o título e suas variações, a indicação de responsabilidade, o tipo de obra, a maneira de leitura, a tematização/classificação por área do conhecimento e/ou por tipo de histórias em quadrinhos etc. Apresenta uma proposta de campos para a catalogação de histórias em quadrinhos a partir dos registros bibliográficos analisados, incluindo ponderações para cada sugestão. Conclui-se que a descrição de histórias em quadrinhos segue instrumentos de catalogação consolidados, ou seja, o *Anglo-American Cataloging Rules* (segunda edição) e o formato *Machine Readable Cataloging*, que duas bibliotecas atingem totalmente e outras duas atendem parcialmente a catalogação de primeiro nível, que os materiais analisados se expressam por campos que indicam o formato das obras, que se manifestam segundo um conjunto de subcampos que retratam o tipo de item estudado, como número normalizado, título, responsabilidades, detalhes físicos, periodicidade, notas etc., e são tematizados a partir de informações de subdivisão geográfica e áreas do conhecimento.

**Palavras-chave:** Representação descritiva da informação. *Anglo American Cataloging Rules*. *Machine Readable Cataloging*. *Resource Description and Access*. Histórias em quadrinhos.

## ABSTRACT

This research follows an analysis of the description of comic books based on a comparison between bibliographic records produced by university libraries. It is based on materials on the descriptive representation of information, the Paris Conference, the Anglo-American Cataloging Rules (second edition), Machine Readable Cataloging, Functional Requirements for Bibliographic Records, Resource Description and Access, multimedia and comics. It adopts a research methodology qualified as deductive, basic, descriptive, comparative, bibliographical, documental, quantitative and qualitative. It collects bibliographic records of comics from university libraries in the Federal District, considering first-level cataloging and the identification of fields and subfields that denote specific characteristics of comic-type as analytical criteria. The result is an analysis of four bibliographic records, one of which refers to a manga, one to a comic book and two to graphic novels, maxi and miniseries. The results show that three institutions use the Machine Readable Cataloging format and one adopts the Anglo-American Cataloging Rules (second edition), as well as identifying the presence of fields in the light of the first level of cataloging, four of which are found in all the records analyzed. The results show a set of subfields referring to the specificities that comics carry with them, centered on a visual appeal, such as the title and its variations, the indication of responsibility, the type of work, the way of reading, thematization/classification by area of knowledge and/or by type of comics, among others. It presents a proposal of fields for cataloging comics based on the bibliographic records analyzed, including considerations for each suggestion. It concludes that the description of comics follows consolidated cataloging instruments, i.e. the Anglo-American Cataloging Rules (second edition) and the Machine Readable Cataloging format, that two libraries fully comply and two others partially comply with first level cataloging, that the materials analyzed are expressed by fields that indicate the format of the works, which are manifested according to a set of subfields that portray the type of item studied, such as standardized number, title, responsibilities, physical details, periodicity, notes, etc, and are thematized using information on geographical subdivision and areas of knowledge.

**Keywords:** Descriptive representation of information. Anglo American Cataloging Rules. Machine Readable Cataloging. Resource Description and Access. Comics.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Exemplo de ficha catalográfica.....	45
<b>Figura 2:</b> Exemplo de registro bibliográfico (MARC): livro.....	54
<b>Figura 3:</b> Entidades e relações primárias (Grupo 1 - FRBR).....	59
<b>Figura 4:</b> Relacionamentos entre entidades (Grupos 1 e 2 - FRBR).....	61
<b>Figura 5:</b> Exemplos de álbuns e edições encadernadas.....	77
<b>Figura 6:</b> Exemplo de cartum.....	78
<b>Figura 7:</b> Exemplo de charge.....	79
<b>Figura 8:</b> Exemplo de fanzine.....	79
<b>Figura 9:</b> Exemplos de gibis.....	80
<b>Figura 10:</b> Exemplos de graphic novels.....	81
<b>Figura 11:</b> Exemplo de mangá.....	82
<b>Figura 12:</b> Exemplo de publicação variada (tirinha em um livro didático).....	82
<b>Figura 13:</b> Exemplo de quadrinhos em jornal.....	83
<b>Figura 14:</b> Exemplo de storyboards.....	84
<b>Figura 15:</b> Exemplo de tirinha.....	84

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Elementos básicos do <i>Dublin Core</i> .....	29
<b>Quadro 2:</b> Estrutura (em seções) do código AACR2.....	42
<b>Quadro 3:</b> Estrutura básica do AACR2 (regras gerais para descrição).....	43
<b>Quadro 4:</b> Exemplo de registro com dados de primeiro nível (AACR2).....	45
<b>Quadro 5:</b> Estrutura básica dos cabeçalhos, títulos uniformes e remissivas.....	47
<b>Quadro 6:</b> Exemplo de registro com dados de segundo nível (AACR2).....	49
<b>Quadro 7:</b> Campos de controle do formato MARC.....	52
<b>Quadro 8:</b> Campos de dados do formato MARC.....	52
<b>Quadro 9:</b> Elementos descritivos de um registro bibliográfico (MARC).....	55
<b>Quadro 10:</b> Entidades por grupo (FRBR).....	58
<b>Quadro 11:</b> Exemplo de atributos entre entidades FRBR.....	62
<b>Quadro 12:</b> Tarefas dos usuários (FRBR).....	62
<b>Quadro 13:</b> Tarefas dos usuários (FRAD).....	63
<b>Quadro 14:</b> Estrutura da RDA (seções e capítulos para atributos e relações).....	69
<b>Quadro 15:</b> Exemplo de registro bibliográfico (RDA): <i>audio book</i> .....	69
<b>Quadro 16:</b> Terminologia entre AACR2 e RDA.....	72
<b>Quadro 17:</b> Atributos básicos de HQ.....	75
<b>Quadro 18:</b> Características da pesquisa.....	87
<b>Quadro 19:</b> Bibliotecas que participaram da pesquisa e seus objetos de HQ.....	91
<b>Quadro 20:</b> Registro MARC da biblioteca do Campus Gama/IFB.....	92
<b>Quadro 21:</b> Registro MARC da biblioteca do Campus Samambaia/IFB.....	94
<b>Quadro 22:</b> Registro MARC da BCE/UnB.....	95
<b>Quadro 23:</b> Registro AACR2 da biblioteca do UNICEUB.....	98
<b>Quadro 24:</b> Campos adotados nos registros bibliográficos analisados.....	99
<b>Quadro 25:</b> Campos/subcampos que representam especificidades das HQ.....	104
<b>Quadro 26:</b> Proposta de campos para a catalogação de HQ.....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloging Rules
AACR2	Anglo American Cataloguing Rules 2nd edition
ABCD	Automação de Bibliotecas e Centros de Documentação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACOC	Australian Committee on Cataloguing
ALA	American Library Association
ANSI	American National Standards Institute
BCE	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BIBFRAME	Bibliographic Framework Initiative
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
BL	British Library
BN	Biblioteca Nacional
B-So	Biblioteca Campus Sorocaba
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CCC	Canadian Committee on Cataloguing
CDS/ISIS	Computerized Documentation System/Integrated Scientific Information System
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CILIP	Chartered Institute of Library and Information Professionals
CIP	cataloging-in-publication
CLA	Canadian Library Association
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoP	Committee of Principals
DC	Dublin Core
DCMI	Dublin Core Metadata Initiative
DGM	Designação Geral do Material
DOI	Digital Object Identifier
ECA/USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários Cientistas de Informação e Instituições
FGA	Faculdade do Gama
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
FRANAR	Requirements of Authority Numbering and Records
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAD	Functional Requirements for Subject Authority Data
HQ	Histórias em Quadrinhos
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
ICP	Princípios Internacionais de Catalogação
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFLA	International Federation of Libraries Associations
IMES	Centro Universitário de Ensino Superior de São Caetano
ISBD	International Standard Bibliographic Description

ISBD(G)	General International Standard Bibliographic Description
ISBN	International Standard Book Number
ISBN	International Standard Book Number
ISIS	Integrated Scientific Information System
ISO	Organization for Standardization
ISSN	International Standard Serial Number
JPEG	Joint Pictures Expert Group
JSC	Joint Steering Committee
LC	Library of Congress
LCSH	Library of Congress Subject Headings
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARC	Machine Readable Cataloging
MER	Modelo Entidade Relacionamento
NBR	Norma Brasileira
OCDE	Comunidade Européia e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCLC	Online Computer Library Center
OI	Organização da Informação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Online Public Access Catalog
PDF	Portable Document Format
RDA	Resource Description and Access
RDF	Resource Description Framework
RDI	Representação Descritiva da Informação
RECON	Retrospective Conversion
RFC	Request For Comments
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas de Catalogação
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEUB	Centro Universitário de Brasília
UNISIST	United Nations Information System in Science and Technology
URI	Uniform Resource Identifier
URL	Uniform Resource Locator
W3C	World Wide Web Consortium
WWW	World Wide Web
XML	Extensible Markup Language

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	21
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	24
2.1 GERAL.....	24
2.1 ESPECÍFICOS.....	24
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	25
3.1 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: um panorama catalográfico.....	25
3.2 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO.....	32
<b>3.2.1 Códigos a partir da Conferência de Paris</b> .....	35
3.3 CÓDIGO AACR2.....	41
<b>3.3.1 Parte I</b> .....	43
<b>3.3.2 Parte II</b> .....	46
3.4 FORMATO MARC: modelo catalográfico digital.....	49
<b>3.4.1 Estrutura para descrição</b> .....	51
3.5 MODELO FRBR.....	56
<b>3.5.1 Tarefas de usuários</b> .....	62
3.6 DIRETRIZES RDA.....	64
<b>3.6.1 Composição estrutural</b> .....	67
3.7 HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: breve histórico, características e formatos.....	72
3.7.1 TIPOS.....	75
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	87
4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	88
4.2 CONTEXTO DA PESQUISA.....	89
4.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	89
<b>5 RESULTADOS</b> .....	91
5.1 REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS: identificação dos campos.....	92
5.2 REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS: qualificações dos campos.....	100
5.3 QUADRO DESCRITIVO: proposta.....	107
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
<b>ANEXO A - Registro bibliográfico de um mangá</b> .....	139
<b>ANEXO B - Registro bibliográfico de um gibi</b> .....	140
<b>ANEXO C - Registro bibliográfico de um <i>graphic novels</i>, <i>maxi</i> e minisséries</b> .....	141
<b>ANEXO D - Registro bibliográfico de um <i>graphic novels</i>, <i>maxi</i> e minisséries</b> .....	142

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do advento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o termo Sociedade da Informação foi apresentado, delimitando uma temporalidade iniciada como Sociedade Pós-Industrial, marcada pelas “[...] mãos da globalização neoliberal, cuja principal meta foi acelerar a instauração de um mercado mundial aberto e ‘auto-regulado’” (Burch, 2005, p. 2).

O contexto da Sociedade da Informação originou-se em 1973, por Daniel Bell em seu livro *O Advento da Sociedade Pós-industrial*, obra que exerceu importante papel na compreensão do fenômeno que se consolidava na época. Historicamente, a partir do anos 1990, fóruns de discussão internacional (Comunidade Européia e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE), agências internacionais (Organização das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação<sup>1</sup> e Banco Mundial), organismos multilaterais (Organização Mundial do Comércio - OMC e Fundo Monetário Internacional - FMI) e países desenvolvidos consolidaram a expressão “Sociedade da Informação”, fato que resultou na criação da sua primeira Cúpula Mundial, em 2003 (Kerbaui, 2009).

Na Sociedade da Informação, naturalmente, o sentido de comunicação ampliou-se, fenômeno em que “ [...] os sujeitos desenvolvem trocas significantes – mantêm papel estruturante e não acessório (ornamental, suplementar, marginal) na definição da cultura e dos fenômenos sociais” (Marteleto, 2010, p. 38). Desenharam-se, portanto, processos sociais em que a associação e compreensão de informações absorvidas geram um novo conhecimento, apontado por Bassetto e Belluzzo (2013) como sendo um bem intangível, o qual permite a compilação e a organização de ideias no intelecto humano para possíveis recuperações futuras.

Contudo, para que a informação seja compreendida e, assim, constitua um conhecimento, faz-se necessário adotar estratégias de representação como descrever um objeto<sup>2</sup>, baseado em suas características, tornando-o real e único. Ao se pensar na representação da informação, estampa-se preocupação com a recuperação do que é ofertado, cenário peculiar às bibliotecas, independente de

---

<sup>1</sup> *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

<sup>2</sup> Neste trabalho, a palavra “objeto”, ao ser mencionada, refere-se às expressões “objeto informacional” ou “recurso informacional”. Para Buckland (1997), Löw e Rocha (2019), o termo “objeto” é uma representação para documento, o qual passa por processos documentários para transmitir informações.



serem físicas ou digitais. Nas bibliotecas ocorre o tratamento das informações que simbolizam os seus acervos, no caso, a partir dos dados contidos em cada obra. Em outras palavras, acontece a representação descritiva da informação (RDI), a qual “[...] contempla os dados ligados à produção editorial dos documentos, tais como o responsável pela obra, título da publicação, editor, ano de publicação, número de páginas” (Galvão, 1998, p. 48). Como resultado têm-se os intitulados catálogos, formados por conjuntos de registros que refletem certo acervo. Afirma-se, portanto, que “[...] o registro de um catálogo é uma estrutura para representação de um documento” (Okada; Ortega, 2009, p. 19).

No cerne da RDI está a catalogação, essencialmente baseada em regras de padronização, o que pode ser um desafio para os profissionais da informação, como os bibliotecários, pois não segui-las pode revelar problemas na identificação do documento e, conseqüentemente, na recuperação de informações. Por outro lado, ao acatar regras de catalogação será possível indicar “[...] pontos de acesso que remetam a estes elementos. Os pontos de acesso devem ser controlados de modo a evitar ambigüidade ou dúvida na informação” (Okada; Ortega, 2009, p. 20).

Na variedade dos padrões descritivos encontra-se o *Anglo American Cataloguing Rules 2nd edition* (AACR2), código desenvolvido a partir de decisões internacionais entre os anos de 1960 e 1970, baseados em acordos que estabeleceram tanto orientações para a catalogação quanto o intercâmbio bibliográfico entre bibliotecas (Cavalheiro; Arakaki, 2023; Dumer, 2019).

A iniciativa para criação do código AACR2 contou com a participação do também responsável pelo desenvolvimento da primeira versão do código, a *Joint Steering Committee (JSC) for the Anglo American Cataloguing Rules*<sup>3</sup>, juntamente com a *International Federation of Libraries Associations* (IFLA), após a Reunião Internacional de Especialistas de Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, no ano de 1969. Basicamente, o comitê JSC revisou os princípios básicos do AACR com fins de viabilizar e aprovar a criação de uma nova edição do código (Cavalheiro; Arakaki, 2023; Fernandes, 2014; Tabosa; Paes, 2012).

---

<sup>3</sup> A Comissão Executiva Conjunta para Revisão do Código de Catalogação Anglo Americano constitui-se como um conglomerado “[...] composto por representantes de seis grandes comunidades de catalogação anglo-americanas, a American Library Association (ALA), o Australian Committee on Cataloguing (ACOC), a British Library (BL), o Canadian Committee on Cataloguing (CCC), o Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), e a Library of Congress (LC)” (Cavalcanti, 2013, p. 53).

Posteriormente, dando mais um passo evolutivo nas padronizações de documentos, como resposta às tecnologias digitais que fomentam novos formatos e meios de publicar conteúdos, surge a *Resource Description and Access* (RDA)<sup>4</sup>, recebendo esta nomenclatura em 2005. Conforme Fusco (2010), a RDA<sup>5</sup> traduz-se em uma descrição e acesso dos objetos pensados para o meio digital, abarcando os mais variados tipos de conteúdos e mídias, além de permitir que o usuário encontre, identifique, selecione e obtenha a informação que necessita.

Em suma, a RDA surgiu para preencher lacunas referentes às normas anteriores, especialmente na adequação ao surgimento de suportes informacionais advindos de TIC, apresentando novas características e exigindo revisão nas formas de descrevê-los. Segundo Hatsek (2012), o diferencial da RDA, em relação ao AACR2, está em sua estrutura adaptável aos objetos de diferentes conteúdos e suportes, aplicável nos meios analógico e digital, inclusive em sentido versátil, pois não se limita ao contexto da organização bibliográfica.

Com o foco no usuário e preocupado em oferecer uma aproximação às interfaces de ambientes digitais, comuns na contemporaneidade, observa-se que “[...] uma das mais significantes modificações provocadas pela RDA é a melhoria da navegação no catálogo e da visualização de seus registros bibliográficos pelos usuários” (Hatsek; Hilleshein, 2013, p. 1). Ainda ressalta-se a flexibilidade da RDA pela sua disposição a diferentes comunidades, podendo ser empregado por arquivos, museus entre outros. A RDA também destaca-se por alinhar os metadados conforme as necessidades organizacionais, como biblioteca e patrimônio cultural (Cavalcanti, 2013; Cavalheiro; Arakaki, 2023).

O *Machine Readable Cataloging* (MARC), como um modelo que cria registros legíveis por computadores “[...] por meio de seu esquema de metadados e esquemas associados (princípios e códigos de catalogação), com o intuito de intercambiar metadados descritivos ou mais especificamente metadados bibliográficos” (Alves, 2010, p. 70). Ainda, apresenta uma característica em comum com a RDA que é a

---

<sup>4</sup> Com base em Cavalheiro e Arakaki (2023, p. 8), “[...] códigos são conjuntos de normas que devem ser seguidos, enquanto as diretrizes são instruções e indicações flexíveis, que podem ser também consideradas como rascunhos de planos delineados a depender da instituição que a está utilizando. Deste modo, optou-se por utilizar o artigo ‘a’ para se referir a *Resource Description and Access* (RDA), pois considera-se a RDA, como um conjunto de diretrizes para catalogação de recursos informacionais [...]”.

<sup>5</sup> Definida como “[...] um pacote de elementos de dados” (Oliver, 2021, p. 20, tradução nossa).

catalogação<sup>6</sup> de objetos bibliográficos especiais, chamados de multimeios, os quais são classificados segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 254) da seguinte forma:

Documentos que não se apresentam na forma impressa convencional podendo ser incluídos numa das categorias mencionadas a seguir: audiovisuais, visuais, auditivos, legíveis por máquinas (cartões perfurados, fitas, fitas magnéticas, discos magnéticos e outros suportes semelhantes), microformas, rélia [sic.] (coisas reais ou autênticas, incluindo itens como objetos, espécimes, amostras e artefatos). [...] Com o aperfeiçoamento e a utilização crescente dos computadores o termo 'multimeios' ficou mais restrito aos diversos suportes de informação, tradicionalmente utilizados até então. O termo 'multimeios' foi definido, a partir do início dos anos 1990.

Os multimeios são também conhecidos como “[...] recursos audiovisuais, materiais não impressos, materiais especiais, não gráficos, materiais não bibliográficos e mídias” (Carvalho; Almeida, 2019, p. 184). Esses materiais, cuja premissa é ser diferente do usual, trazem consigo revoluções e desafios. Ainda sobre a perspectiva das autoras, o viés dessa tipologia é definitivamente sair do comum e percorrer caminhos fora do que é considerado tradicional nas bibliotecas.

A variedade de suportes pode ser um desafio aos bibliotecários na elaboração de registros, diante de peculiaridades que excedem aos livros em seu caráter tradicional, como é o caso das Histórias em Quadrinhos (HQ), exigindo especificidades no tratamento, acondicionamento (quando físicos) e disponibilização. Essa multiplicidade é um fomento de atualização aos códigos, perceptível, por exemplo, na idealização da RDA, enquanto um natural reflexo imposto pelos materiais que possuem cunho digital.

Considerando a adoção de códigos e formatos de catalogação específicos para a elaboração de registros bibliográficos de HQ, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui a seguinte estrutura: na Seção 1 são apresentados o tema, a problematização, a justificativa e os objetivos; na Seção 2 mostra-se a fundamentação teórica, discorrendo sobre RDI, a partir de catálogos, abordando códigos, com ênfase no AACR2 e na RDA, realizando apontamentos sobre formatos eletrônicos, especialmente MARC e FRBR, e elencando conceitos e características do objeto de estudo, ou seja, HQ; seguindo (Seção 3), a metodologia da pesquisa é apresentada; a Seção 4 corresponde a análise dos dados coletados mediante registros do objeto de estudo, os quais, de acordo com suas

---

<sup>6</sup> A catalogação é uma ação da RDI. Nesta pesquisa se adota a expressão RDI para tratar de aspectos descritivos, incluindo a catalogação.

peculiaridades, foram descritos a partir de instrumentos de catalogação específicos; finalmente, a Seção 5 exhibe as considerações finais da pesquisa.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Ao longo dos tempos, as bibliotecas vêm se transformando, repaginando formas de acessar, tratar e disseminar informação dos materiais. Nos primórdios, as bibliotecas possuíam como principal característica a guarda de livros e demais suportes acomodados em seu espaço, como uma espécie de custódia informacional.

Em função dos avanços tecnológicos, não sendo exclusivamente digitais, e de movimentos sociais e culturais, a biblioteca absorveu influências, sendo possível destacar a invenção da imprensa, e, logo depois, o início da Renascença, em meados do século XV. As bibliotecas passam a assumir o caráter de propulsoras da disseminação da informação. Santos (2012) afirma que a época do Renascimento foi de significativa mudança para a economia política da leitura, exercendo influência sobre o sistema de comunicação humana enquanto instituição social.

Já no século XXI, as atribuições das bibliotecas, na década de 60, transitavam entre o acúmulo de produção bibliográfica e o papel de depositária, enquanto que nos anos 1970, com a evolução de TIC, a qual revelou a impossibilidade de suportar o grande volume de produção naquele momento, o foco das atividades concentrou-se no compartilhamento e no acesso à informação (Melo; Marques; Pinho, 2014).

O impacto das TIC foi tamanho que as atividades normalmente realizadas pelas bibliotecas foram se transformando tanto em sentido funcional quanto ferramental, alterando, conseqüentemente, na maneira como as obras dos acervos passaram a ser tratadas, organizadas e disponibilizadas (França; Carvalho, 2018). Não sendo diferente, mudanças foram assumidas pelas bibliotecas universitárias, especialmente no apoio às pesquisas desenvolvidas em suas instituições, necessitando “[...] de estruturas informacionais adequadamente capazes de atender, de forma satisfatória às necessidades dos pesquisadores e gerar informações indispensáveis ao fomento das atividades de pesquisa” (Ohira, 1998, p. 73). Para tanto, exige-se um conjunto de tarefas para que os documentos sejam recuperáveis, comumente chamado de processamento técnico, realizado por bibliotecários. As

ações de catalogação, indexação e classificação exercem a função de representar as informações contidas nos documentos (Santa Anna, 2018). Contudo, atenta-se ao fato de que as informações do acervo devem seguir o propósito de suas instituições mantenedoras, contribuindo para apoiar e subsidiar as ações técnicas para o exercício acadêmico (Morigi; Pavan, 2004).

A diversificação nos formatos dos suportes dos documentos que compõem os acervos é mais uma característica que deve ser pontuada, ocasionando nos chamados multimeios, qualificados como materiais que geram dificuldades no momento de sua organização, o que pode culminar em incertezas sobre a prática correta no processamento técnico a ser realizado pelos bibliotecários (Rezende; Lacerda; Carvalho, 2020).

Entre os exemplos de multimeios encontram-se todos os materiais diferentes dos habituais, diferentes de livros, teses, dissertações, revistas etc. Dentre a vasta diversidade de suportes encontram-se: atlas; material cartográfico (mapas); globos; jogos; brinquedos etc. A crescente produção desses formatos também propiciou variação atrativa aos usuários. À vista disso, as competências adquiridas na catalogação dos materiais bibliográficos ditos tradicionais devem ser adaptadas conforme o multimeio a ser representado (Amaral, 1987), diante de desafios provenientes do processo de análise e compreensão das características de materiais diferentes de livros, como é o caso de HQ, assim como defendem Souza e Toutain (2010, p. 83):

Esta compreensão torna-se especialmente desafiante na medida em que se percebe que os quadrinhos são compostos de informações textuais, verbais, gestuais etc. formando uma linguagem própria que torna dificultoso seu tratamento e organização por parte do profissional da informação não familiarizado com sua leitura.

Os bibliotecários estão conseguindo, mesmo que aos poucos, proporcionar um melhor serviço, assumindo mais atenção tanto nas características do material quanto no leitor de quadrinhos. Pensando em HQ, as atividades de tratamento podem seguir três níveis: seleção, coleta e aquisição no primeiro; organização e disseminação no segundo; e preservação no último (Vergueiro, 2005).

Considerando a existência de bibliotecas universitárias no Distrito Federal (DF) que possuam acervos de multimeios, como é o caso da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB), vislumbra-se um cenário de práticas no

tratamento de HQ, sinalizado por elementos (mínimos) necessários para representá-los e padrões/formatos internacionais de catalogação adotados. Neste sentido, idealizando registros bibliográficos que se aproximem da fidelidade conceitual de HQ, evitando que especificidades, naturais pelo tipo de material assumido, sejam desconsideradas e/ou negligenciadas, surge o problema da pesquisa: *Como procede-se a descrição de HQ pelas bibliotecas universitárias do DF, considerando instrumentos de catalogação e correspondentes elementos?*

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Pesquisas acerca do processamento técnico de multimeios, como as HQ, trazem especificidades sobre organização, distribuição e preservação, vivenciadas, por vezes, pela necessidade de adequação das práticas exercidas por bibliotecários. Por outro lado, benefícios pela adoção de HQ não podem ser negados, assim como defende Santos (2001), vistas como um recurso de *marketing*, como um instrumento de transmissão de conhecimento e de perpetuidade ao hábito da leitura, de forma entusiasmada pelos leitores, com relevância admitida por educadores, pais e membros de movimentos (populares e comunitários).

A forma de interação dos usuários com o objeto HQ também é um aspecto peculiar, diante de um estilo de leitura que atrai as pessoas, independente da faixa etária, da sua forma de abordagem de assuntos, das ilustrações, dos personagens e das edições de lançamento, características que reforçam a exigência de um tratamento específico em relação ao tradicional formato reconhecido nos livros. Para Xavier (2019), HQ intensifica as habilidades interpretativas dos estudantes, a leitura apresenta-se de maneira mais descontraída e livre, e o público pode transitar entre os estilos retratados.

Aliando o visual ao escrito, as histórias em quadrinhos tornaram-se um meio de comunicação de massa de grande penetração, podendo-se dizer até mesmo que, junto com o cinema, caracterizam a comunicação de massa no século 20. Publicadas inicialmente em jornais, o aparecimento das revistas em quadrinhos (conhecidas como comic books) durante a década de 1930 possibilitou a ampliação do meio praticamente todos os países do mundo (Vergueiro, 2005, p. 2).

O objeto HQ também é visto como ferramenta pedagógica, abordagem essa presente em um experimento desenvolvido na UnB, especificamente no Curso de

Engenharias, localizado na Faculdade do Gama (FGA). Por intermédio da disciplina *Cálculo*, o experimento propôs identificar o estilo que melhor se aplicava à aprendizagem de uma turma escolhida. Na primeira etapa, foram elaboradas “tirinhas argumentadas” compostas por conteúdos disciplinares de Matemática, os quais deveriam ser usados para a resolução dos problemas expostos. Na segunda etapa, os próprios discentes tiveram a oportunidade de construir HQ com suas próprias ideias, resultando em “tirinhas humorísticas” embasadas em conteúdos assimilados durante as aulas. Para finalizar, um questionário de avaliação foi disponibilizado aos alunos que identificaram contribuições da proposta na compreensão dos conteúdos acadêmicos, o que refletiria em um melhor índice de aprovação na disciplina (Evangelista, 2020).

Evidências de que HQ funcionam como transmissoras de informação, de forma interdisciplinar, ao elencar narrativas, contextos e costumes, e atingindo distintas camadas sociais, sinalizam a relevância deste tipo de material para compor o acervo das bibliotecas universitárias. A realização de atividades a partir do consumo de HQ “[...] como fonte primária incorpora-se progressivamente à esfera acadêmica, legitimando sua leitura não apenas como fruição estética e entretenimento, mas como prospecção de informações relevantes” (Bari; Vergueiro, 2007, p. 22). Associada a esta assertiva está um conjunto de exemplos de registros bibliográficos que foi apresentado na disciplina *Catálogo*, especialmente aqueles em que os atributos dessas descrições não contemplavam, pelo menos, uma catalogação de primeiro nível (campos básicos). Portanto, considerando tanto a existência de especificidades que os suportes do tipo HQ carregam consigo quanto a catalogação dita básica, surgiu a motivação pela escolha do tema da presente pesquisa.

A magnitude do mercado de quadrinhos, promovendo aos leitores a fascinante fluidez de narrativas, em uma gigante dimensão de personagens, resume o interesse pessoal pelo tema. O consumo de HQ ocorre desde a infância, marcando, inclusive, o início da leitura enquanto prática. Recentemente, o interesse pelo tema alimentou-se quando um colega de trabalho sugeriu a realização de uma pesquisa sobre HQ, declarando que pouco encontrava ao buscar por materiais acadêmicos, além de ser um leitor assíduo deste tipo de publicação.

O local criado pela BCE/UnB, denominado “Espaço Pop”, é mais uma motivação sobre o tema. Conforme a BCE (2022?), trata-se de um ambiente para

descontração social e promoção do conhecimento da cultura dos quadrinhos, cultura pop entre outras atividades de entretenimento, ao passo que almeja ser referência nacional e internacional na oferta de HQ.

Espaços de HQ retratam cenários de mutação, onde as tradicionais práticas exercidas são alteradas. Essa transitoriedade de materiais, suportes e espaços norteiam as atividades e impulsionam as mudanças na profissão do bibliotecário para atender os usuários que usufruem de serviços (Morigi; Pavan, 2004) e produtos ofertados pelas unidades de informação, como é o caso do “Espaço Pop” da BCE/UnB.



## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

- Analisar a descrição de obras de HQ a partir da comparação entre registros bibliográficos elaborados por bibliotecas universitárias do DF.

### 2.1 ESPECÍFICOS

- Identificar os campos adotados para descrever as obras;
- Verificar se os registros contemplam a catalogação de primeiro nível;
- Apontar especificidades descritivas que retratam o tipo de obra estudado;
- Propor um quadro descritivo baseado nos registros recebidos.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica aplica-se à necessidade de alcançar discussões literárias sobre um tema, baseadas em pesquisas científicas, o que permite tanto formular novas teorias como consolidar visões já empreendidas. Enquanto uma seção de trabalhos de pesquisa, a fundamentação teórica compreende-se em uma discussão temática, “[...] na forma de um debate entre os autores consultados, com o objetivo de identificar posturas, ideias e opiniões através de uma análise crítica e reflexiva dos seus conteúdos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 253).

De acordo com fontes, a fundamentação teórica situa o tema em relação às áreas estudadas, condizentes com a realidade em que o tema se encontra, ao passo que contribui para a comunidade científica (Prodanov; Freitas, 2013). No caso, o presente estudo constitui-se das seguintes temáticas: representação da informação, no que tange ao panorama descritivo; instrumentos para descrição (códigos e formatos); e HQ, considerando características, exemplos e práticas sobre sua trajetória ao longo dos anos.

#### 3.1 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: um panorama catalográfico

De forma ampla, entende-se representação como uma necessidade humana de simbolizar coisas, caracterizar informações, sistematizar mensagens. Segundo Baptista (2007), ações empreendidas no processamento das informações fazem parte da natureza do indivíduo, imprescindíveis para a geração do conhecimento e, conseqüentemente, para a proliferação de ideias.

Em sentido documentário, elenca-se a representação da informação, a qual ocorre em três níveis: primário, partindo do abstrato ao concreto, ou seja, das concepções individuais (pensamento) ao objeto; secundário, partindo do concreto ao simbólico, isto é, do objeto para a sua representação; e terciário, partindo da representação (simbólico 1) até sua localização (simbólico 2), que pode assumir nova representação mediante o uso da metalinguagem, ou seja, localizar um objeto mediante o uso dessa metalinguagem. (Baptista, 2007).

A representação da informação dita como primária adota uma linguagem simbólica para reproduzir um objeto, adotando conceitos detalhados sobre ele, o que gera conhecimento. No caso do nível secundário, a representação define os pontos

de acesso ao conhecimento gerado na etapa anterior, destinados a permitir que os documentos, que registram o conhecimento produzido, sejam futuramente recuperados (Alvarenga, 2003).

Ao considerar o ato de representar como um processo cognitivo, realizado pelos indivíduos, observa-se que há o registro de percepções humanas em uma estrutura documental, por meio das práticas de identificar, interpretar, refletir e codificar. Têm-se, de forma documentária, o processamento técnico, sendo uma tarefa que extrai características pertinentes de um objeto, sintetizando sua descrição física e definindo caminhos (pontos) para que ele seja acessado. Quando sintetizadas e registradas, informações desse objeto serão insumos para catálogos, bibliografias, índices, bases de dados entre outros ambientes (Alvarenga, 2003).

Duas são as formas de representação da informação, ou seja, temática e descritiva. A primeira mencionada é realizada mediante os processos de: classificação, que representa um objeto mediante suas características, distribuídas em um sistema de classes; e indexação, que desmembra o assunto de um documento com o propósito de identificá-lo, por meio de suas especificidades, permitindo-lhe ser recuperado. No caso da versão descritiva, esta atua nos registros de informações segundo parâmetros da descrição física e de elementos singulares dos itens, inclusive determinando pontos de acesso ao documento. Diante de suas características, ambas as formas de representação contribuem para a Organização da Informação (OI), ao viabilizarem a construção de sistemas documentários (Bettencourt, 2014; Ortega, 2009; Ortega; Lara, 2010).

Enquanto uma ação que deve considerar, de maneira fidedigna, as características do documento, a RDI ocorre segundo uma espécie de análise sobre os dados obtidos nesse objeto, sendo candidatos a se tornarem pontos de acesso, através de atributos (campos) como autoria, data, dimensões do documento, número de páginas, remissivas etc. (Bettencourt, 2014; Dumer, 2019).

A RDI concentra-se no ato de catalogar, na prática da catalogação, decorrente da análise detalhada de um item, disposta a organizá-lo conforme suas exteriorizações de conteúdo, individualizando-o conforme as suas especificidades e identificando-o de maneira fidedigna. No caso, o processo de catalogação provê um objeto individualizado, capaz de interagir com outros sistemas a partir de padrões, formatos e modelos descritivos. Esse conjunto normativo, inclusive, define os chamados pontos de acesso, compreendidos como os responsáveis pelo acesso

dos usuários ao objeto bibliográfico presente no catálogo. Servindo como parâmetro para a sua realização, são cinco as características que norteiam a catalogação: integridade, ou seja, representar a informação como ela é; clareza, isto é, oferecer informações adaptadas ao tipo de público que se destina; precisão, evitando duplicidades de dados; lógica, ao sintetizar as informações conforme seu grau de especificidade; e consistência, padronizando as modificações dos registros (Fusco, 2010; Queiroz, 2019; Okada; Ortega, 2009; Mey; Silveira, 2009).

Quanto à sua realização, a catalogação pode ser **cooperativa**, sendo um método que surgiu no ano de 1901 na LC. Inicialmente, a catalogação cooperativa baseava-se no fornecimento de fichas, isto é, registros obtidos entre bibliotecas cooperantes, as quais teriam acesso, não apenas aos registros, mas às coleções disponibilizadas. Anos depois, com o advento dos computadores, essa cooperação passou a ocorrer de maneira automatizada, baseada no formato MARC<sup>7</sup>, que surgiu com a finalidade de propor um padrão para os registros e dados catalográficos provenientes do intercâmbio de informações. No Brasil, em 1942, a bibliotecária Lydia Sambaquy conduziu a implantação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), que recebia as contribuições de bibliotecas por meio de fichas catalográficas. Outros contribuintes foram a Fundação Getulio Vargas (FGV), fornecendo capacitações aos profissionais, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que teve o programa interrompido por divergências de interesses, e a Biblioteca Nacional (BN), que empenhou-se na adaptação do SIC para o projeto de Catalogação Legível por Computador (CALCO)<sup>8</sup> (Campello, 2006).

Ainda existe a catalogação do tipo **compartilhada**, iniciada na década de 1960 a partir da incorporação dos computadores. Naquele momento, deu-se à automação das práticas catalográficas, um projeto intitulado de catalogação compartilhada (*shared cataloguing*), desenvolvido pela LC, o qual exerceu importante influência na época. Para tanto, foi necessária certa organização por parte das bibliotecas, para colocarem em prática essa iniciativa. Logo, foram estabelecidos consórcios/redes para a criação de bancos de dados compartilhados,

---

<sup>7</sup> Com o tempo, naturalmente, registros físicos migraram para o formato digital, sendo realizado, na perspectiva da catalogação, pela *Retrospective Conversion* (RECON). Era um processo que possibilitava a automação do intercâmbio de informações bibliográficas via *software* alinhado às normas e padrões bibliográficos, no caso, aplicados ao formato MARC, para efetuar a interoperabilidade entre os sistemas (Castro, 2003).

<sup>8</sup> Iniciativa realizada no Brasil que foi responsável por promover o intercâmbio de registros bibliográficos entre bibliotecas. Ainda, vale destacar que o sistema/formato foi tema de Dissertação de Mestrado de Aline Príncipe Barbosa (Dumer, 2019; Mey; Silveira, 2009).

visando diminuir o retrabalho na elaboração de novos registros de um mesmo material. No ano de 1966, o Comitê de Catalogação da *International Federation of Library Associations* (FIAB), posteriormente denominado de IFLA, constituiu o projeto para estabelecer normas que fossem aceitas para a descrição de informações bibliográficas em âmbito internacional. Ocorreu, então, em 1969, na cidade de Copenhague, a RIEC, como mencionada anteriormente, da qual resultou a definição do conjunto de ISBD, enquanto normas que direcionaram a aceitação e a padronização dos dados catalográficos, algo imprescindível para o compartilhamento desses registros naquela época (Lima; Maia, 1975; Machado; Zafalon, 2020; Vasconcellos, 1996).

A catalogação **na fonte**, ou catalogação na publicação, sucedeu-se da proposta pioneira de Charles Jewett<sup>9</sup>, com o apoio de outros bibliotecários. Os ideais de Jewett, sobretudo, intencionavam poupar o tempo do catalogador, bem como os objetos recursos das bibliotecas, e realizar estratégias para evitar o retrabalho na elaboração dos registros. No ano de 1958, a LC empenhou-se nos estudos sobre as vantagens técnicas e operacionais. Tempos depois, em 1971, o projeto recebeu o nome de *cataloging-in-publication* (CIP), propondo que, primeiramente, deveria ser realizada a catalogação, com o exemplar de prova do livro, para, só então, com a edição final da descrição, a obra ser incluída nos registros MARC. No Brasil, em 1970, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) desenvolveram um programa de catalogação para que os registros catalográficos fossem incluídos na publicação. Outro acontecimento importante ocorreu em 1993, quando a catalogação na publicação foi incluída nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especificamente pela Norma Brasileira (NBR) 12899<sup>10</sup>, sobre catalogação na publicação de monografias. Ainda vale mencionar que, em 30 de outubro de 2003, o Congresso Nacional sancionou a Lei n° 10.753. Trata-se de uma Lei que, ao se referir aos dados de editoração, determinou a obrigatoriedade das fichas catalográficas em todas as publicações (Brasil, 2003; Campello, 2006).

---

<sup>9</sup> Charles Coffin Jewett nasceu em Lebanon (Maine), em 1816. Ele foi o bibliotecário responsável pela elaboração de um novo catálogo para a *Brown University*, no ano de 1841. Anos depois, em 1852, Jewett publicou um código composto de 39 regras com base nos conhecimentos divulgados por Panizzi e das regras compiladas pelo *British Museum*. Jewett também atuou como um grande defensor dos catálogos, destacando a função de difusão e democratização do conhecimento, e das regras de catalogação (Machado; Zafalon, 2020; Mitchell, 1993?).

<sup>10</sup> A norma ficou vigente do ano de 1993 até 2003.

Outro ponto a ser observado na catalogação é a multiplicidade de informações geradas nos últimos tempos, sendo um reflexo dos objetos no meio digital, pois estes evoluem tanto em relação a sua tipologia quanto à complexidade, necessitando de um tratamento específico, que visem uma recuperação precisa por parte do usuário (Alvarenga, 2003). O impulso na produção de informações, a partir de formatos digitais<sup>11</sup>, é compatível com a padronização dos dados que carregam, fazendo uso dos chamados metadados, os quais se apresentam como um conjunto “[...] de campos e subcampos ou de etiquetas (*tags*), nas quais os dados que descrevem o documento são inseridos de modo que um computador possa interpretá-los, em qualquer unidade de informação” (Bettencourt, 2014, p. 64).

Os metadados, de forma sucinta, e não apenas isso, são encarados como um recurso que atribui pontos de acesso que evidenciam um item ao atrelar características relevantes (atributos) na descrição desse objeto. O emprego de metadados equivale aos processos técnicos, empenhados na organização de informações que permitam identificar, localizar, recuperar e manipular os dados, ações naturalmente provenientes da prática da catalogação (Campos, 2007).

Historicamente, a padronização de informações sobre conteúdos em ambiente digital deu-se no ano de 1995 em Dublin, no Estado de Ohio (Estados Unidos da América - EUA), como proposta de um grupo<sup>12</sup> liderado pela *Online Computer Library Center* (OCLC). O resultado dessa reunião foi o esquema intitulado *Dublin Core* (DC), criado para servir de suporte para a descrição e recuperação de documentos (Baptista, 2007; Lopes; Ferneda, 2016). O padrão DC é composto por um conjunto de 15 elementos, ou atributos, apontados no Quadro 1.

**Quadro 1:** Elementos básicos do *Dublin Core*.

ELEMENTO	DEFINIÇÃO
Título	Nome do objeto, podendo, inclusive, possuir nomenclaturas como imagem, texto, <i>site</i> etc.
Criador	Nome do responsável pelo conteúdo do objeto, podendo ser representado por pessoa, organização ou serviço ( <i>site</i> , domínio etc.).

<sup>11</sup> Diante do surgimento dos computadores e posteriormente da Internet, mais especificamente a partir da *World Wide Web* (WWW), a produção de informação tornou-se exponencial, em variados formatos, entre texto, áudio, vídeo, imagem etc, inclusive independentemente de tempo e espaço.

<sup>12</sup> Grupo representado por “[...] bibliotecários e especialistas de conteúdo, encabeçado por Stuart Weibel, pesquisador da OCLC [...]” (Souza et al., 2000, p. 4).

Assunto	Refere-se ao que se trata o conteúdo do objeto, a temática que ele aborda, envolvendo informações na forma de palavras-chave, códigos de classificação <sup>13</sup> e tesouros <sup>14</sup> (vocabulário controlado), isto é, termos que permitam captar aspectos do recurso.
Descrição	Descreve e explica o conteúdo do objeto, podendo incluir resumos, tabelas, referências e relatos (texto livre).
Publicador	Responsável por tornar disponível o objeto, podendo ser representado por pessoa, organização ou serviço.
Colaborador	Responsável por realizar contribuições e cooperar com o conteúdo do objeto, podendo ser representado por pessoa, organização ou serviço ( <i>site</i> , domínio entre outros).
Data	Período em que ocorre a criação ou alteração no ciclo do objeto, sendo formado pelo Padrão Internacional da <i>International Organization for Standardization</i> (ISO) 8601 <sup>15</sup> (YYYY-MM-DD, ou seja, ano-mês-dia).
Tipo	Representa a categoria, as funções, as espécies e os níveis que o objeto se apresenta, podendo admitir descrições como imagem, texto etc., além da necessidade de um vocabulário controlado para ser produzido.
Formato	A forma como o objeto se apresenta, tanto em sentido físico quanto digital, incluindo informações como dimensões (tamanho, duração etc.), tipos de mídia ( <i>Portable Document Format</i> - PDF, <i>Joint Pictures Expert Group</i> - JPEG, etc.), além de orientações sobre qual instrumento deve ser utilizado para reproduzi-lo ou abri-lo.
Identificador	Referencia um objeto, de forma que haja correlação de suas características com a designação escolhida, podendo ser representado por sistemas de identificação formal, como, por exemplo, <i>Uniform Resource Identifier</i> - URI, <i>Uniform Resource Locator</i> - URL, <i>Digital Object Identifier</i> - DOI, <i>International Standard Book Number</i> - ISBN, etc;
Fonte	Campo ou lugar do qual o objeto deriva, podendo ser retratado por um <i>site</i> , descrição da fonte original etc.
Língua	Aplicada no conteúdo do objeto conforme a <i>Request For Comments</i> (RFC) 1766 <sup>16</sup> , que, por sua vez, determina as <i>tags</i> de identificação de idioma.
Relação	Referencia os cenários em que o conteúdo do objeto foi enquadrado, podendo ser representado por modificações realizadas em versões, por contextos etc.

<sup>13</sup> Código adotado para a localização e identificação das obras no acervo.

<sup>14</sup> Dedicam-se a abrangência de termos específicos de uma determinada área do conhecimento, tendo como características principais a flexibilidade no âmbito das relações e a aplicação de hierarquias entre os termos, como, por exemplo, termos hierárquicos, aplicadas para especificar termos genéricos e específicos (Moreira; Moura, 2006; Oliveira; Araújo, 2012).

<sup>15</sup> “Padronização que “[...] descreve um grande número de formatos de data/hora. Para reduzir o escopo de erro e a complexidade do software, é útil restringir os formatos suportados a um pequeno número. Este perfil define alguns formatos de data/hora, provavelmente satisfazendo a maioria dos requisitos” (Wolf; Wicksteed, 1997, tradução nossa).

<sup>16</sup> Os RFCs são a junção de documentos auxiliares com informações técnicas e operacionais sobre as funções desempenhadas no meio digital (Internet), tais como protocolos, programas, conceitos etc. Especificamente, a RFC 1766 disporá sobre a *tag* de idioma, atribuída por sinalizar o idioma do objeto, podendo ser integrada com uma série de *subtags*, cabeçalhos e identificadores para auxiliar na identificação (Alvestrand, 1995; Grácio, 2002).

Cobertura	Indica a amplitude, localização, período e nome da entidade, podendo ser determinada por data, ano, país, instituições, organizações etc.
Direitos	Descreve informações sobre direitos autorais que envolvem propriedade intelectual, <i>copyright</i> entre outros.

Fonte: Adaptado de Grácio (2002) e Campello (2006).

São definidas cinco características básicas para a execução do DC: **simplicidade**, para promover uma semântica simples; **interoperabilidade semântica**, com fim de partilhar um modelo de descrição comum, isto é, facilitar a pesquisa entre as diversas áreas do conhecimento; **consenso internacional**, que destaca a atuação de diversos países no *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI)<sup>17</sup>, o ordenamento do escopo internacional e a infra-estrutura apropriada; **extensibilidade**, que admite a inserção de novos elementos e permite a cooperação de diferentes instituições, em relação a transferência e ao acesso de informações; e **flexibilidade**, aceitando tanto a repetição de elementos quanto a modificação por meio de qualificadores<sup>18</sup> (Grácio, 2002).

Duas são as unidades que compõem a estrutura dos metadados: elementos; e esquemas. Enquanto os elementos são as características do objeto a serem adotadas para preencher os campos delimitados, a exemplo de título, autor, data, remissivas etc., os esquemas são a forma estruturada dos dados que integram os elementos, dispostos a atender tanto necessidades mais gerais quanto demandas específicas (Castro, 2012).

Sendo “[...] elementos descritivos ou atributos referenciais codificados que representam características próprias ou atribuídas às entidades [...]” (Alves, 2010, p. 47), os metadados são categorizados em cinco tipos, segundo suas funções: **administrativos**, que gerenciam e controlam as ações de aquisição, reprodução, requerimentos, localização e seleção; **descritivos**, servem para detalhar e representar os dados com o objetivo de viabilizar os registros, as buscas, as relações etc., incluindo informações obtidas no ato da catalogação; **conservação**, aplicados nas ações de resguardar os objetos tanto físicos quanto digitais,

<sup>17</sup> É a “[...] organização dedicada a promover a difusão da adoção de padrões de metadados e o desenvolvimento de vocabulário especializado de metadados para descrever recursos que facilitem mais sistemas inteligentes de recuperação de informação” (Grácio, 2002, p. 41).

<sup>18</sup> São refinamentos utilizados para enriquecer a descrição de um elemento, de um metadado, bem como facilitar o processo de busca. O seu arranjo é baseado em classes segundo os tipos de dados definidos, além de ser integrado por vocabulários e esquemas de codificação (Silva, 2022).



apresentando condições e informações sobre procedimentos aplicados; **técnicos**, que tratam da funcionalidade e desempenho dos metadados, isto é, dados sobre segurança e autenticação (senhas e codificações), itens de dispositivo (*hardware* e *software*), tempo de resposta etc; e **uso**, relativo à condição, isto é, nível e tipo, considerando atribuições como versão, direitos, uso e acesso de usuários. Diante de sua tipologia, os metadados permitirão a realização de ações como gerenciamento de dados, representação da informação, preservação de recursos, funcionalidade de sistemas (*hardware*, *software*, segurança etc) e controle de aplicabilidade (acesso, uso etc.) (Gilliland, 1998; Senso; Piñero, 2003, tradução nossa).

Em suma, o ato de catalogar, tendo em vista a padronização na descrição, pressupõe a utilização de instrumentos que norteiam etapas, abordagens e interpretações de um objeto, chamados de códigos de catalogação, bem como a norma ISBN e as diretrizes da RDA, os quais sintetizam e reproduzem as informações abstraídas desse objeto. A união de todos os objetos descritos formam catálogos, os quais, segundo Cavalheiro e Arakaki (2023) e Mey (1995), atuam de forma estruturada para a emissão das informações presentes nesses itens.

Considerando a relevância da aplicação dos códigos de catalogação, tem-se, na verdade, facilitadores na representação dos documentos que irão ser incluídos nos sistemas informacionais, tais como bases de dados e catálogos (Fusco, 2010). Neste sentido, evocam-se os códigos de catalogação, a partir de pontuações históricas e exemplos de instrumentos/manuais.

### 3.2 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO

As primeiras aparições do que se aproxima do entendimento de catálogos são antigas, datando de a.C., advindos das escavações hititas, na atual região da Turquia, e das tábulas de argila que foram encontradas no Egito. Outra importante descoberta concebeu-se na biblioteca de Assurbanipal, onde numerosos fragmentos de tábulas de argila foram encontrados, sendo preservados até hoje no acervo do Museu Britânico. Na biblioteca de Alexandria foi descoberta uma significativa quantidade de registros em rolos de papiros, e por intermédio da contribuição de

Calímaco, esses papiros foram organizados por um modelo que fomentaria a estrutura de um catálogo, denominado como *pinakoi*<sup>19</sup> (Mey; Silveira, 2009).

Já no século XIX da Era Cristã, outra significativa contribuição deve-se à concessão das 91 regras por Anthony Panizzi<sup>20</sup>, em 1839, as quais escreveram a primeira forma de código de catalogação publicada na Inglaterra. Essas regras foram admitidas dois anos depois, em 1841, pelos diretores do Museu Britânico. Panizzi empenhou-se em dar atenção às características da obra da seguinte maneira: realçar a página-de-rostro; idealizar a autoria coletiva; e viabilizar a escolha do cabeçalho de entrada, considerando atributos como prenome, título, pseudônimo e sobrenome. Suas regras serviram de inspiração para outras iniciativas de códigos realizadas por Jewett, Cutter<sup>21</sup> etc. Baseado nos códigos de Panizzi, Jewett consolidou o termo “autoria coletiva” para as publicações oficiais norte-americanas, e Cutter, pautado nas regras e princípios da catalogação impostos, publicou as *Rules for Dictionary Catalog*<sup>22</sup> em 1876 (Barbosa, 1978).

Dando um passo evolutivo, no século XX, especificamente no ano de 1901, a LC produziu fichas impressas, que eram vendidas para outras bibliotecas. Nessas fichas eram descritas informações sobre os livros, facilitando o trabalho das demais bibliotecas, além de incentivar a padronização dos registros. Conforme a evolução do afazer catalográfico, a descrição de um objeto aprofundou-se, naturalmente, na análise de suas características, tornando particulares seus atributos segundo regras que orientam este processo, de identificar, descrever e estabelecer as entradas que norteiam a recuperação de informações (Fusco, 2010; Mey; Silveira, 2009).

---

<sup>19</sup> Considerada a primeira ordenação oficial de um catálogo de biblioteca, contendo 120 volumes em ordem alfabética de nomes de autores. Para cada autor, existia uma biografia (Campello, 2006).

<sup>20</sup> Antonio Genesio Maria Panizzi nasceu em Brescello (Itália), em 1797. Ele atuou como professor de italiano na *University College* e foi o principal bibliotecário da *British Museum* entre os anos de 1856 a 1866. Panizzi, realizou mudanças tanto nos catálogos quanto na estrutura física do acervo, elaborando o que foi denominado de localização fixa, o que priorizou a ordenação por tamanho das obras (Tikkanen, 2023; Machado; Zafalon, 2020; Pedrão, 2019).

<sup>21</sup> Charles Ammi Cutter nasceu na cidade de Boston (EUA), em 1837. Reconhecido como o primeiro diretor da Forbes, um de seus feitos foi o estabelecimento do sistema de biblioteca itinerante, cujo resultou em uma das maiores coleções circulantes de artes e música (em uma biblioteca americana) e na instituição de bibliotecas filiais. Cutter formulou a chamada Tabela (ou Código) de Cutter, visando a organização física do acervo com a utilização do nome dos autores adaptados com uma representação numérica. Outra significativa colaboração para a catalogação, além das 369 regras que compunham a *Rules for a Dictionary Catalogue*, foi considerar o estabelecimento dos objetivos dos catálogos em conformidade às conveniências dos usuários (Martinho 2010; Martinho; Guedes, 2009; Neto, 2009; Stromgren, 2004).

<sup>22</sup> Até a sua última edição, em 1904, o código incluiu ao total de 369 regras, as quais abrangeram a entrada de autor e de título, bem como a parte descritiva, os cabeçalhos de assunto e o ordenamento de fichas, o que seria o objetivo dos catálogos (Barbosa, 1978).

Importantes contribuições para a LC foram providas pela ALA, a partir da constituição de uma comissão para realizar estudos sobre as normas de catalogação adotadas pela biblioteca. Diante disso, Dewey<sup>23</sup> propôs a seleção e publicação de algumas dessas regras, fato que fomentou a primeira edição do código da ALA, em 1908<sup>24</sup>. No código, foram integradas regras anteriormente discutidas por Panizzi, Cutter e Jewett e regras da própria LC, garantindo que o código tivesse grande aceitação não somente nos EUA, mas em outros países.

Anos depois, em 1941, o Código da ALA lançou a segunda edição, de caráter preliminar, dividida em duas partes: entradas e cabeçalhos; e descrição da obra. Nesse ínterim, o código não agradou Osborn<sup>25</sup>, o qual atribuiu críticas ao não atendimento às necessidades dos usuários, além da falta de fundamentação proveniente da não aplicação dos princípios de catalogação. Em decorrência desses fatos, a ALA reuniu uma Comissão de Revisão do Código para tratar especificamente das entradas e da catalogação descritiva, sendo a LC responsável pelas adequações. Em 1949, a segunda edição do código da ALA foi oficialmente publicada em dois volumes: o primeiro, *ALA Cataloging Rules For Author and Title Entries* (entrada e cabeçalhos); e o segundo, *Rules for Descriptive Cataloging in the Library of Congress* (parte descritiva). Todavia, o primeiro volume também foi alvo de críticas quanto a simplificação, desejada pelos especialistas da época, especificamente na parte de entradas e cabeçalhos. Por influência disso, Lubetzky recebeu o convite da LC para realizar uma análise integral da segunda edição, na qual questionou a relevância da grande quantidade de regras e questões relacionadas à autoria (Barbosa, 1978; Neto, 2009).

---

<sup>23</sup> Melville Louis Kossuth Dewey (1851-1931) desenvolveu o sistema intitulado Classificação Decimal de Dewey (CDD), que tem a finalidade de reunir o conhecimento humano em classes, sendo possível codificar os assuntos em sistemas números para organizar os livros nas estantes e em sistemas de informação. Também destaca-se a sua participação na fundação da ALA, ao lado de Cutter e outros 100 bibliotecários (Álamo, 2014; Oliveira, 2017).

<sup>24</sup> Deve-se salientar que os primórdios do código ocorreram em uma conferência anual da Associação, diante do trabalho *Condensed Rules for an Author and Title Catalog*, que foi apresentado e posteriormente publicado, em 1883 (Barbosa, 1978).

<sup>25</sup> Andrew Delbridge Osborn nasceu em 1902 e, ao longo de sua vida, obteve três notáveis carreiras. A primeira marca a sua atuação como bibliotecário, entre os anos de 1920 a 1962, na Austrália e nos Estados Unidos, por um período integrando a equipe da Biblioteca Parlamentar da Commonwealth, inclusive alcançando reconhecimento internacional no campo da catalogação. Ainda, trabalhou na Biblioteca Pública de Nova York e na Universidade de Sydney. A segunda grande contribuição ocorreu ao nomear-se professor de Biblioteconomia na Universidade de Pittsburgh (1962 a 1971). A terceira refere-se ao seu trabalho em Sydney (Austrália) (1971 a 1977), como livreiro antiquário (Bryan, 2010; Proffitt; Mixter, 2011?; University of Virginia, 2013?).

A partir da publicação do relatório realizado por Lubetzky, foi-lhe feito um convite para assumir a direção da *Comissão de Revisão do Código de Catalogação* da ALA. Em concordância com os interesses da ALA, da *Canadian Library Association* (CLA) e da *Library Association*, constituiu-se um novo código, que foi publicado em 1967 como *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR) (Barbosa, 1978). No contexto da publicação do novo código estão as revisões sugeridas e os princípios estabelecidos na Conferência de Paris.

### 3.2.1 Códigos a partir da Conferência de Paris

Durante o encontro promovido pela IFLA, na cidade de Zagreb (Croácia), em 1954, a UNESCO apresentou interesse em realizar a supracitada Conferência. Nessa ocasião, Ranganathan<sup>26</sup> aconselhou a criação de um comitê de catalogação para coordenar a realização da Conferência. Após cinco anos, em 1959, foi manifestado na Reunião Preliminar, realizada em Londres, o objetivo da Conferência, a qual compreendia alcançar um acordo sobre os princípios básicos empreendidos na escolha e na forma de entrada do catálogo alfabético de autores, títulos etc. (Cunha, 1963; Modesto, 2018).

A Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação de Paris foi uma idealização da UNESCO realizada em 1961. Nessa Conferência, é possível destacar a ocorrência de discussões sobre a padronização e sobre a uniformidade na representação de catálogos e nos diversos códigos de catalogação, com fins de instituir as bases que normatizam a catalogação e definir quais são os objetivos dos catálogos bibliográficos, em sentido internacional. Como efeito, foi aprovada a Declaração de Princípios, comumente chamada de Princípios de Paris (Fusco, 2010; Modesto, 2018; Santos; Ortega, 2013).

---

<sup>26</sup> Shiyali Ramamrita Ranganathan nasceu na Índia, em 1892. Por alguns anos, lecionou matemática no *Government College*, em 1928, e foi o responsável pela fundação da Associação de Bibliotecas Madras, onde ele ministrou o primeiro curso de Biblioteconomia em seu país de origem. Diante da sua iniciativa ter grande reconhecimento, instituiu-se a *Madras Summer School of Library Science*. Ranganathan foi o bibliotecário idealizador da catalogação na fonte, propôs a elaboração de catálogos de maneira centralizada. Em 1931, como grande contribuição para a área, ele elaborou as cinco leis fundamentais da Biblioteconomia. Seus ideais serviram como cânones da catalogação em sua obra *Theory of library catalogue*, publicada em 1938. As cinco leis são: 1) os livros são para usar; 2) a cada leitor seu livro; 3) a cada livro seu leitor; 4) poupe o tempo do leitor; 5) a biblioteca é um organismo em crescimento (Fernandes; Pinto; Farias, 2021; Machado; Zafalon, 2020; Modesto, 2018; Silva, 2011; Silva et al., 2017).

Como anteriormente mencionado, no ano de 1967 surgiu a primeira edição da AACR, enquanto um resultado da associação entre ALA, CLA e *Library Association*, da Inglaterra. O AACR foi apresentado em duas versões, uma norte-americana e outra britânica, dividido em três partes: a primeira, sobre a entrada e cabeçalho, com princípios baseados na Conferência realizada em Paris, bem como nas regras do código da ALA de 1949 e no relatório produzido por Lubetzky; a segunda, que trata da descrição, fundamentada nas regras da LC; e a terceira, referente a outros tipos de documentos, não considerados livros (materiais cartográficos, manuscritos, filmográficos etc.), abordando a definição da entrada e descrição desses objetos, embasadas nas regras da LC. A tradução do AACR para a língua portuguesa ocorreu em 1969, por Abner Lellis Correa Vincentini, em colaboração com Astério Campos, porém, apenas em 1980 a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) autorizou a publicação. No Brasil, foi adotada a versão norte-americana, passando a ser incorporada nos registros de grande parte das bibliotecas, ao passo que extinguiu antigas formas utilizadas (Corrêa, 2008; Mey; Silveira, 2009; Modesto, 2008; Pinheiro, 2009; Santos; Corrêa, 2009).

O progresso na catalogação definiu o *modus operandi* da época, passando para a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), Descrição Bibliográfica Internacional em português, a orientação para a elaboração dos registros no mundo (Mey; Silveira, 2009). Ao surgir, a ISBD foi encarada como um fator determinante para a história da catalogação descritiva, inovando o “[...] conceito tradicional, que passou a empregar regras na catalogação e também trilhou-se um caminho para a padronização internacional” (Fernandes, 2014, p. 26).

Na verdade, a adoção da ISBD deu-se a partir da RIEC, ocorrida em 1969, em Copenhague, tendo justamente essa adoção como uma significativa colaboração realizada por Michael Gorman, especialista em catalogação. Para Gorman, a ISBD deveria ser adotada para fins de padronização das representações, iniciativa que foi publicada em 1971 pela IFLA, a princípio objetivando monografias, denominando a ISBD(M) (Mey; Silveira, 2009).

Mais tarde, no ano de 1978, produziu-se a segunda edição do AACR, contudo, ainda não estava devidamente uniformizada. O AACR2 priorizou manter os pontos de acesso em conformidade com os Princípios de Paris, integrando-se ao padrão ISBD, o que acabou culminando na composição de uma *General*

*International Standard Bibliographic Description* (ISBD(G)), que buscava abranger diversos formatos de itens que compõem as diferentes coleções. Nessa versão do AACR, uma das modificações foi a alteração da quantidade de partes em que o código estava subdividido, passando a conter apenas duas partes, diferentemente da antiga, com três partes. Ficou-se, então, a Parte I referindo-se a descrição, enquanto a Parte II abordou a definição dos pontos de acesso, cabeçalhos (pessoas e entidades), nomes geográficos, títulos uniformes e remissivas para os cabeçalhos (Cavalcanti, 2013; Fernandes, 2014; Mey; Silveira, 2009).

É possível perceber a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação e a RIEC como importantes eventos na nova roupagem que a catalogação assumia naquela época, especialmente pelo seu encontro com TIC, assim como afirma Silva (2015?, p. 151):

[...] promoveram mudanças significativas nos instrumentos e processos catalográficos ao longo de décadas, inclusive subsidiando outros eventos, e que, na primeira década do século XXI, instrumentalizam mudanças contínuas nos processos descritivos, que buscam adequar a catalogação aos novos conceitos e necessidades advindas com as tecnologias de comunicação e informação – TIC e a ambiência digital.

Na tentativa de tornar a catalogação acessível para todos os tipos de instituições, além das bibliotecas, e adequar-se aos mais variados contextos, em especial ao domínio técnico-científico, iniciativas surgiram entre as décadas de 1970 e 1980, como o *United Nations Information System in Science and Technology* (UNISIST), pela Unesco, mas que teve um curto período de atividade (sendo incorporado a outros projetos). Também vale mencionar o *Integrated Scientific Information System* (ISIS), concebido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de gerenciar as informações científicas.

No ano de 1974, a UNESCO propôs a criação do programa de Controle Bibliográfico Universal (CBU), especificamente na Conferência Intergovernamental sobre Planejamento das Infra-Estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, em Paris. O objetivo do CBU constituiu-se em propiciar um sistema de âmbito mundial para controle e permuta de informações bibliográficas. Ao promover a organização bibliográfica de cada país, o CBU assumiu as responsabilidades de controlar, disseminar, produzir, divulgar, receber e publicar, através de meios como o depósito legal, as bibliografias nacionais (Barbosa, 1978; Silveira, 2007).

Posteriormente, em 1975, o ISIS foi assumido pela Unesco, momento em que foi proposto o *Computerized Documentation System/Integrated Scientific Information System* (CDS/ISIS), baseado no ISIS anterior. Sendo assim, correspondendo às evoluções das TIC, o sistema foi adaptado a diversas plataformas, como *Windows* e *Linux*. O CDS/ISIS foi responsável pelo surgimento do formato ISISMARC, um modelo compatível com os formatos MARC, com destaque ao MARC 21 e ao UNIMARC (ABCD Community, 2014; Mey; Silveira, 2009).

O Manual do *United Nations International Scientific Information System* (UNISIST) é mais um elemento que compõe a evolução da catalogação, sendo uma espécie de sucessora dos formatos da época para o intercâmbio de registros entre bases de dados, especialmente de periódicos científicos, tendo, como exemplos, o formato CEPAL, criado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na década de 1980, e o formato para a base de dados em Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), elaborado pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, também chamado de Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) (Dumer, 2019).

Pelo fato do AACR ter sido, em tese, inicialmente criado para ser aplicado em catálogos de fichas, em 1997, na *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, em Toronto (Canadá), discutiu-se sobre a necessidade do código AACR2 ser revisado. Em consequência, o JSC assumiu a direção dessa discussão e formulou o que seria a espécie de uma terceira edição do AACR, um novo código que passaria a ser conhecido como AACR3 (Assumpção; Santos, 2009; Modesto, 2007).

O ano de 1990 foi mais um período marcado por importantes acontecimentos no que diz respeito às TIC. Baseado em questões de inovação e de amplitude no alcance de informações, o Seminário sobre Registros Bibliográficos, em Estocolmo, teve o intuito de facilitar a compreensão do contexto informacional sobre quais tipos de registros bibliográficos iriam abranger, além de promover discussões sobre adequação das condições financeiras dos denominados centros de catalogação juntos às demandas advindas de usuários, suportes etc. Como resultado, um grupo de estudo definiu o que foi chamado de *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR). Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos em português. Após sete anos, foi proposto na 63ª Conferência Geral da IFLA o relatório

com considerações sobre o modelo. Em 1998, o FRBR foi oficialmente publicado (Fusco, 2010; Mey; Silveira, 2009).

Basicamente, o FRBR assumiu a premissa de atender às multiplicidades presentes nos registros bibliográficos, como, por exemplo: 1) os usuários, não sendo apenas os profissionais de bibliotecas, mas os responsáveis pelos editoriais das obras, como os publicadores e os editores, além do próprio mercado, representado pelos vendedores; 2) os materiais, da forma como o item apresenta-se, seja ele textual, musical, cartográfico, audiovisual, gráfico etc, 3) o suporte físico, como o item é apresentado em si, seja papel, fita magnética, meios óticos etc.; 4) os formatos, sendo livros, discos, cartuchos etc. (Moreno; Márdero Arellano, 2005).

Ainda no ano de 1990, voltando às ISBDs, passou-se a discutir sobre incrementos e melhorias que deveriam receber. Um grupo de estudo foi criado na IFLA para adequá-las ao modelo FRBR. Naquele momento, decidiu-se pela unificação de todas as ISBDs e criar uma edição consolidada (Mey; Silveira, 2009). Deliberações do tipo confirmaram um cenário de mudanças ocorridas na catalogação mediante as TIC, mediante novas formas de lidar com os *Online Public Access Catalog* (OPAC)<sup>27</sup> e com outros sistemas, o que acarretou uma série de encontros com especialistas, ocorridos na Alemanha (2003), na Argentina (2004), no Egito (2005), na Coreia do Sul (2006) e na África (2007) para o desenvolvimento de uma nova versão dos princípios catalográficos, visando priorizar um conjunto que fosse internacionalmente comum. Nesse sentido, no ano de 2009 foi publicada uma versão preliminar da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (ICP) pela IFLA, abordando questões como cabeçalhos, formas de entrada, desenvolvimentos dos códigos, registros bibliográficos e registros de autoridades. A nova declaração também ressaltou demandas relacionadas aos *softwares*, com prioridade aos pontos de acesso tanto essenciais quanto adicionais (Braga, 2020).

[...] declaração [que] substitui e amplia o âmbito dos Princípios de Paris, incluindo, além das obras textuais, todos os tipos de materiais, e além da simples escolha e forma de entrada, todos os aspectos dos dados bibliográficos e de autoridade utilizados em catálogos de bibliotecas. Inclui não só princípios e objetivos (isto é, funções do catálogo) mas também regras orientadoras que devem ser incluídas nos códigos de catalogação em âmbito internacional, bem como servir de orientação para as funcionalidades de pesquisa e recuperação (IFLA, 2009, p.1).

---

<sup>27</sup> Podem ser entendidos como “[...] versões eletrônicas dos catálogos de ficha utilizados para a organização e localização dos documentos nas bibliotecas” (Coelho, 2006, p. 12).



A partir do primeiro encontro, em 2003, para a revisão dos princípios de catalogação, foi constituída uma versão preliminar da *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação*, acolhendo sugestões e modificações de tal forma que as revisões projetavam incluir todos os tipos de materiais, além das perspectivas do controle bibliográfico e dos registros de autoridade empregues nos catálogos (Neto, 2009). Conforme a IFLA (2009), são nove os princípios que passariam a nortear a criação de códigos de catalogação:

1. **Conveniência do utilizador**, priorizando a vontade e as necessidades dos usuários;
2. **Uso comum**, estando relacionado a descrição e aos pontos de acesso, sendo que o vocabulário a ser utilizado deve estar em conformidade aos dos usuários/utilizadores;
3. **Representação**, que se trata da uniformização e da compatibilidade das descrições e das formas controladas (como a entidade emprega);
4. **Exatidão**, que é a descrição íntegra da entidade;
5. **Suficiência e necessidade**, sendo a prescrição em optar pela inclusão, na descrição e nas formas controladas, apenas de elementos considerados essenciais para o usuário, com foco na identificação precisa da entidade;
6. **Significância**, que é a relevância, ou seja, o propósito dos elementos dos dados frente ao contexto biblioteconômico;
7. **Economia**, princípio esse relacionado a simplificação dos processos, visando economizar custos e/ou abordagens;
8. **Consistência e normalização**, que é a necessidade de padronizar as descrições e a concepção dos pontos de acesso, visando a garantia e a consistência no momento da partilha de dados;
9. **Integração**, referente a aproximação de todas as formas controladas e das descrições a um conjunto comum de regras.

Em 2004, no que concerne à atualização das linhas do código AACR2, o rascunho da Parte I do AACR3 foi analisado. No ano seguinte, diante dos esforços do *Committee of Principals* (CoP) e do JSC, idealizou-se uma nova abordagem destinada ao ambiente digital. Para isso, foi preciso alcançar um padrão

(estruturado) que fosse capaz de fornecer diretrizes e instruções para a descrição e acesso de recursos digitais. Em outras palavras, deveria possibilitar a criação de registros para uso em diversos ambientes digitais. Ao constituir-se, recebeu uma nova nomenclatura, passando a se chamar RDA (Assumpção; Santos, 2009).

A RDA surgiu da perspectiva de fornecer uma estrutura consistente para a elaboração de registros bibliográficos, especificamente no ambiente digital, com a oferta de uma recuperação de informações fidedigna. Silva (2013) apontou o interesse sobre a proposta, pois ela minimizaria as falhas na interpretação das regras no momento de elaborar os registros (seguindo os princípios essenciais para a catalogação). Logo, ainda conforme o autor, a integridade, a clareza, a precisão, a lógica e a consistência seriam o alicerce para a qualidade nos registros.

Diante de sua composição, a RDA, portanto, fornece novos elementos dos quais não existiam no código AACR2, “[...] a inclusão de atributos e de relacionamentos destinados aos registros de autoridade, que visam ao controle dos pontos de acesso que representam pessoas, entidades coletivas, obras, etc.” (Assumpção; Pereira; Texeira, 2020; Hatsek, 2012, p. 11). Contudo, para que semelhanças e divergências entre o código AACR2 e a RDA estejam explícitas, entende-se ser necessário que ambos sejam apresentados em subseções próprias.

### 3.3 CÓDIGO AACR2

Para atender às necessidades de padronização dos registros bibliográficos, utilizando como base a ISBD(G), o código AACR2 apresenta-se como um agrupamento de regras que orientarão a prática da catalogação. Alves (2005) destaca que o código AACR2 apresenta orientações sobre a forma de representar objetos, de maneira que seja possível manter as relações semânticas entre eles.

Como pressuposto, o código AACR2 é orientado a manter conformidade com os princípios da Conferência de Paris, assim como harmonizar-se com as evoluções tecnológicas que interferem nos processos automatizados de construção dos registros bibliográficos e mantém compatibilidade com as normas de descrição bibliográfica, como o ISBD(M) e a ISBD(G) (Ribeiro, 1984).

Em suma, as regras do código AACR2 englobam a descrição e a prescrição de pontos de acesso para os diversos materiais informacionais, dividido em duas partes (Quadro 2): a primeira seção trata das instruções sobre as informações que

são obtidas para a descrição do item; e a segunda seção aborda os cabeçalhos que servem como base para a formulação dos pontos de acesso, além de orientações para a elaboração de remissivas para os cabeçalhos (JSC, 2004).

**Quadro 2:** Estrutura (em seções) do código AACR2.

<b>SEÇÃO I</b>	<b>SEÇÃO II</b>
1. Regras gerais para descrição	21. Escolha de Pontos de Acesso
2. Livros, folhetos e folhas soltas impressas	22. Cabeçalhos para Pessoas
3. Materiais cartográficos	23. Nomes Geográficos
4. Manuscritos	24. Cabeçalhos para Entidades
5. Música	25. Títulos Uniformes
6. Gravações de som	26. Remissivas
7. Filmes cinematográficos e gravações de vídeo	Apêndice A - Uso de maiúsculas
8. Materiais gráficos	Apêndice B - Abreviaturas
9. Recursos eletrônicos	Apêndice C - Numerais
10. Artefatos tridimensionais e realia	Apêndice D - Glossário
11. Microformas	Apêndice E - Artigos Iniciais
12. Recursos contínuos	Apêndice à edição Brasileira - Entrada para nomes de Língua Portuguesa
13. Análise <sup>28</sup>	-

Fonte: Adaptado de JSC (2004).

Como observado no Quadro 2, cada seção é constituída por capítulos distintos, ajudando na fácil compreensão, associação e fixação do esquema normativo. Neste sentido, as subseções que seguem relatam os capítulos das Seções I e II do código AACR2, assim como suas áreas específicas.

<sup>28</sup> Este capítulo apresenta métodos para preparar o registro bibliográfico, orientando como descrevê-lo quando uma ou mais partes necessitam de uma entrada mais abrangente. As orientações contemplam entradas secundárias, séries monográficas e de monografias, área das notas, descrição em vários níveis, geralmente aplicada pelas bibliografias nacionais e pelas entidades catalogadoras, entre outras orientações (JSC, 2004).

### 3.3.1 Parte I

A Seção I possui informações referentes a descrição, sendo subdividida em 13 capítulos, assim como mencionados no Quadro 2, e outras mais, apresentadas como áreas específicas, perpassando aspectos que incluem orientações gerais, livros, cartografia, música, filmes, publicações seriadas etc. De maneira sintética, o Quadro 3 apresenta as subdivisões dos 13 capítulos.

**Quadro 3:** Estrutura básica do AACR2<sup>29</sup> (regras gerais para descrição).

SEÇÃO	ESPECIFICIDADE
Regras gerais para descrição (1.0)	Regras delineadas em seções ainda mais específicas, incluindo fontes de informação (1.0A), organização da descrição (1.0B), pontuação (1.0C), níveis de detalhamento na descrição (1.0D), língua e alfabeto de descrição (1.0E), incorreções (1.0F), acentos e outros sinais diacríticos (1.0G) e itens com várias fontes principais de informação (1.0H).
Área do título e da indicação de responsabilidade (1.1)	Contém orientações sobre a ordem e a grafia do título, a partir das subseções título principal (1.1B), designação geral do material” (DGM) (1.1C), títulos equivalentes (1.1D), outras informações sobre o título (1.1E), indicações de responsabilidade (1.1F) e itens sem título coletivo (1.1F).
Área de edição (1.2)	Abrange elementos como a responsabilidade e a revisão da edição, recomendando-se a transcrição dos dados conforme a maneira encontrada no item, segundo indicação de edição (1.2B), indicações de responsabilidade relativas à edição (1.2.C), indicação relativa à revisão mencionada de uma edição (1.2D) e indicações de responsabilidade relativas à revisão mencionada de uma edição.
Área dos detalhes específicos do material (1.3)	Fornecer orientações para objetos como cartográficos, musicais, eletrônicos, publicações seriadas e microformas.
Área de publicação, distribuição, etc. (1.4)	Refere-se às informações extraídas da fonte de informação, sobre lugar, nome, data, distribuição, divulgação e impressão, especificadas nas subseções regra geral (1.4B), lugar de publicação, distribuição, etc. (1.4C), nome do editor, distribuidor, etc. (1.4D), indicação da função de editor, distribuidor, etc. (1.4E), data da publicação, distribuição, etc. (1.4F) e lugar de fabricação, nome do fabricante e data da fabricação.
Área da descrição física (1.5)	Especifica o formato do qual o objeto está sendo catalogado a partir de características como extensão (1.5B), incluindo DGM, outros detalhes físicos (1.5C), dimensão (1.5D) e material adicional (1.5E), o qual pode conter informações adicionais que podem ser incluídas opcionalmente na área de notas.

<sup>29</sup> Deve-se mencionar que as áreas possuem um conjunto de informações introdutórias chamado de regra preliminar, como a subseção 1.1A, da área do título e da indicação de responsabilidade (1.1). Essas informações estão organizadas pelas subseções pontuação (1.1A1) e fontes de informação (1.1A2) (JSC, 2004).

Área da série (1.6)	Concerne a orientações apresentadas nas subseções título principal (1.6B), título equivalente (1.6C), outras informações referentes ao título (1.6D), indicação de responsabilidade da série (1.6E), <i>International Standard Serial Number - ISSN</i> (1.6F), numeração dentro da série (1.6G), subsérie (1.6H) e mais de uma indicação de série (1.6I).
Área das notas (1.7)	Apresenta informações sobre citações, referências, resumo etc., as quais são apresentadas no formato de notas (1.7B).
Área do número normalizado e das modalidades de aquisição (1.8)	Abarca número-normalizado (1.8B), título-chave (1.8C), modalidade de aquisição (1.8D) e qualificação (1.8E).
Itens suplementares (1.9)	Itens que poderão ser descritos de forma tanto “independente” (1.9A), ou seja, de maneira separada, quanto “dependente” (1.9B), isto é, observando materiais equivalentes, material adicional, registro secundário em nota e a utilização da descrição em vários níveis.
Área dos itens constituídos de vários tipos de material (1.10)	Trata dos itens que possuem mais de um tipo de suporte informacional, vistos como diferenciados, entre gravação, material impresso, entre outros. Esta área subdivide-se em: aplicação da regra (1.10A), para objetos com dois ou mais partes constituintes de outros formatos físicos; componente predominante (1.10B); detalhamento do material adicional; item com inexistência de um componente predominante (1.10C); e descrição em vários níveis (1.10D) referida como opcional.
Fac-símiles, fotocópias e outras reproduções (1.11)	Abarca também mapas, manuscritos, música impressa etc., indicando que esses itens gráficos devem considerar, ao descrevê-los, os dados pertinentes às outras áreas, com exceção da área das notas. Inclui as subseções 1.11A a 1.11F, as quais tratam sobre os dados (relacionados e relativos), título original, indicação de edição, descrição física (original e fac-símile), número normalizado, e orientações sobre o uso das notas em casos distintos.

Fonte: Adaptado de JSC (2004).

A especificidade dos Capítulos reflete-se no nível de catalogação a ser adotado pela unidade de informação, ou seja, no nível de detalhamento da descrição, que poderá variar conforme o tipo de material. Três são os níveis, sendo que o primeiro contempla as áreas que possuem subseções que estão entre 1.1 e 1.8, contendo informações como título principal e primeira indicação de responsabilidade, indicação de edição, detalhes específicos do material, extensão do item, nota(s) e número normalizado. O segundo nível inclui os títulos principal e equivalente, e outras informações sobre o título, além de cada uma das indicações de responsabilidade subsequentes, edição, primeira indicação de responsabilidade da edição, detalhes específicos do material, extensão do item e detalhes físicos, como dimensão etc., nota(s), todos os elementos sobre série e subsérie e o número

normalizado. O terceiro nível, mais abrangente, contempla todos os elementos constituintes das regras conforme suas áreas (Assumpção, 2020; JSC, 2004). Como exemplo, a Figura 1 ilustra uma descrição bibliográfica baseada no primeiro nível.

**Figura 1:** Exemplo de ficha catalográfica.

P456p	
Pennypacker, Sara	
Pax / Sara Pennypacker ; ilustração Jon Klassen ; tradução Regiane Winarski. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Intrínseca, 2016.	
288 p. : il. ; 21 cm.	
Tradução de: Pax	
ISBN: 978-85-510-0022-9	
1. Ficção infantojuvenil americana. I. Klassen, Jon.	
II. Winarski, Regiane. III. Título.	
16-32950	CDD: 028.5
	CDU: 028.5

Fonte: Adaptado de Pennypacker (2016).

Para um maior detalhamento sobre a catalogação (em primeiro nível) ilustrada na Figura 1, cada área do objeto descrito, assim como os seus correspondentes dados, identificados na obra, são exibidos no Quadro 4.

**Quadro 4:** Exemplo de registro com dados de primeiro nível (AACR2).

ÁREA	DADO
Título principal (1.1B)	Pax
Indicações de responsabilidade (1.1F)	Sara Pennypacker
Lugar de publicação, distribuição etc. (1.4C)	Rio de Janeiro : Intrínseca, 2016.
Extensão (1.5B)	288 p. : il. ; 21 cm.
Outras obras e outras formas de expressão da mesma obra (1.7A4)	Tradução de : Pax
Número normalizado (1.8B)	ISBN <sup>30</sup> 978-85-510-0022-9

Fonte: Da pesquisa (2023).

<sup>30</sup> *International Standard Book Number.*

Ao observar o exemplificado registro (Figura 1), confere-se a presença do número de chamada, sendo um código alfanumérico resultante dos estudos realizados por Cutter. Para concebê-lo, são apresentados dois níveis principais: o primeiro tem relação com o assunto da obra, obtido via Sistema de Organização do Conhecimento (SOC)<sup>31</sup>, como a CDD e a Classificação Decimal Universal (CDU); o segundo refere-se a autoria e ao título da obra, sendo denominado de notação de autor, a qual é elaborada a partir de uma tabela pré-estabelecida (comumente utiliza-se a Tabela de Cutter-Sanborn). Para finalizar o código, é acrescentada a primeira letra do título da obra, desconsiderando os artigos (Santos, 2011).

No caso do número de chamada da Figura 1, dois SOC bibliográficos foram adotados para a elaboração do número de chamada. Referente à CDD, o código seria 028.5, que trata de *literatura infantojuvenil*, enquanto que na CDU, o tema *publicações para crianças e jovens* é representado pelo código 087.5. Quanto ao código alfanumérico P465p, a primeira parte é formada pelo sobrenome da autora, que é Pennypacker, e pelo código que representa o mencionado sobrenome, identificado na Tabela de Cutter, isto é, “465”. Assim, considerando a letra inicial do sobrenome (P) e o código da supramencionada Tabela, tem-se o código “P465”. Por fim, ao código acrescenta-se a primeira letra do título *Pax* ao final do código, ou seja, a letra “p”, resultando nos números de chamada “028.5 P465p” e “087.5 P465p”.

Como apresentado nesta subseção, o registro produzido segundo o AACR2 é composto por elementos seccionados em áreas com a finalidade de atender as especificidades exigidas na descrição bibliográfica, o que traz reflexos nas ações de organização e busca do objeto, de maneira a atender às demandas dos usuários.

### 3.3.2 Parte II

A Parte II refere-se aos cabeçalhos, títulos uniformes e remissivas, segundo regras sobre a determinação dos pontos de acesso (para a entrada dos cabeçalhos), na forma primária ou secundária, e dos títulos uniformes. Igualmente, como na Seção anterior, o conjunto de regras aplica-se a todos os suportes informacionais. Quanto à sua estrutura de regras, seis são os capítulos (Quadro 5), além dos apêndices e um índice.

---

<sup>31</sup> São “[...] sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos” (Carlan, 2010, p. 16).

**Quadro 5:** Estrutura básica dos cabeçalhos, títulos uniformes e remissivas.

SEÇÃO	ESPECIFICIDADE
Escolha de pontos de acesso (Capítulo 21)	Os pontos de acesso podem ser controlados (maior consistência para os registros) ou não controlados (independente dos registros de autoridade), incluindo pontos de acesso adicionais para as entidades autorizadas <sup>32</sup> ou para os assuntos relevantes, ambos pensados para a busca dos objetos bibliográficos descritos. As formas de entrada estão estabelecidas neste Capítulo como apresentadas na regra geral (21.1), incluindo a entrada de entidade (21.1B) e a entrada de título (21.1C). Das subseções que seguem, são apresentadas orientações sobre: mudanças no título principal (21.2); mudanças de pessoas ou entidades responsáveis por uma obra (21.3); obras sob a responsabilidade de uma única pessoa ou entidade (21.4); obras de autoria desconhecida ou incerta de grupos sem nome (21.5); obras de responsabilidade compartilhada (21.6); coletâneas de obras por diferentes pessoas ou entidades (21.7); obras de responsabilidade mista (21.8); obras que são modificações de outras (21.9); modificações de textos (21.10 até 21.15), obras de arte (21.16 e 21.17), obras musicais (21.18 até 21.22); gravações de som (21.23); responsabilidade mista em obras novas (21.24 até 21.27); obras relacionadas (21.28); entradas secundárias (21.29 e 21.30); regras especiais para determinadas publicações legais (21.31-21.36); e regras especiais para determinadas publicações religiosas (21.37 até 21.39).
Cabeçalhos para pessoas (Capítulo 22)	Aborda os nomes escolhidos, que podem ser próprios, pseudônimos ou qualquer outro que traga referência pessoal, como, por exemplo, o uso de numerais romanos para religiosos, realeza etc. Assim, são fornecidas instruções sobre: escolha entre nomes diferentes (22.2); escolha entre formas diferentes de um mesmo nome (22.3), incluindo língua (22.3B) e grafia (22.3D); entrada pelo sobrenome (22.5); entrada pelo título de nobreza (22.6); entrada pelo patronímico (22.7); entrada pelo prenome etc. (22.8); entrada por outros nomes (22.9); entrada por iniciais, letras ou numerais (22.10); entrada por frase (22.11); acréscimos aos nomes (22.12 até 22.16), como títulos de nobreza e nomes de santos; acréscimos para distinguir nomes idênticos (22.17 até 22.20), como datas e formas mais completos dos nomes; e regras especiais para nomes em determinadas línguas (22.21 até 22.28).
Nomes geográficos (Capítulo 23)	Capítulo que apresenta: conjunto de regras gerais (23.2), incluindo formas em português e vernácula; mudanças de nome (23.3); acréscimos (23.4), contemplando pontuação, lugares e outros acréscimos; e nomes de lugares que incluem ou requerem um termo indicativo ao tipo de uma jurisdição (23.5). Para essas designações também é utilizado o nome “lugar”, a fim de diferenciar as entidades de nomes iguais.
Cabeçalhos para entidades (Capítulo 24)	Estabelece como regra básica a definição pelo nome usualmente empregado, com exceção dos casos em que houverem regras que estabeleçam nomes de entidades consideradas superiores, relacionadas entre outras. No conteúdo deste Capítulo estão:

<sup>32</sup> Os pontos de acesso adicionais que são fornecidos aos pontos de acesso autorizados, como pessoas, famílias, entidades e assuntos considerados relevantes para o utilizador/usuário encontrar o objeto, devem ser adotados em um registro de autoridade que apresente identificadores e formas variantes do nome, devidamente normalizados, e representados de forma fidedigna ao que é comumente encontrado pelos usuários (forma convencional) ou em fontes de referência (IFLA, 2009).



	regras gerais (24.1), incluindo latinização e mudanças de nomes; formas variantes de nomes (gerais e especiais, 24.2 e 24.3 respectivamente); acréscimos, omissões e modificações (24.4 até 24.11); entidades subordinadas e relacionadas (24.12 até 24.14); regras especiais (24.15 e 24.16), abordando comissões, comitês e conjuntos; entidades e autoridades governamentais (24.17 até 24.19); e outras regras especiais (24.20 até 24.26), contemplando autoridades governamentais, órgãos legislativos, assembleias constituintes, tribunais, forças armadas, embaixadas, consulados e delegações junto a entidades internacionais e intergovernamentais.
Títulos uniformes (Capítulo 25)	Trata dos títulos uniformes a partir de quatro funções essenciais para a sua utilização: reunir obras que apresentem títulos variados conforme suas novas apresentações; encontrar obras conhecidas por títulos diferenciados do principal; distinguir obras que possuam o título principal idêntico; e organizar os elementos dos itens. Neste Capítulo constam: regras gerais (25.2), abordando artigos iniciais, latinização e entidades secundárias e remissivas; títulos individuais (25.3 até 25.7), contemplando obras produzidas após 1501, acréscimos, partes de uma obra e duas obras publicadas em conjunto; títulos coletivos (25.8 até 25.12), incluindo obras completas, seleções, traduções etc.; e regras especiais para determinados tipos de obra (25.13 até 25.35), abrangendo leis, tratados, escrituras sagradas, obras litúrgicas, credos teológicos, confissões de fé, comunicações oficiais de Papas e música.
Remissivas (Capítulo 26)	Capítulo que orienta a adoção de remissivas a partir de aspectos ordenados pelas seguintes subseções: nomes de pessoas (26.2); nomes geográficos e nomes de entidades (26.3); títulos uniformes (26.4); remissivas para entradas secundárias de séries e de publicações seriadas (26.5); e remissivas em lugar de entradas secundárias comuns a várias edições.

Fonte: Adaptado de IFLA (2009) e JSC (2004).

Quanto ao último Capítulo, de número 26, deve-se salientar que as instruções, sobre a elaboração das **remissivas**, são guiadas conforme as necessidades de dois casos: entradas no catálogo sob o cabeçalho (nome ou título uniforme); e registro de cada remissiva sob o cabeçalho (nome ou título uniforme). As remissivas são apresentadas pelos seguintes tipos: remissiva **ver**, que é a forma do nome de uma pessoa ou de uma entidade); remissiva **ver também**, que é o cabeçalho de um nome ou título); remissivas **de nome-título**, que é o cabeçalho de pessoas ou da entidade seguidas do título equivalente; e remissivas **explicativas**, adotadas quando as remissivas **ver** ou **ver também** não fornecem conhecimento suficiente aos usuários, fazendo-se necessário às explicativas para maiores informações e detalhamentos (JSC, 2004).

No Quadro 6, adotando a mesma ideia de ilustração do Quadro 4, são apresentadas as áreas e os correspondentes dados de segundo nível, atuantes como pontos de acesso secundários da ficha catalográfica exemplificada (Figura 1).

**Quadro 6:** Exemplo de registro com dados de segundo nível (AACR2).

ÁREA	DADO
Fontes para determinação dos pontos de acesso (21.0B1)	1. Ficção infantojuvenil americana.
Entrada de título (21.1C)	III. Título.
Tradutores (21.30K1)	II. Winarski, Regiane.
Ilustradores (21.30K2)	I. Klassen, Jon.
Entrada pelo sobrenome (22.5)	Pennypacker, Sara
Uso dos títulos uniformes (25.1)	[Pax]

Fonte: Da pesquisa (2023).

O código AACR2 almeja, em sua essência, facilitar a elaboração dos registros bibliográficos conforme as peculiaridades dos objetos, contudo, diante das evoluções técnico-computacionais, um formato catalográfico legível por máquina foi idealizado e implementado.

### 3.4 FORMATO MARC: modelo catalográfico digital

Ao longo dos avanços provenientes de TIC emergentes, concebeu-se esforços para o projeto MARC, na década de 60, desenvolvido pela LC. Poucos anos depois, fomentou-se o MARC II, em 1968, por intermédio de esforços realizados entre a LC e a *British Library*, inclusive servindo de exemplo para outros formatos, em vários países. Esses episódios proporcionaram uma melhor performance dos registros bibliográficos, referente a automatização junto à evolução dos recursos computacionais da época. Números, letras e símbolos eram utilizados para definir, distinguir e inserir os diferentes tipos de informação em sistemas digitais, direcionando a padronização dos registros de forma associada às regras estabelecidas no código AACR2, o que subsidiou uma linguagem legível para computadores (Aragon; Geronimo, 2004; Bruna; Alves, 2011; Fernandes, 2014; Mey; Silveira, 2009; Moreno; Brascher, 2007).

A existência de padrões de catalogação universais e do formato de intercâmbio MARC veio facilitar a automação e o intercâmbio entre bases de dados bibliográficas. Usando-se computadores a padronização permitida por um formato, além de facilitar a recuperação da informação, garante a importação e exportação de dados entre os diversos sistemas computacionais, facilitando a interoperabilidade entre diferentes *hardwares* e *softwares* existentes no mercado, tornando viável a catalogação cooperativa (Lourenço, 2005, p. 29).

O formato MARC recebeu diversas modificações, ocasionando ajustes por diferentes países, fato que culminou na criação de seus próprios modelos de intercâmbio, como, exemplo, CAN/MARC (Canadá), MONOCLE (França), CALCO (Brasil), UNIMARC (IFLA), USMARC (EUA) etc. Diante da quantidade de diferenças que estavam surgindo, considerou-se a criação de um formato para atender às necessidades como um todo, originando, em 1976, o UNIMARC, denominado de *Universal MARC* (Dumer, 2019; Moreno; Brascher, 2007).

No Brasil, em 1972, um formato foi desenvolvido por Alice Príncipe Barbosa, sendo implementado na FGV. Inicialmente chamado de CALCO, quatro anos depois, em 1976, o seu nome mudou para Bibliodata/CALCO. Em meados de 1990, o formato recebe novo nome, passando a se chamar Rede Bibliodata (período em que se utilizava o formato USMARC). Tais modificações sucederam, em 1999, com contribuições da LC e da *National Library of Canada*, a edição única MARC 21, proveniente do interesse máximo de extinguir as ambiguidades entre os formatos USMARC e CAN/MARC (Alves; Souza, 2007; Maranhão; Mendonça, 2017; Moura; Costa, 2018).

O MARC 21 passou a ser utilizado como formato padrão, projetado de forma a seguir os moldes aplicados nas fichas catalográficas, uniformizadas pelo código AACR2. Dessa forma, a entrada de dados (título, nome pessoal, assunto, nota, data de publicação etc.) e a definição dos pontos de acesso utilizavam como base o código AACR2, abrangendo materiais textuais, impressos ou manuscritos, materiais cartográficos (mapas), recursos sonoros (músicas), materiais visuais etc. No caso, as siglas para designar esses materiais são, respectivamente: Livro (BK); Recurso Contínuo (CR); Arquivo de Computador (CF); Mapas (MP); Música (MU); Material Visual (VM); e Material Misto (MX). Os referidos tipos de materiais podem ser encontrados nas formas monográfica ou seriada (Fusco, 2010; Maranhão; Mendonça, 2017; Valadares, 2018).

São três os elementos que compõem um registro MARC, sendo: estrutura; indicação de conteúdo; e conteúdo. Desta forma, a **estrutura** será implementada conforme padrões internacionais, entre *American National Standards Institute* (ANSI), norma ANSI Z39.2<sup>33</sup> e ISO 2709<sup>34</sup>, as **indicações de conteúdo** representam os códigos e os padrões para o tratamento dos dados dos **conteúdos** seguirão padrões como ISBD, AACR2, *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) e outros códigos utilizados pela instituição catalogadora (Maranhão; Mendonça, 2017). Como resultado, o formato MARC estruturou-se a partir de elementos básicos, os quais se desmembram em campos e códigos específicos.

### 3.4.1 Estrutura para descrição

Para a composição do registro são utilizados três elementos: Líder; Diretório; e Campos Variáveis. O **Líder**, responsável pelo processamento, é composto de números e códigos identificáveis. Conforme a posição que possuir, conterá dados sobre tamanho, *status*, tipo do material, nível, tipo de controle, esquema de codificação, número de indicadores etc. Para isso, são utilizadas as 24 primeiras posições de um registro. O **Diretório**, posterior ao Líder, encontra-se na posição 24, sendo gerado automaticamente. Contém informações organizadas em uma série de entradas com tamanho fixo, constituintes de 12 posições, divididas em três partes referentes ao campo e formadas por *tag*, tamanho e posição inicial. Os **Campos Variáveis** são o local onde as informações consideradas não estruturadas serão armazenadas e possuem tamanho variável (Maranhão; Mendonça, 2017; Moreno; Brascher, 2007).

O formato MARC possui como característica a variedade de campos e subcampos. Os campos são definidos como variáveis de controle e de dados. Os **Campos de Controle** (Quadro 7) admitem dados com tamanho fixo, podendo ser retratados por um único elemento ou por um conjunto de dados. Vale salientar que a

<sup>33</sup> Define a estrutura do formato para identificar elementos de informação (Modesto, 2007, p. 12).

<sup>34</sup> Conjunto de orientações sobre a estruturação da camada física do registro bibliográfico (orientações implementadas em formatos como **CCF** (desenvolvido pela UNESCO) e **IBICT** (proposto pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) (Modesto, 2007, p. 13, grifos do autor). *Common Communication Format* (CCF) é um formato que adveio para contribuir com o intercâmbio de dados bibliográficos entre as organizações, tendo a sua terceira edição publicada em 1992. Possui dois tipos de aplicação, o CCF/B para bibliografia e o CCF/F para dados factuais. Tem como objetivo o desenvolvimento de um método detalhado para viabilizar o registro de um conjunto de elementos de dados obrigatórios e opcionais que irão gerar um registro legível para computador, entre múltiplos sistemas (Chandrakar, 2005).

interpretação do elemento ou dado é realizada conforme a posição dos caracteres, além de não possuir código de subcampo (Moreno; Brascher, 2007).

**Quadro 7:** Campos de controle do formato MARC.

CAMPO	DESCRIÇÃO
001	Número de controle.
003	Identificador do número de controle.
005	Data e hora da última atualização do registro.
006	Material adicional.
007	Descrição física.
008	Todos os materiais (formato do objeto).

Fonte: Adaptado de Moreno e Brascher (2007).

Por sua vez, **Campos de dados** (Quadro 8) são representados por *tags* que não iniciam com “00”. No caso, para a descrição são necessários dois tipos de designação de conteúdo: os **indicadores**, que utilizam os numerais de zero a nove, ou acrescenta-se o símbolo cerquilha (#) quando não for estabelecido o indicador, incluído em duas posições logo depois do número do campo; e os **Códigos de Subcampos**<sup>35</sup>, representados usualmente por letras minúsculas, que são adotadas para designar qual o conteúdo que está sendo descrito (de forma pré-definida pelo formato) (Alves; Souza, 2007; Modesto, 2007; Moreno; Brascher, 2007).

**Quadro 8:** Campos de dados do formato MARC.

CAMPOS	DESCRIÇÃO	CONTEMPLAÇÃO
1XX <sup>36</sup>	Entrada principal	<i>Tags</i> 100 a 130: nome pessoal (100); entidade (110); evento (111); e título uniforme (130).
20X-24X <sup>37</sup>	Título e Título relacionado	<i>Tags</i> 210 a 247: título abreviado (210); título-chave (222); título uniforme/original (240); título traduzido pela instituição

<sup>35</sup> Possuem delimitadores, que são representados por símbolos, sendo o cifrão “\$” o mais utilizado (que denota o indicador de subcampo), além da barra diagonal “/” (utilizada em posições específicas de caracteres aplicadas no Líder, Diretório, campo 007 e 008), barra vertical “|” (aplicada nos campos 006, 007 e 008 e no subcampo \$7 do campo 533, e em outros casos definidos, com exceção do Líder, *tags*, indicadores e códigos de subcampos, onde não é aplicado este tipo de símbolo) etc. (Alves; Souza, 2007; Maranhão; Mendonça, 2017; Modesto, 2007; Moreno; Brascher, 2007).

<sup>36</sup> É um campo orientado em conformidade com as regras do código AACR2. Podem ser aplicados os indicadores delimitadores de subcampos predefinidos conforme as especificações do objeto descrito (Maranhão; Mendonça, 2017).

<sup>37</sup> Possuem orientações sobre sua aplicação, como uso de pontuações e a predefinição dos indicadores e delimitadores de subcampo (Maranhão; Mendonça, 2017).

		catalogadora (242); título uniforme coletivo (243); título principal (245); formas variantes do título (246); e título anterior (247).
25X-28X	Edição, publicação etc.	<i>Tags</i> 250 a 270: edição (250); área de dados específicos de música impressa (254); dado matemático cartográfico (255); características do arquivo de computador (256); informações como número de registros, indicações etc.; país da entidade produtora para filmes (257); informação sobre material filatélico (258); imprensa (publicação, distribuição etc) (260); data de publicação planejada (263); produção, publicação, distribuição, fabricação e nota de <i>copyright</i> (264); e endereço (270), que pode ser acesso eletrônico, telefone, endereço para correio, localização física etc.
3XX <sup>38</sup>	Descrição física.	<i>Tags</i> 300 a 388: informações sobre tempo, horário, periodicidade (anterior e última), tipos (conteúdo, mídia e suporte), suporte físico, dados (referência geoespacial e coordenada plana), características (sonoras, projeção, vídeo e arquivo digital), data de publicação, preço, idioma, execução etc.
4XX	Série	<i>Tag</i> 490: título de série relacionado.
5XX	Notas	<i>Tags</i> 500 a 59X: nota iniciada com a palavra “com” (501), para materiais distintos (gravações de som, filmes, vídeos, material gráfico projetável etc.) com características semelhantes, que quando reunidos precisarão de alternativas para a distinção; nota de dissertação ou tese (502); nota de conteúdo (505); e nota de restrição de acesso (506).
6XX	Assuntos	<i>Tags</i> 600 a 697: nome pessoal (600); entidade (610); eventos (611); título uniforme (630); nome de acontecimento (647); termo cronológico (648); assunto tópico (650); nome geográfico (651); e termo não pesquisado e não controlado (697) <sup>39</sup> .
70X-75X	Entradas secundárias	<i>Tags</i> 700 a 754: nome pessoal (700); entidade (710); evento (711); nome não controlado (720); título uniforme (730); título relacionado e analítico não controlado (740); forma hierárquica do nome geográfico (752); detalhes do sistema para arquivos de computador (753); e identificação taxonômica (754).
76X-78X	Entrada de ligação	<i>Tags</i> 760 a 787: série principal (760); subsérie (762); idioma original (765); tradução (767); suplemento/número especial (770); registro principal (772); suplemento ou número especial, analítica (773); unidade componente (774); outra edição (775); formato físico adicional (776); publicado com (777); título anterior/posterior (780-785); fonte do dado (786); e relações não específicas (787).
80X-840	Entrada secundária de série	<i>Tags</i> 800 a 840: nome pessoal (800); entidade (810); eventos (811); e título uniforme (830).
841-88X	Coleções, Localização,	<i>Tags</i> 841 a 887: coleção (841); descrição do suporte físico (842); nota de reprodução (843); nome da unidade (844); nota de termos de reguladores de uso e reprodução (845); coleção da instituição

<sup>38</sup> É importante destacar que os tópicos apontados podem ser aplicados tanto para o material principal quanto para o adicional, além da possibilidade de serem relacionados a aspectos como codificação, controle, arranjo da coleção (objetos), disposição, especificações técnicas, designações cronológicas, modo de armazenamento etc. (Maranhão; Mendonça, 2017).

<sup>39</sup> *Tag* que faz referência a termos que não estão incluídos em sistemas de tesouros ou em lista de autoridade, e são elaborados pela agência ou instituição catalogadora.

	Gráficos alternados etc.	(850); localização (852); material adicional e índice (853-855); localização e acesso eletrônico (856); numeração e cronologia (863-865); inventário textual (866-868); informação do documento (876-878); representação gráfica alternada (880); proveniência dos metadados gerados pelo computador (883); informação sobre conversão (884); informação sobre correspondência (885); informação de campos MARC não integrados (886); e informação de campos não-MARC (887).
--	--------------------------	--

Fonte: Adaptado de Maranhão e Mendonça (2017).

Como exemplo de descrição bibliográfica a partir do formato MARC, a Figura 2 apresenta um registro de um livro, o qual está representado por elementos como título, idioma, editora, nota, classificação bibliográfica e assuntos da obra.

**Figura 2:** Exemplo de registro bibliográfico (MARC): livro.

001		968685
003		BR-BrUNB
005		20170612105900.0
008		090610s2008 dfb# ### #001 0#por#d
020		\$a 858563734X
040		\$a BR-BrUNB \$c BR-BrUNB
041	1	\$a por \$h ita
080		\$a 02-021.131
090		\$a 02-021.131 \$b T158b \$e =690
100	1	\$a Tammaro, Anna Maria
240	1 3	\$a La biblioteca digitale. \$l Português
245	1 2	\$a A biblioteca digital / \$c Anna Maria Tammaro, Alberto Salarelli ; tradução de Antonio Briquet de Lemos.
260		\$a Brasília : \$b Briquet De Lemos, \$c 2008.
300		\$a xvi, 378 p. ; \$c 23 cm
504		\$a Inclui bibliografia e índice.
650	0 4 0 4 0 4	\$a Biblioteca digital \$a Tecnologia da informação \$a Documentos eletrônicos
700	1	\$a Salarelli, Alberto, \$d 1967-
856	4	\$z Imagem \$u <a href="http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/000009/0000095d.jpg">http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/000009/0000095d.jpg</a>

Fonte: BCE/UnB (20--?).

Para detalhar os campos utilizados na descrição da obra exemplificada na Figura 2, o Quadro 9 apresenta as *tags*, os indicadores e os delimitadores correspondentes aos dados extraídos da descrição.

**Quadro 9:** Elementos descritivos de um registro bibliográfico (MARC).

<b>TAG</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>DELIMITADOR/ SUBCAMPO</b>	<b>DADO</b>
Número de controle (001)	-	-	968685
Código MARC da agência catalogadora (003)	-	-	BR-BrUNB
Data e hora da última atualização (005)	-	-	20170612105900.0
Campo de Tamanho Fixo - Livros (008)	-	-	090610s2008 dfb# ### #001 0#por#d
Número normalizado - ISBN (020)	-	\$a número do ISBN	\$a 858563734X
Fonte da catalogação (040)	-	\$a código da instituição \$c instituição que transcreveu o registro em formato legível por máquina	\$a BR-BrUNB \$c BR-BrUNB
Código do idioma (041)	1	\$a código do idioma do texto \$h código do idioma do documento original	\$a por \$h ita
Número da CDU (080)	-	\$a número da CDU	\$a 02-021.131
Número de chamada local (090)	-	\$a número de classificação \$b número de cutter \$e	\$a 02-021.131 \$b T158b \$e =690
Entrada principal (100)	1	\$a nome pessoal	\$a Tammaro, Anna Maria
Título uniforme/original (240)	1 3	\$a título uniforme \$l idioma da publicação	\$a La biblioteca digitale. \$l Português
Título principal (245)	1 2	\$a título principal \$c indicação de responsabilidade	\$a A biblioteca digital / \$c Anna Maria Tammaro, Alberto Salarelli ; tradução de Antonio Briquet de Lemos.
Imprenta (260)	-	\$a local de publicação \$b nome do editor \$c data de publicação	\$a Brasília : \$b Briquet De Lemos, \$c 2008.
Descrição física (300)	-	\$a extensão \$c dimensões	\$a xvi, 378 p. ; \$c 23 cm
Nota de bibliografia etc. (504)	-	\$a nota de bibliografia	\$a Inclui bibliografia e índice.



Assunto tópico (650)	0 4 0 4 0 4	\$a cabeçalho tópico ou nome geográfico	\$a Biblioteca digital \$a Tecnologia da informação \$a Documentos eletrônicos
Entradas secundárias (700)	1	\$a nome pessoal \$d datas associadas ao nome	\$a Salarelli, Alberto, \$d 1967-
Localização e acesso eletrônico (856)	4	\$z nota do público \$u identificador uniforme de recurso	\$z Imagem \$u <a href="http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/00009/0000095d.jpg">http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/00009/0000095d.jpg</a>

Fonte: BCE/UnB (20--?), Maranhão e Mendonça (2017) e Valadares (2018).

Sendo uma característica comum ao contexto das tecnologias digitais, assim como o formato MARC surgiu, permitindo que registros bibliográficos fossem lidos e intercambiados por máquinas, surgiu o interesse pela adoção de modelos orientados ao esquema de relacionamentos<sup>40</sup> entre entidades e atributos. Esse tipo de modelagem conceitual<sup>41</sup> desempenhou um papel fundamental na concepção de novos formatos de descrição bibliográfica, como é o caso dos chamados FRBR, os quais podem orientar o desenvolvimento e implementação de catálogos eletrônicos.

### 3.5 MODELO FRBR

O modelo conceitual FRBR surgiu como uma mudança na abordagem das práticas de catalogação, baseadas em três razões: a primeira, mediante ao tratamento dos dados bibliográficos frente ao crescente desenvolvimento de sistemas automatizados e das bases de dados tanto em abrangência nacional quanto internacional; a segunda, decorrente do progresso da catalogação compartilhada, *a priori* estimulando a minimização de gastos e dos esforços duplicados na catalogação; e a terceira, originária das pressões econômicas que provocaram a necessidade de simplificação do processo de catalogação, e determinar um “nível mínimo”, em contrapartida com o crescimento cada vez maior

<sup>40</sup> Trata-se de um modelo intitulado Modelo Entidade Relacionamento (MER), orientado para banco de dados, adotado para a identificação das entidades-chaves que compõem um padrão de dados e para a definição das regras de relacionamento entre os dados. O MER permite distinguir o modo como uma obra relaciona-se com outras, assim contribuindo com o processo de recuperação (Lourenço, 2005; Machado, 2015).

<sup>41</sup> É atribuída em banco de dados para descrição e escolha de quais dados serão armazenados, assim como define quais serão os relacionamentos entre esses dados. Modelagens conceituais tratam das especificações necessárias para a qualidade das informações em um ou mais modelos de representação, em formato físico ou digital (Fusco, 2010).

da produção editorial. Entre outras argumentações estão a primordialidade da adaptação de códigos e das práticas de catalogação para corresponder à diversidade de formas de publicações e às TIC, além das necessidades e demandas advindas dos usuários que passaram a exigir uma resposta cada mais concisa e ágil (IFLA, 2009, tradução nossa).

O Seminário de Estocolmo, em 1990, demonstrou a importância de definir recomendações para a elaboração de registros a partir de um nível básico, em contexto nacional, o que possibilitaria às agências bibliográficas a redução de custos na catalogação, sobretudo na criação dos registros, em um nível inferior ao completo, mas priorizando atender às exigências primordiais dos usuários. Em 1992, a Comissão Permanente da Seção da IFLA sobre Catalogação, na Conferência da IFLA, em Nova Delhi (Índia), aprovou os termos de referência para a elaboração do projeto de relatório dos FRBR. Concluído em 1995, o grupo de estudo responsável redigiu o relatório preliminar e, em 1996, foi encaminhado para a Seção de Catalogação da IFLA para uma revisão de esfera mundial, com duração de seis meses (Lourenço, 2005).

Houve, portanto, o reconhecimento pelo grupo de estudos da IFLA da necessidade de uma discussão aprofundada sobre os registros de autoridade, indicando como viável a expansão das formas autorizadas de nomes (Holanda, 2020). Para a IFLA (2010, p. 6, tradução nossa), “[...] os desenvolvedores do FRBR imaginaram que suas extensões cobririam os dados adicionais que são normalmente registrados em registros de autoridade”. Em consequência, surgiu o modelo *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), concebido a partir do Grupo de Trabalho denominado *Functional Requirements of Authority Numbering and Records* (FRANAR), estruturado em 1999 e pensando com a finalidade de realizar estudos a partir dos FRBR para analisar dados referentes às autoridades. Os FRAD originaram-se, de fato, no ano de 2009, advindo como um modelo conceitual que admitia dados de autoridade de todos os tipos, independente de suporte físico ou armazenamento, sendo capaz de fornecer uma estrutura referencial para relacionar os dados criados pelos profissionais às necessidades dos usuários. No caso, os FRAD foram pensados para atuar como alicerce para o controle de autoridade e para o compartilhamento de dados de autoridade em âmbito internacional. Ainda, em 2010, surgiu o modelo conceitual intitulado de *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), intencionado em atuar

no tratamento de dados de assunto, fomentando uma estrutura conceitual das entidades do grupo três dos FRBR (Cavalheiro; Arakaki, 2023; IFLA, 2013, tradução nossa; Machado, 2015).

Como objetivos para a fundamentação dos FRBR, dois foram determinados: fornecer um quadro para auxiliar na clareza dos dados que serão administrados nos registros bibliográficos, em conformidade às demandas dos usuários; e propor um nível básico para as funcionalidades de registros produzidos pelas agências bibliográficas nacionais (Assumpção, 2012). O caminho adotado para seguir os supracitados objetivos foi basear-se

[...] em uma técnica de análise de entidade que é usada no desenvolvimento de modelos conceituais para sistemas de banco de dados relacionais [...] abordagem estruturada para a análise de requisitos de dados que facilita os processos de definição e delineamento que constavam dos termos de referência do estudo (IFLA, 2009, p.9, tradução nossa).

Os FRBR possuem 10 entidades, divididas em três grupos (Quadro 10): **Grupo 1**, formado pelas entidades marcadas pelo trabalho, sendo artístico ou intelectual; **Grupo 2**, constituído pelas entidades designadas como responsáveis pelo conteúdo (artístico ou intelectual), pela produção física, além da disseminação ou guarda das entidades, relacionadas ao Grupo 1; e **Grupo 3**, composto pelas entidades que irão fornecer o assunto para a entidade “obra” do Grupo 1, da mesma forma quando em relacionamento com as unidades do Grupo 2 (Assumpção, 2012; Lima, 2008; Moreno; Márdero Arellano, 2005; Silveira; Tálamo, 2009).

**Quadro 10:** Entidades por grupo (FRBR).

GRUPO	ENTIDADE	ABORDAGEM
1	Obra	Trata-se da criação (artística ou intelectual). Sendo considerada como abstrata, pode ocorrer adversidades em sua definição, como, por exemplo, em casos de revisões e traduções, originando novas expressões. Entretanto, nos casos de adaptação, implicará em uma nova obra.
	Expressão	Refere-se a realização (artística ou intelectual) que a obra assume ao ser constituída.
	Manifestação	Consiste na materialização, ou seja, o suporte físico do qual a obra irá instituir-se, como, por exemplo, os livros, os filmes, os audiovisuais etc.
	Item	Também representa-se de forma concreta, sendo o recurso que irá compor um único exemplar de uma manifestação.

2	Pessoa	Compõem esse grupo o próprio indivíduo, identificado de maneira consistente e independente.
	Entidade coletiva	Definida com um grupo de indivíduos e/ou organizações, que agem na proporção de uma unidade.
3	Conceito	Refere-se a uma noção ou a ideia apresentada de forma abstrata.
	Objeto	Representa uma coisa material, concreta.
	Evento	Será uma ocorrência, um fato ou uma ação (histórica, época ou período de tempo).
	Lugar	Tudo o que se encaixa para definir um ambiente (histórico ou contemporâneo), características geográficas etc.

Fonte: Adaptado de Assumpção (2012), Lima (2008), Moreno e Márdero Arellano (2005), Oliver (2011) e Silveira e Tálamo (2009).

Para que essas entidades reúnam-se, é necessário adotar relacionamentos entre si, como pode ser observado no exemplo da Figura 3, que representa conceitualmente a **obra** *Robson Crusóé*, a partir de entidades do Grupo 1. Segundo Oliver (2021), essa obra **expressa-se** na forma de texto escrito em inglês, **manifesta-se** pela publicação da *Oxford University Press* em 2007 e consta como um **item**/exemplar disponível na *McGrill University*.

**Figura 3:** Entidades e relações primárias (Grupo 1 - FRBR).



Fonte: Lourenço (2019).

Em suma, as relações podem ser estabelecidas por três tipos, ou seja, relacionamentos entre as entidades do Grupo 1, do Grupo 2 e do Grupo 3. O **primeiro Grupo** utiliza uma estrutura em que a obra pode ser realizada por uma ou

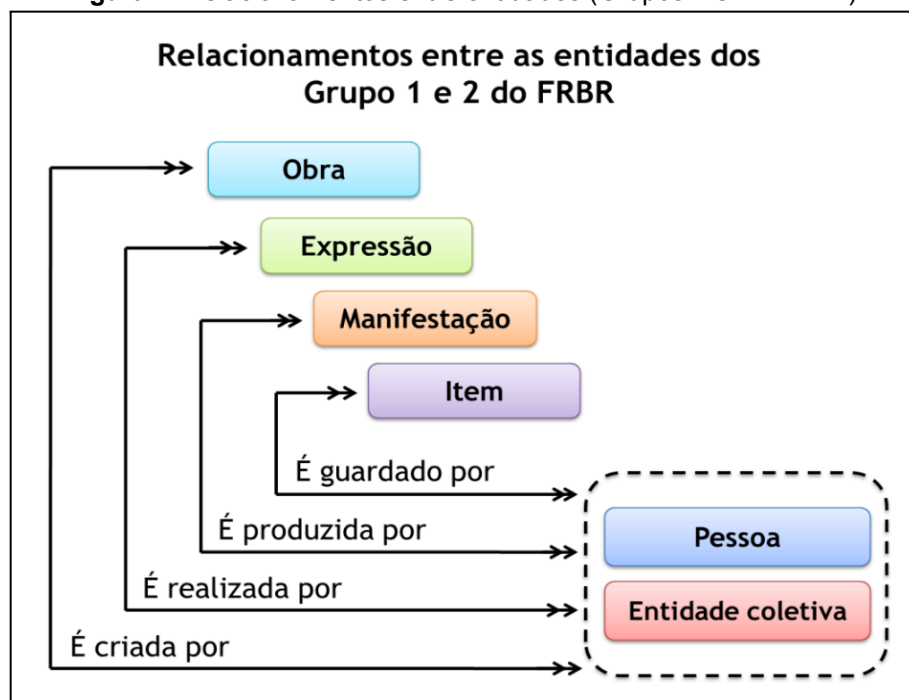
mais expressões, as quais podem ser incorporadas por uma ou mais manifestações, ao passo que essas podem ser exemplificadas por um ou mais itens. Em sentido reverso, a expressão é realizada por apenas uma obra, enquanto o item pode ser exemplificado por apenas uma manifestação (IFLA, 2009, tradução nossa).

O **segundo Grupo** realiza os relacionamentos de maneira que a obra seja criada por uma ou mais pessoas ou entidade coletiva, da mesma forma que a expressão. A manifestação pode ser produzida por uma ou mais pessoas ou entidade coletiva, e o item pode pertencer a uma ou mais pessoas ou entidade coletiva (IFLA, 2009, tradução nossa).

O último, e **terceiro Grupo**, conterà as entidades dos Grupos 1 e 2, referente a obra, a qual poderá ser integrada como assunto de outra obra, assim como um ou mais conceitos, objetos, eventos e/ou lugares, expressões, manifestações, itens, pessoas e/ou entidades coletivas (IFLA, 2009, tradução nossa).

As setas duplas são utilizadas para representar a relação criada entre as **entidades** (Figura 3), indicando que as entidades de mesma natureza podem relacionar-se entre si, ou seja, compreende-se que a **obra** pode ser realizada por uma ou mais expressões, contudo, a expressão tem apenas uma seta em relação à obra, portanto, ela pode existir em apenas uma obra. A **expressão** é realizada por várias expressões, assim como é também materializada em diversas manifestações. No caso do **item**, não é viável a representação de mais de um tipo de manifestação, conforme a aplicação de apenas uma seta (Assumpção, 2012; Valadares, 2018).

**Figura 4:** Relacionamentos entre entidades (Grupos 1 e 2 - FRBR).



Fonte: Assumpção (2012).

Ainda deve-se mencionar que os relacionamentos entre as entidades dos Grupos 1 e 2 (Figura 4), representados por setas duplas, caracterizam que uma mesma obra pode ser criada por uma ou mais pessoas ou entidade coletiva, assim como elas podem criar uma ou mais obras (Assumpção, 2012).

Além das relações, todas as entidades dos FRBR possuem um agregado de atributos (Quadro 13), que servem tanto para orientar os usuários em suas consultas quanto na interpretação dos resultados obtidos. É importante ressaltar que existem atributos inerentes à entidade e outros extrínsecas (quando necessita de uma análise de fontes externas). Estas fontes são visualizadas por dois aspectos: o primeiro inclui tanto as características físicas referentes ao que é concreto/físico, e suas propriedades, quanto as obtidas por meio de informações de rotulagem, isto é, declarações realizadas em partes de uma obra, como páginas de rosto, capas etc.; o segundo aspecto trata dos identificadores que são atribuídos para uma entidade e das informações referentes ao contexto em que a obra foi constituída (Assumpção, 2012; IFLA, 2009; Valadares, 2018).

**Quadro 11:** Exemplo de atributos entre entidades FRBR.

GRUPO	ATRIBUTO
1	Obra: título, forma, data, meios de execução etc.
	Expressão: título, forma, linguagem, tipo (notação musical) entre outros.
	Manifestação: título, designação (responsabilidade/edição), local (publicação/distribuição), data, condições físicas (dimensões), identificador, extensão (volume/edição) etc.
	Item: identificador, procedência, acesso (uso/restrições/autorizações) etc.
2	Pessoa física e entidade coletiva: nome, datas e números associados, título e outras designações.
3	Conceito, obra, evento e/ou lugar: termos específicos para cada entidade.

Fonte: Adaptado de IFLA (2013, tradução nossa) e Oliver (2011).

Sendo modelos conceituais do tipo MER, deve-se reforçar que tanto FRBR quanto FRAD estruturam as possibilidades de relações entre entidades, considerando os seus atributos, a partir de quatro atividades passíveis de realização pelos usuários.

### 3.5.1 Tarefas de usuários

Dentre as definições estabelecidas nos FRBR, deve-se mencionar que quatro atividades genéricas (Quadro 12), alusivas aos usuários, foram estabelecidas pelo modelo, na utilização de catálogos e dados bibliográficos nacionais. Sendo assim, as entidades, os atributos e os relacionamentos estarão associados nessas tarefas.

**Quadro 12:** Tarefas dos usuários (FRBR).

ATIVIDADE	PROPÓSITO
Encontrar	Refere-se às entidades resultantes dos critérios de busca, como, por exemplo, atributo, relacionamento etc., aplicados pelos usuários.
Identificar	Trata-se de distinguir se a entidade consequente corresponde a busca realizada, ou mesmo lidar com características análogas que duas ou mais entidades podem conter.
Selecionar	Atribui-se a disponibilizar ao usuário a entidade apropriada ou recusar as que não se adequem às necessidades (ou suportes) do usuário.
Adquirir ou obter	Concerne o acesso (físico/ <i>online</i> ) à entidade por meio de compra, empréstimo etc., ou ter acesso via meio eletrônico a uma entidade, como por um computador remoto.

Fonte: Adaptado de Assumpção (2012), IFLA (2009) e Oliver (2011).

No escopo dos FRAD, existem quatro tarefas/atividades genéricas alusivas aos usuários (Quadro 13), isto é, localizar, identificar, contextualizar e justificar, as quais incluirão os criadores de dados de autoridade, assim como os usuários desses dados, podendo estar situados em bases de dados, catálogos, bibliografias nacionais etc.

**Quadro 13:** Tarefas dos usuários (FRAD).

<b>ATIVIDADE</b>	<b>PROPÓSITO</b>
Localizar	Especifica-se a correspondência de uma entidade ou um conjunto de entidades aos critérios declarados, conforme um ou mais atributos, bem como o relacionamento da entidade utilizado como parâmetro para a busca.
Identificar	Corresponde a busca fidedigna das entidades, em que os resultados possuem similitude ao que foi procurado. Deste modo, é possível distinguir entre as entidades que possuem características análogas. Esta ação também pode ser empregada na validação de nomes para os pontos de acesso controlados.
Contextualizar	Aborda-se a elucidação das relações entre duas ou mais entidades (pessoas, pessoas colectivas, obras etc.) ou apenas trata da entidade que se refere ao nome apropriado conforme o contexto em que é aplicado.
Justificar	Dedica-se à fundamentação do motivo, ou seja, a decisão do criador dos dados de autoridade para formar o nome do ponto de acesso controlado.

Fonte: IFLA (2013, tradução nossa).

Ao conceder aos profissionais da área um nível básico de descrição/funcionalidade para os registros produzidos pelas agências bibliográficas de abrangência nacional, observa-se que as recomendações apoiadas nas ações dos usuários evidenciarão a parte mais importante para a representação desses registros bibliográficos. No caso, os valores atribuídos às definições de entidades, atributos e relacionamentos ajudarão na identificação dos requisitos de dados específicos para o registro básico (IFLA, 2009).

Como mencionado, por meio da estrutura fornecida pelos FRBR, fundamentada nos princípios do MER, é possível que sejam realizadas ações para mapear atributos e viabilizar relacionamentos entre entidades, considerando os atributos de cada uma. É nesta perspectiva que evoca-se a RDA, o qual constitui-se em elementos baseados nos FRBR e FRAD.



### 3.6 DIRETRIZES RDA

No que concerne aos tipos de recursos, sobretudo em meio eletrônico, mudanças ocorreram nos métodos de catalogação, em especial nas décadas de 1960 e 2000, considerando a propagação de novos suportes, novas formas de publicações e natural processo de transição para o mundo digital, fatos esses que foram dificultando a prolongação das modificações das regras do código AACR2, já que a aplicação do código se direciona, com ênfase, aos documentos em papel. Mediante o conjunto de lacunas proporcionadas pelo código, fomentou-se o surgimento da RDA para suprir exigências contemporâneas, a fim de controlar dados com o uso da tecnologia (Oliver, 2011).

Em virtude do alto nível de mudanças realizadas na código AACR2, em 2004, o CoP e o JSC, percebendo a exaustividade na revisão das regras, decidiram nomear o novo código como AACR3, sendo uma recém versão que harmonizou as terminologias e os conceitos com outros modelos, como os FRBR. A terceira versão do AACR foi dividida em três partes, ou seja, as partes I e II já existentes e a parte III, para tratar do controle de autoridade (Oliver, 2011).

A terceira parte da RDA tornou-se um elemento essencial para a sua aplicação nos catálogos, pois as notas de autoridades no AACR2 eram utilizadas para distinção dos dados. Na RDA, o citado controle possibilita tanto a identificação da autoridade quanto a geração de relacionamentos de forma automática entre autoridades e obras. Contudo, deve-se mencionar que a sua aplicação depende do uso de remissivas “VER” e “VER TAMBÉM”, além da inserção de metadados específicos (profissão, título dos autores, lugar, língua associada, endereço, gênero etc.), previstos na norma, os quais auxiliarão na identificação de uma autoridade, na inclusão de contexto e na distinção de ambiguidades (Serra, 2013).

A RDA é um conjunto de diretrizes que orienta quais são os elementos básicos para realizar a descrição e o acesso de um objeto informacional, conforme um conjunto de orientações de aplicação, ou seja, identificar o dado e formular como ele será registrado em cada elemento, permitindo que, assim, este dado seja usado de maneira pertinente. Estas características permitem que a RDA tenha adoção em diferentes métodos de codificação e formatos, sendo aplicado em âmbito internacional, resultante da cooperação entre quatro países, sendo eles Estados Unidos da América (EUA), Austrália, Canadá e Grã-Bretanha, o que conduziu uma

nova concepção para a prática catalográfica, embasada em inovadoras condutas sobre os elementos que serão descritos, formas de descrição e meios de acesso (Oliver, 2011; Silva et al., 2012).

No que refere à fundamentação das diretrizes, os alicerces da RDA atuam conforme os ICPs, que é uma declaração da IFLA que objetiva atualizar os antigos Princípios de Paris, como, por exemplo, o escopo dos objetos e formas de entrada, os quais foram ampliados para todos tipos de recursos e para todos os aspectos de dados bibliográficos e de autoridade (Bertolini et al., 2016, tradução nossa).

Quanto aos objetivos, a RDA almeja a **flexibilidade** dos metadados, isto é, que funcionem em diferentes formatos, mídias ou sistemas, e a **continuidade**, ou seja, que os metadados estejam suscetíveis a integração em bancos de dados vigentes. No que concerne aos princípios dos metadados, a RDA preocupa-se com a **diferenciação**, em outras palavras, descrever uma entidade<sup>42</sup>, e diferenciá-la de outras entidades, inclusive, de outras entidades usadas pela mesma entidade (RDA Toolkit, 2019, tradução nossa).

No que se refere a qualidade dos seus metadados para o catalogador, também chamado de agente (pessoa, coletivo etc.), faz-se necessário ter atenção a quatro especificações: **suficiência**, ou seja, a capacidade dos metadados de suprirem as necessidades do usuário na seleção de uma entidade apropriada, no contexto da descrição; **precisão**, que é a capacidade de rever, conforme as informações complementares fornecidas pelos metadados, possíveis representações imprecisas e duvidosas que possam existir em fontes de informação; **uniformidade**, isto é, coerência no contexto da descrição de uma entidade, considerando decisões, aplicações e declarações exercidas pelo agente; e **relacionamentos**, os quais serão gerados a partir de recomendações (pertinentes) dos metadados, direcionando as relações entre entidades (RDA Toolkit, 2019, tradução nossa).

A RDA, quando do seu surgimento, trouxe consigo algumas preferências de aplicação, como, por exemplo, orientar se a descrição de todas as informações por extenso não dependem do uso de ISBDs e pontuações gráficas conforme o código AACR2. Na verdade, sua apresentação organizou-se como um conglomerado de

---

<sup>42</sup> Pode ser entendida como uma “[...] produção do trabalho intelectual ou artístico de uma pessoa, grupo ou família. Essas entidades são divididas em obra, expressão, manifestação e item. Cada entidade possui um conjunto de atributos descritivos” (Silva; Hübner, 2019, p. 42).

instruções alicerçadas nos modelos conceituais FRBR e FRAD, os quais influenciaram tanto na linguagem aplicada nas instruções quanto na inserção de elementos (atributos e relações), inexistentes nas regras do código AACR2 (Hatsek; Hilleshein, 2013; Oliver, 2011; Silva et al. 2012).

Outra característica da RDA é a modificação nas DGMs e nos tipos de materiais, substituídos por uma base composta de três elementos: de conteúdo; de mídia; e de suporte. O primeiro é utilizado para toda a forma de conteúdo, referindo-se à expressão do objeto e a sua identificação pelo usuário. O tipo de mídia é aplicado para o suporte, o que permite distinguir os tipos de manifestações<sup>43</sup> em que o objeto se apresenta, enquanto uma ação que ajuda o usuário, por exemplo, a descobrir recursos em áudio, independentemente de qualquer que seja o tipo de suporte. Por sua vez, o tipo de suporte relaciona-se ao tipo de mídia, ao passo que também trata de manifestações, porém apresenta-se como uma abordagem mais específica, pois refere-se ao formato do meio de armazenamento e ao invólucro de um suporte, isto é, ao tipo de dispositivo de intermediação, tal qual o conteúdo de um filme (recursos visuais), que pode ser armazenado em um filme de rolo, entre outros suportes. Observa-se, assim, a importância de aplicar esses tipos de designações para auxiliar os usuários tanto nas delimitações de buscas quanto no reconhecimento de novos recursos (Holanda, 2020; Oliver, 2011).

Vale mencionar que os três elementos supramencionados são correspondentes aos campos MARC 21, sendo que o tipo de conteúdo relaciona-se ao campo 336, e que, independente de formato físico, as expressões apresentam-se na forma de livro impresso, *e-book*, PDF etc. O tipo de mídia assemelha-se ao campo 337 (do MARC 21), incluindo áudio, vídeo, arquivo de computador etc. O tipo de suporte corresponde ao campo 338, essencialmente ao formato do meio que armazenará ou oferecerá cobertura (invólucro), associado ao tipo de dispositivo de intermediação que permitirá acesso ao conteúdo informacional do objeto, tal como o conteúdo de um filme, composto de imagens em movimento bidimensional, armazenadas em um filme de rolo ou outros suportes. Além das referidas aproximações, salienta-se que a RDA pode ser codificado em outros esquemas, como é o caso do padrão de metadados DC, para recursos *online*, o *Metadata*

---

<sup>43</sup> Caracteriza-se como a concretização da forma física da expressão de uma obra. O código RDA permite que, através da descrição da obra, expressão, manifestação e item, seja possível representar os mais variados tipos de objetos, para diversos ambientes além de bibliotecas (Carvalho, 2019; Hatsek, 2012).

*Object Description Schema* (MODS)<sup>44</sup>, muito adotado para recursos musicais, e o *Bibliographic Framework Initiative* (BIBFRAME)<sup>45</sup>, apontado como possível substituto do MARC 21 (Holanda, 2020).

Em suma, a primeira versão *online* da RDA foi finalizada em 2010, e utilizada pela LC a partir do ano de 2013, passando a se chamar de RDA *Toolkit* e sendo disponibilizada e acessada via *web*. Em sua estrutura são incluídas informações sobre mapeamentos, denominada de tabelas de correspondência (*mappings*), com orientações sobre como serão compilados os elementos da RDA com outros esquemas de codificação (Holanda, 2020; Oliver, 2011). Neste sentido, julga-se necessário apresentar, mesmo que brevemente, as seções e os capítulos da RDA.

### 3.6.1 Composição estrutural

A RDA possui terminologias de dois modelos conceituais, FRBR e FRAD, segundo um arranjo dividido em duas partes básicas: 1) registro dos atributos das entidades, (seções 1 a 4); 2) registro dos relacionamentos entre as entidades (seções 5 a 10). Também deve-se mencionar que a estrutura possui 13 apêndices (A-M), os quais orientam sobre abreviaturas e símbolos, uso de maiúscula e minúscula, designadores de relacionamento entre as entidades, sintaxes de registros entre outros, além de glossário e índices (Ribeiro 2020; Valadares, 2018).

Em síntese, a estrutura da RDA contempla elementos baseados nos FRBR, como o elemento **entidade**, que corresponde a categoria abstrata de objetos conceituais que são utilizados por usuários de metadados RDA, incluindo agente, agente coletivo, corporação, expressão, família, item, manifestação, nome, pessoa, lugar, período de tempo e obra. O elemento **obra** relaciona-se com uma criação intelectual ou artística explícita. A **expressão** associa-se à realização intelectual ou artística de uma obra em seus diversos formatos (texto, som, imagem etc.). A

---

<sup>44</sup> Padrão de metadados bibliográfico processado em *Extensible Markup Language* (XML), uma linguagem recomendada pela *World Wide Web Consortium* (W3C) para a geração de linguagens de marcação. O MODS foi idealizado pela LC, em 2002, para aplicação em bibliotecas digitais, possuindo recursos textuais ao invés de códigos numéricos, por meio de um subconjunto de elementos do MARC 21 (Araújo, 2019; Formenton et al., 2017; Holanda, 2020).

<sup>45</sup> O modelo é aplicado ao contexto de relacionamento entre entidades, através do reconhecimento dessas entidades, como recursos, e dos atributos e suas relações, como propriedades. Aplica-se a modelagem *Resource Description Framework* (RDF) da W3C, a qual consiste em identificar essas entidades como recursos da *web*, possibilitando realizar anotações adicionais como mapeamentos de outros vocabulários ou extensões (Library Of Congress, 2012, tradução nossa).

**manifestação** elenca aspectos do tipo individual, publicada, inédita ou parte de uma manifestação, os quais designam uma exteriorização física de uma expressão de uma obra. O **item** possui carácter singular e representa uma manifestação. O **agente** pode ser coletivo (unidade ou organização) ou uma única pessoa, que executa ação e recebe direitos e responsabilidades referentes ao conteúdo que concebe. A **pessoa** caracteriza-se como um ser humano que vive ou supostamente viveu. Quanto ao **agente coletivo**, engloba uma pessoa jurídica ou uma família. O **corpo corporativo** refere-se a um agente coletivo organizado com interesses em comum, para uma atividade ou um propósito. A **família**, também caracterizada como um agente coletivo, vincula-se aos diversos níveis de parentesco. O **nome** pode abarcar um título, um ponto de acesso ou um identificador. Finalmente, o **lugar** representa a extensão do espaço e do tempo, correspondendo a um período de tempo limitado (RDA Toolkit, 2019, tradução nossa).

Para realizar uma descrição efetiva de um objeto informacional são considerados todos os elementos entendidos como pertinentes, os quais ajudarão a identificar e acessar uma denominada entidade. São eles: denominação; nome da entidade; nome preferencial da entidade; ponto de acesso para entidade (codificação de vocabulário ou cadeia de caracteres); ponto de acesso autorizado para entidade; e identificador (RDA Toolkit, 2019, tradução nossa).

Quanto às 10 seções (estrutura da RDA Original), conforme os objetivos funcionais, elas associam as instruções fornecidas com as tarefas desempenhadas pelos usuários, evidenciando a correlação entre o dado, a função do dado e a execução de uma tarefa do usuário. Além destas seções, a RDA é composta por um grupo de 13 apêndices, os quais contêm orientações complementares, e ainda fornecendo um mapeamento sobre a RDA em contrapartida a outros padrões (bibliográficos e autoridade) (Assumpção; Santos, 2013; Oliver, 2011).

A estrutura da RDA Original (Quadro 14) apresenta em seu índice uma introdução com informações sobre instruções gerais, finalidade, escopo, características e mapeamentos com outras normas e padrões existentes. Essa estrutura delinea-se em 38 capítulos, distribuídos entre as seções (com o capítulo 10 ainda em desenvolvimento) e 13 apêndices (de A a M). Considerados aspectos diferenciais, as seções da RDA são compostas com orientações focadas nas tarefas dos usuários (encontrar, identificar, selecionar e obter) e a mudança na organização

das regras se comparada ao código AACR2, pois não são ordenadas segundo o tipo de material (Hatsek; Hillessein, 2013; Holanda, 2020).

**Quadro 14:** Estrutura da RDA (seções e capítulos para atributos e relações).

SEÇÃO	CAPÍTULO
1) Registro de atributos para manifestação e item	1-4
2) Registro de atributos para obra e expressão	5-7
3) Registro de atributos para pessoas e entidades	8-11
4) Registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar	12-16
5) Registro básico para relações entre obra, expressão, manifestação e item	17
6) Registro das relações para pessoas e entidades	18-22
7) Registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra	23
8) Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens	24-28
9) Registro das relações entre pessoas e entidades	29-32
10) Registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares	33-37

Fonte: Adaptado de Hatsek e Hillessein (2013).

Entre os muitos suportes digitais contemplados pela RDA está a gravação de áudio (Quadro 15), que pode considerar, para a sua descrição, elementos presentes no código AACR2, como, por exemplo, título principal (1.1B), correspondente ao título adequado (2.3.2) e indicações de responsabilidade (1.1F), relativa ao título próprio (2.4.2), assim como novos elementos da RDA, incluindo as modificação nas DGMs e nos tipos de materiais aplicados no AACR2, como o próprio DGM (1.1C) dimensões (1.5D) etc. Ainda é possível mencionar subdivisões destes novos elementos implementados na RDA, como tipo de mídia (3.2), tipo de suporte (3.3), extensão (3.4), tipo de gravação (3.16.2), tipo de arquivo digital (3.19.2) entre outros.

**Quadro 15:** Exemplo de registro bibliográfico (RDA): *audio book*.

RDA (REF)	ELEMENTOS RDA	REGISTRO DE DADOS
2.3.2	Título adequado	Lives of girls and women
2.4.2	Indicação de responsabilidade relativa ao título próprio	Alice Munro

2.5.2	Designação da edição	Resumida
2.5.4	Termo de responsabilidade relativo à edição	by Ruth Fraser
2.8.2	Local de publicação	Fredericton, NB, Canadá
2.8.4	Nome do editor	BTC Audiobooks, an imprint of Goose Lane Editions
2.8.6	Data da publicação	data de publicação não identificada
2.11	Data de direitos autorais ( <i>Copyright</i> )	©2005
2.13	Modo de emissão	monografia multipartes
2.15	Identificador da manifestação	ISBN 0-86492-398-8
3.2	Tipo de mídia	áudio
3.2	Tipo de mídia	computador
3.3	Tipo de suporte	disco de áudio
3.3	Tipo de suporte	disco de computador
3.4	Extensão	3 discos de áudio
3.5	Dimensões	12 cm
3.16.2	Tipo de gravação	digital
3.16.3	Meio de gravação	óptico
3.19.2	Tipo de arquivo digital	arquivo de áudio
3.19.3	Formato de codificação	CD de áudio
4.2	Termos de disponibilidade	\$29.95 Can (\$24.95 US)
4.3	Informações de contato	<a href="http://www.gooselane.com">http://www.gooselane.com</a>
6.9	Tipo de conteúdo	palavra falada
7.10	Resumo do conteúdo	Born on the backward "Flats Road," Del Jordan is a "nice girl" with big dreams in a small town that expects little from women beyond marriage and babies. In linked short stories, Del suffers embarrassment at the hands of her encyclopedia-selling mother, endures her body's insistent desires, and falls passionately in love with a young lumberyard worker, only to lose her chance for a university scholarship.
7.22	Duração	aproximadamente 3 h.

7.23	Intérprete, narrador e/ou apresentador	Narrado por Judy Mahbey
7.24	Crédito artístico e/ou técnico	Créditos: produtor, Lawrie Seligman; engenheiro de gravação, Eric Wagers
17.8	Trabalho manifestado	Munro, Alice, 1931- . Lives of girls and women
19.2	Criador	Munro, Alice, 1931-
18.5	Designador de relacionamento	autor
20.2	Contribuinte	Fraser, Ruth
18.5	Designador de relacionamento	abreviador
20.2	Contribuinte	Mahbey, Judy
18.5	Designador de relacionamento	narrador
20.2	Contribuinte	Seligman, Lawrie
18.5	Designador de relacionamento	produtor
20.2	Contribuinte	Wagers, Eric
18.5	Designador de relacionamento	engenheiro de gravação
26.1	Expressão relacionada	Resumo da primeira edição impressa publicada por McGraw-Hill Ryerson, 1971
27.1	Manifestação relacionada	Originalmente transmitido pela CBC Radio 1981

Fonte: Adaptado e traduzido de RDA *Toolkit* (2012?).

Sobre os apêndices, a estrutura da RDA possui: Apêndice A, sobre uso de maiúsculas; Apêndice B, sobre abreviaturas; Apêndice C, sobre artigos iniciais; Apêndice D, sobre sintaxe do registro para descrição do dado; Apêndice E, sobre sintaxe do registro para controle do ponto de acesso; Apêndice F, sobre cabeçalhos para pessoas; Apêndice G, sobre títulos de nobreza, termos de classificação etc.; Apêndice H, sobre datas do calendário cristão; e Apêndices I-M, sobre designadores de relacionamentos.

Os Apêndices I, J, K, L e M contêm os designadores de relacionamento<sup>46</sup> que são utilizados para as ligações entre as entidades do Grupo 1, com atributos como obra, expressão, manifestação e item, para as entidades do Grupo 2, com atributos

<sup>46</sup> Os relacionamentos das entidades dos Grupos 1 e 2 são registrados nos pontos de acesso 1XX e 7XX, com o uso dos designadores de função (Holanda, 2020).



como pessoa, família e entidade coletiva e para as entidades do Grupo 3, contemplando elementos, conceitos, objetos, eventos e lugares (Holanda, 2020).

Não menos importante, deve-se mencionar que existem diferenças terminológicas entre os códigos AACR2 e RDA. Em sentido de equivalência, o Quadro 16 compara um conjunto terminológico que perpassa cabeçalho, entradas, título e pontos de acesso.

**Quadro 16:** Terminologia entre AACR2 e RDA.

AACR2	RDA
Cabeçalho	Ponto de acesso
Cabeçalho autorizado	Ponto de acesso adotado
Entrada principal	Ponto de acesso/criador da obra
Entrada secundária	Ponto de acesso
Controle de autoridade	Controle de ponto de acesso
Título uniforme	Título preferencial - Nome da obra (inclui nome do criador, quando aplicável)

Fonte: Adaptado de Santos e Corrêa (2009, p. 64).

Entre as diferenças entre a RDA e o código AACR2 destaca-se a atribuição desempenhada pelo primeiro de ampliar a abrangência da descrição de objetos informacionais, considerando novos formatos e recursos emergentes das TIC. A RDA adveio para atender as mais variadas particularidades do objeto a ser representado, com o propósito de viabilizar registros que abarcam toda a diversidade de informações (pertinentes) em um sistema de busca, em uma aplicação de recuperação de dados bibliográficos.

### 3.7 HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: breve histórico, características e formatos

O desenvolvimento de HQ teve influência do *Gestalt*, conhecido como uma manifestação artística que consiste em atender públicos de massa, fornecendo uma linguagem simples, a partir de pensamentos, sons etc. e organizada em quadrinhos. No que concerne à comunicação, dentre as características de HQ, sobressai-se a sua potencialidade em representar algo com riqueza de detalhes e expressões, ao unir o linguístico (narrativa) e o pictórico (imagem), além de símbolos do meio

quadrinístico que permitem a criação do contexto em que o enredo está inserido, como o uso de balões, linhas de movimento, onomatopeias e metáforas visuais (Eisner, 1999; Vergueiro; Pigozzi, 2013).

A década de 1940 foi marcada por um intenso movimento em desacordo com as HQ, tendo a obra *Sedução dos Inocentes*, de Frederic Wertham, como um marco. Na época, a crítica realizada passou por uma analogia referente ao comportamento inadequado dos jovens com a eventual influência de HQ. Esse episódio facultou a criação dos *Comic Codes*, responsáveis por proferir regras para a criação das histórias. No decorrer da década de 1950, a publicação de histórias como a *Turma do Charlie Brown*, do autor Charles Schultz, englobaram reflexões sobre a sociedade, especificamente aspectos como o filosófico, o social e o psicológico. Mais tarde, na década de 1960, ocorreu o movimento denominado de *underground*, motivador da renovação de HQ, no momento em que os artistas subvertem as regras declaradas pelos *Syndicates* (Oliveira, 2008). Enquanto uma organização, um sindicato, os *Syndicates* possuíam

[...] direitos de venda e distribuição sobre os trabalhos dos desenhistas, funcionavam como uma agência de veiculação das HQ, preparando e emitindo milhares de matrizes, pelo mundo. Também eram reguladores da atividade, por meio de um código de ética, incluindo questões sobre ofensas, palavrões, imoralidade, religião, raça ou política, violência com mulheres, crianças e animais, incentivo ao crime etc. (Setubal; Rebouças, 2015 *apud* Furlan, 1989, p. 313).

Vergueiro reitera as resistências em torno das HQ ao longo dos anos, enfatizando as características herdadas dos romances folhetinescos, que circulavam durante os séculos XVIII e XIX. Ambos os tipos de materiais eram consumidos por classes consideradas de “baixo nível cultural”, incluindo os imigrantes iletrados, o que ocasionava resistência da população a esse tipo de entretenimento, sendo um sentimento que emanava das classes vistas como “elites letradas” da época. Outro aspecto refere-se ao panorama direcionado para as produções, as quais possuíam caráter humorístico, se aproximando da caricatura e da charge política, presentes na mesma vertente do desenvolvimento das HQ (Vergueiro, 2005).

Através das tirinhas de jornal, das revistas em formato característico, livros e sites especializados e dos álbuns que colecionam trabalhos de autores ou arcos de histórias consagrados na indústria e entre o público leitor, as histórias em quadrinhos estabeleceram um espaço próprio entre as demais linguagens. Assim, em interação com a imprensa, o cinema, a publicidade, o rádio e a televisão, as histórias em quadrinhos também contribuem para a formação do imaginário e das sociedades contemporâneas (Ramos, 2017, p.19).

Um importante avanço no reconhecimento de HQ como um recurso pedagógico no Brasil ocorreu no ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), considerada um “[...] pacto entre este produto cultural midiático e a educação formal” (Santos; Vergueiro, 2012, p. 82). No que se refere às HQ, a LDB versa sobre a indicação de seu uso, mencionando como deixá-los à disposição dos alunos e, dessa forma, compor o acervo de bibliotecas escolares, além de auxiliar na aprendizagem da língua portuguesa, visando contextualizar os conteúdos estudados (Brasil, 1997). Ressalta-se, portanto, a importância da HQ no meio da aprendizagem da língua portuguesa no Brasil, sobretudo diante da existência de abordagens e finalidades que podem ser aplicadas para este gênero de leitura, assim como defende Oliveira (2008, p. 183):

[...] sua função não se restringe ao uso didático como instrumento de facilitação e mediação entre o leitor e as obras clássicas. Ele também possibilita a fruição. Na verdade o quadrinho apresenta novas possibilidades de criação de textos e novas formas de leitura. É uma arte que, ao contrário do que vulgarmente se pensa, precisa ser apreendida e compreendida. A HQ é um meio que pode servir a muitos fins, como o de despertar um olhar criativo, o raciocínio rápido, a concatenação de idéias, o domínio de técnicas variadas de composição e da exploração do visual.

A configuração de HQ possui caráter dualístico, de imagem e desenho, o que exige do leitor habilidades de interpretação, envolvendo capacidades verbais e visuais, além do desenvolvimento da percepção estética (desdobramentos da arte) e do esforço intelectual (características da literatura). Pensar desta forma significa compreender que objetos do tipo HQ são designadas como um veículo gráfico que empenha-se, de certo modo, a coincidir com a vida real, mesmo referindo-se a fatos fictícios, dos quais o leitor faz a fusão destes dois ambientes aos seus contextos sociais, podendo, ou não, aplicar as informações captadas ao seu cotidiano. Ainda, como valorização da narrativa, tem-se a composição da anatomia dos personagens, as gesticulações, a postura, e a fisionomia como exemplos de características que propiciam ao personagem compor as suas singularidades e corresponder às

expectativas dos leitores. No que concerne à finalidade, as HQ são incluídas em dois grupos conforme a função que irá desempenhar para o leitor: para instruções, a partir de *storyboard*; para entretenimento, incluindo as *graphic novels*, gibis etc. Mesmo que delineados nestas classificações, as HQ podem estar presentes em ambos os contextos, simultaneamente (Eisner, 1999; Ramos, 2017).

A finalidade de HQ é discutida e analisada por profissionais de diversos segmentos, como é possível observar quando tenta-se aproximar as HQ da Ciência da Informação (CI), pois ambas tratam a leitura como algo que fornece informações às pessoas, e de certo modo possibilita a comparação entre os acontecimentos retratados nas obras e o cotidiano do leitor. Nesta perspectiva, as HQ fomentam um estilo de leitura diferenciado, comumente representado com uma abordagem mais lúdica, agregada de informações. As HQ podem ser vistas como fontes de informação, considerando que a prática de ler proporciona aos leitores a transmissão de conhecimentos, diante da veiculação de informações, as quais podem desencadear no leitor diversas emoções, necessidades, apreensões e atitudes, como reflexão, satisfação e busca por conteúdos (Ramos, 2017).

### 3.7.1 TIPOS

Evidencia-se a importância da estrutura visual de HQ, como cores, expressividade dos personagens, dos seres, das coisas entre outros recursos visuais e textuais para transmitirem vivacidade para a leitura, isto porque é reconhecido o papel da leitura como um instrumento social responsável por vincular-se a realidade e ao aprimoramento de capacidades intelectuais, incluindo a crítica e a reflexão sobre os fatos expostos e vivenciados (Silvério, 2012). Entre os atributos adotados para a composição de HQ, Eisner (1999) destaca (Quadro 17): tempo, balões de fala, quadros e enquadramento.

**Quadro 17:** Atributos básicos de HQ.

ATRIBUTO	APLICAÇÃO
<i>Timing</i> (tempo)	Caracteriza-se como recurso para representar a temporalidade dos acontecimentos. Para a captação por parte dos usuários são fornecidas informações sobre a dimensão do fato, como, por exemplo, som, espaço etc.
Balões de fala	Aplica-se para a medição de tempo durante uma narrativa, encarado como um recurso que possibilita a transmissão de som utilizando a linguagem visual.

Quadros	Utilizado para a junção e a sintetização das informações que darão continuidade aos acontecimentos. Os quadros quando organizados em sequência recebem a nomeação de quadrinhos.
Enquadramentos	Trata-se da perspectiva de fixar no quadro as ações de personagens em movimento, com o objetivo de dar sentido para o leitor e continuidade aos acontecimentos.

Fonte: Adaptado de Eisner (1999).

Sendo uma espécie de multimeios<sup>47</sup>, cuja organização necessita ser realizada de forma a respeitar peculiaridades e atributos (campos descritivos), as HQ possuem diversos formatos, assim como exemplificados por Eisner (1999), Sousa (2005), Guilhon (2018), Luyten (2003), Ramos (2009), Rocha (2013), Sartel (20--?) e Vergueiro (2005): álbuns e edições encadernadas; cartum; charge; fanzines; *gibis*; *graphic novels*, maxi e minisséries; mangá; publicações variadas; quadrinhos em jornais; *storyboards*; e tirinha.

Os **álbuns e edições encadernadas** (Figura 5) aproximam-se da estrutura dos livros infantis, não possuindo periodicidade e usualmente publicados em edições únicas. Identifica-se a origem desse tipo de HQ predominantemente na França e na Bélgica, apresentando um custo mais alto do que de outras publicações, como o gibi. Ainda, possuem maior fluidez e recursos gráficos mais elaborados (Vergueiro, 2005).

---

<sup>47</sup> São materiais que apresentam peculiaridades intrínsecas, consideradas além das tradicionais. Caracterizam-se como objetos diferentes do livro, das revistas, das teses etc. Estes objetos necessitam, por vezes, de tratamento diferenciado para atender aos seus constantes avanços, visto que existe correlação com as TIC, das quais fornecem cada vez mais inovações, e como resultado o surgimento de diferenciados suportes, formatos e meios de reprodução (Amaral, 1987; Silva; Silva; Brito, 2012).

Figura 5: Exemplos de álbuns e edições encadernadas.



Fonte: Da pesquisa (2023).

O HQ do tipo **cartum** (Figura 6), proporciona uma realidade genérica, atemporal, e que foi criado posteriormente às charges. Constitui-se de ilustrações que podem conter ou não caricaturas. Normalmente, um cartum possui narrativas curtas com humor, como críticas que atingem diversas vertentes, como política, esporte, religioso e social. A partir do século XX, foram dispostas as principais características dos cartuns, sendo elas: a sequências de quadros, que destaca um mesmo personagem, diálogos, figuras de linguagem etc.; a onomatopéia, que consiste em representar sons, ruídos e barulhos em geral (da natureza ou emitidos por animais) na forma de escrita; elementos paralinguísticos, que são encarregados de dar suporte para a comunicação, expressando informações que podem passar como subentendidas, acompanhadas por trejeitos e interações interpessoais, como suspiros, tom de voz, ritmos, pausas etc. (Rocha, 2013; Sartel, 20--?).

Figura 6: Exemplo de cartum.



Fonte: Santos (2016).

A **charge** (Figura 7) apresenta-se com um objetivo de satirizar um acontecimento temporal, um gênero textual que adota críticas explicitadas, além de atuar como importante instrumento comunicativo, isto porque é constituída de signos textuais e visuais com funções distintas. Este tipo de HQ pode ser encontrado em jornais, revistas, noticiários, em diversas mídias, como redes sociais digitais, etc. A charge requer conhecimento prévio por parte dos leitores, posto que lida com contextos do mundo, por vezes ligados à realidade sociopolítica, representada por elementos implícitos e caracterizada pelas pressuposições acerca do tema abordado. Para tanto, faz uso de recursos da semântica, como figuras de linguagem, estando entre elas ironia, metáfora e hipérbole (Guilhon, 2018; Rocha, 2013).



Figura 7: Exemplo de charge.



Fonte: Costa (2018).

As **fanzines** (Figura 8) são produções realizadas por admiradores do gênero, isto é, o próprio nome representa a junção de fã e magazine (revista). Dentre as possibilidades de publicação estão as analíticas, que discutem sobre as HQ (em geral e suas características), e as produções próprias. Na ótica da indústria, como uma espécie de mercado alternativo, as **fanzines** formam uma rede criativa, assim como fomentam o aparecimento de novos artistas (Vergueiro, 2005).

Figura 8: Exemplo de fanzine.



Fonte: Naranjo (2019).



Os **gibis** (Figura 9) denominam-se como publicações periódicas, feitas com material mais frágil e de pouca durabilidade. Trata-se de um produto clássico para o consumo de massas (grupos de pessoas), apresentando-se, em sua maioria, com dimensões de 13,5 X 19 cm. Podem existir publicações como edições especiais, almanaques, edições comemorativas entre outras (Vergueiro, 2005).

Figura 9: Exemplos de gibis.



Fonte: Da pesquisa (2023).

As **graphic novels, maxi e minisséries** (Figura 10) dispõem-se de edições únicas/fechadas com maior profundidade de conteúdo e aprimoramento gráfico, geralmente existe maior enfoque para um ou mais personagens, como também a participação de artistas convidados. Este formato foi popularizado nos anos de 1980, nos EUA, na tentativa de reinventar o gênero. Pode ser constituído de uma única publicação ou até em torno de 16 volumes (chamados de maxisséries) (Vergueiro, 2005).

Figura 10: Exemplos de *graphic novels*.

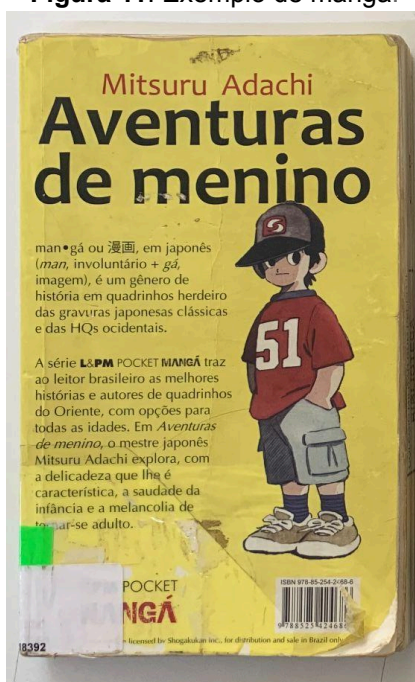


Fonte: Da pesquisa (2023).

O **mangá** (Figura 11) tem origem japonesa, com desenhos de traços exagerados e expressivos, obedecendo à ordem de leitura, da direita para a esquerda, ou seja, de trás para frente. O precursor desse estilo foi o artista Katsushita Hokusai, entre os anos de 1814 e 1849, com sua produção de quadrinhos, de gravuras em madeiras, de modo que produziu as obras denominadas *Hokusai Manga*, dispostas em 15 volumes. Anos depois, consagrou-se o nome “mangá”, por meio do desenhista Rakuten Kitazawa, que compunha a era nipônica chamada de *Meiji*. Foi uma época marcada pela vinda de estrangeiros, bem como influências de ingleses e franceses nas produções das revistas. No Brasil, os mangás eclodiram no ano de 1990, a maioria importados e distribuídos em São Paulo, no bairro da Liberdade (Luyten, 2003; Sartel 20--?).

Entre os tipos e o público ao qual se destinam, os mangás são organizados em três grupos distintos: *shogaku*, que destina-se ao público infantil, podendo possuir uma matriz didática, assim como assuntos diversos para este público; *shojo mangá*, que adequa-se a fase da adolescência, preferencialmente ao público feminino, abordando temas como romance e drama; e *shonen mangá*, que dirige-se aos adolescentes do sexo masculino, com temas como esportes, video *games* etc. (Luyten, 2003; Sartel 20--?).

Figura 11: Exemplo de mangá.



Fonte: Da pesquisa (2023).

As **publicações variadas** (Figura 12) relacionam-se ao aparecimento de HQ em revistas gerais de informação, destinadas a um público específico, podendo incluir, também, propagandas, edições patrocinadas, inovações nas áreas e outras informações relevantes (Vergueiro, 2005).

Figura 12: Exemplo de publicação variada (tirinha em um livro didático).



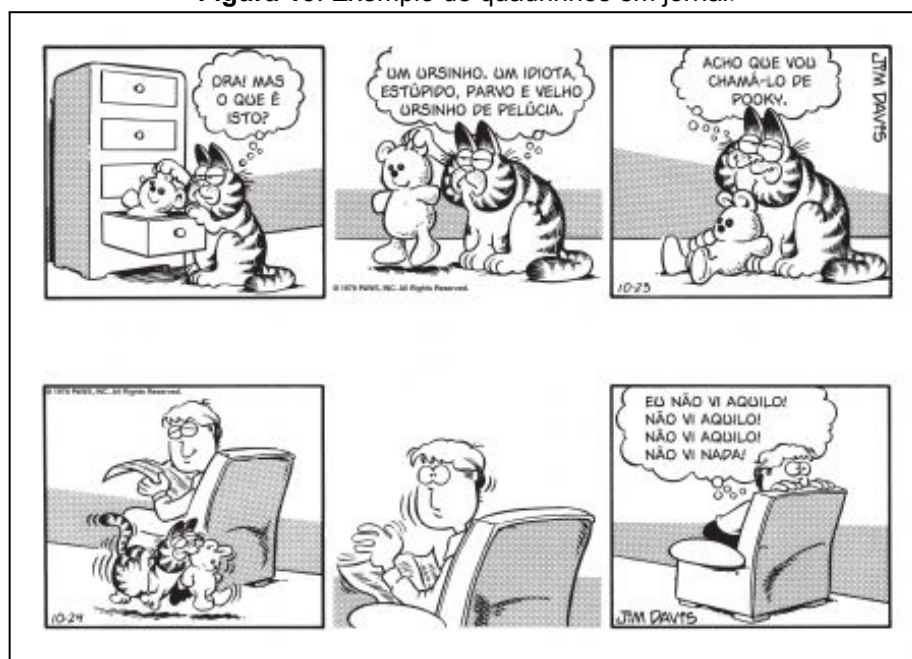
Charles M. Schulz. *A vida é um jogo*. São Paulo: Conrad, 2004. p. 113.

Fonte: Costa (2018).



Os **quadrinhos em jornais** (Figura 13) são consideradas as primeiras aparições dos quadrinhos, feitas em meio impresso. No tocante, estava a dificuldade de preservar as versões publicadas, pois era um tipo de material inédito, tendo a republicação dificilmente realizada. Nos casos de títulos populares, os quadrinhos em jornais podem ser reunidos em antologias, como os títulos do autor Bill Waterson, com os personagens Calvin, do autor Charles Schulz, com o personagem Snoopy, o autor Jim Davis, com o famoso Garfield etc. (Vergueiro, 2005).

**Figura 13:** Exemplo de quadrinhos em jornal.



Fonte: Lima e Machado (2009).

Os **storyboards** (Figura 14) compõem-se de ilustrações que permitem um aprendizado, ou fornecem orientações, podendo ser aplicados em diferentes contextos. No cinema, em 1931, Webb Smith, um *storyman* da Disney, foi considerado um dos precursores da prática ao utilizar o recurso para estruturar as ações dos personagens em cada cena de um filme. Ao fazer uso dos *storyboards*, torna-se possível representar visualmente uma ideia, um projeto, a sequência de imagens assemelha-se a uma tira de quadrinhos de jornal, progredindo a cada quadro às ações dos personagens, aliando-se ao cenário e aos objetos definidos. O enquadramento é utilizado para dar um contexto a estes artifícios, possibilitando uma comunicação e compreensão por parte de um público distinto (Sousa, 2005).

Figura 14: Exemplo de *storyboards*.



Fonte: Teixeira (2013).

A **tirinha** (Figura 15) reúne-se em sequência de um ou mais quadros com personagens fictícios, variando entre os seguintes tipos: tira cômica, que é o formato de caráter humorístico mais predominante, composto com texto curto e de estrutura retangular fixa, podendo apresentar, comumente, um desfecho inusitado; tiras seriadas, que trazem uma história sequenciada, em que necessita do acompanhamento por parte do leitor para saber o desfecho e outros acontecimentos da história; e tira cômica seriada, que reúne os dois modelos citados, unindo o humor e a produção em capítulos. Na composição deste gênero, tem-se o primeiro quadrinho, trazendo uma introdução, e a continuação, que irá ocorrer nos demais quadrinhos (Ramos, 2009; Sartel 20--?).

Figura 15: Exemplo de tirinha.



Fonte: Ramos (2014).

As primeiras bibliotecas universitárias a comporem seus acervos especializados com as HQ foram o Centro Universitário de Ensino Superior de São Caetano (IMES) e a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), com o apoio do Núcleo de Pesquisas de Histórias em Quadrinhos (VERGUEIRO, 2005). Contudo, a prática de como lidar com este tipo de multimeio não é uma tarefa simples, assim como apontado no relato de experiência da Biblioteca Campus Sorocaba (B-So) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Por meio de uma doação foram concedidos mais de 5.000 exemplares para o tratamento técnico necessário, entre catalogar, classificar e indexar.

Em nossa experiência tivemos dificuldades em conhecer parâmetros práticos norteadores testados em outras bibliotecas. Acreditamos que a divulgação de experiências como a da B-So, possa colaborar para a formação de um referencial teórico especializado, a ser disponibilizado para os profissionais bibliotecários brasileiros (Rubi; Costa; Kawaguchi, 2018, p. 190).

Conforme os estágios estipulados, foram realizadas: 1) reunião dos exemplares conforme os títulos; 2) higienização; 3) disposição em ordem decrescente do exemplares; 4) catalogação; 5) reprodução por via fotográfica das capas das HQ. Para classificar essas obras, utilizou-se a CDD, aplicando o número geral (741.5), de classificação bibliográfica, designado para HQ. No que tange às coleções, foi adotado o número Cutter para o nome do personagem, adicionando, em seguida, a letra do título, ou do subtítulo, para os casos em que o título é também o nome do personagem. Ao que se refere a catalogação, foi utilizado o formato MARC e o código AACR2. Optou-se por descrever os exemplares em uma planilha (de monografias), por conter características como ISSN ou ISBN, séries, minisséries entre outras (Rubi; Costa; Kawaguchi, 2018).

O processamento técnico ainda contou com utilização do sistema de cabeçalhos de assunto da BN do Brasil e da lista LCSH. Todavia, fez-se necessária a criação de uma grande quantidade de registros de autoridades, pois a BN não adota nomes de personagens como assunto, e esse feito foi necessário para a composição do assunto-tópico. Vale salientar que o uso dos nomes dos personagens passam por modificações, e o mesmo nome pode ser utilizado para outros personagens de características distintas, como, por exemplo, *Senhor Fantástico*, presente em outras séries da editora *Marvel Comics*, adotando rótulos

como *Homem Elástico* e *Doutor Richards*. Também deve-se mencionar que houve a adoção das remissivas “ver” e “ver também”, para o acesso aos codinomes e outras identidades de um mesmo personagem. No caso, campos como “Fonte da pesquisa” (670) e “Dados biográficos e históricos” (678) foram aplicados para ajudar no detalhamento dos dados históricos, particularidades e criação do personagem (Rubi; Costa; Kawaguchi, 2018).

Definidas como objeto deste estudo, as HQ representam uma literatura transmissora de diversificadas informações, assumindo o papel de fonte de informação, ao passo que são legitimadas a incorporar os acervos das bibliotecas (Oliveira Neto, 2014). Com o intuito de valorizar a pluralidade deste tipo de multimeio, que transpassa entre o didático e o cultural, e considerando as suas peculiaridades, preconiza-se o estudo de registros bibliográficos de HQ elaborados por bibliotecas universitárias do DF.

## 4 METODOLOGIA

Metodologia pode ser considerada o caminho que fornece elementos para o alcance da conclusão de um estudo, é a forma como a análise será realizada, como as implicações serão desenvolvidas. Trata-se de um “[...] estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 11).

A partir de uma metodologia, a pesquisa científica efetiva-se como “[...] uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza” (Dias; Fernandes, 2000, p. 5). Qualquer pesquisa científica busca responder às indagações levantadas, segundo a aplicação de uma metodologia, construída para elucidar as hipóteses apresentadas no estudo, a partir de um agregado de procedimentos lógicos e técnicos (Quadro 18), os quais permitirão alcançar os objetivos sugeridos (Prodanov; Freitas, 2013).

**Quadro 18:** Características da pesquisa.

<b>MÉTODO</b>	Dedutivo
<b>NATUREZA</b>	Pesquisa aplicada
<b>OBJETIVOS</b>	Descritiva e Comparativa
<b>PROCEDIMENTOS TÉCNICOS</b>	Bibliográfica e Documental
<b>ABORDAGEM</b>	Quantitativa e Qualitativa
<b>COLETA DE DADOS</b>	Via telefone e <i>e-mail</i>

Fonte: Da pesquisa (2023).

Para este estudo foi aplicado o método dedutivo, retratado como uma abordagem que conduz-se do geral ao específico, partindo de “[...] princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica” (Dias; Fernandes, 2000, p. 7). Diante de inferências, que caminharão a especificidades, analisa-se como registros bibliográficos do objeto HQ são elaborados pelas bibliotecas universitárias do DF, enquanto resultados do processamento técnico dessas unidades documentárias.



#### 4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Acerca da natureza do trabalho, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois intencionou-se “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35). No caso desta pesquisa, a metodologia considera a aplicação de regras de códigos e o conhecimento sobre metadados específicos e modelos conceituais bibliográficos com fins de práticas das catalogações realizadas nos objetos HQ.

Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa qualifica-se como descritiva e comparativa, pois dedicou-se a discutir o que existe, ou seja, os registros bibliográficos de HQ, segundo semelhanças e divergências. Enquanto a pesquisa do tipo descritiva “[...] observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 53), a pesquisa comparativa intenciona “[...] ocupar-se das explicações de fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes (Prodanov; Freitas, 2013, p. 38).

Referente aos procedimentos técnicos, para a ordenação dos materiais consultados, duas formas de pesquisa foram adotadas: bibliográfica e documental. Conforme Prodanov e Freitas (2013) e Silva (2004), a pesquisa bibliográfica é concebida por materiais já publicados, como livros, revistas, publicações em periódicos, monografias, dissertações, teses, artigos científicos etc., obtidos na Internet ou em outros suportes, enquanto a pesquisa documental é formada de materiais que não passaram pelo crivo científico, como *sites*, *blogs* etc.

Sobre a abordagem de coleta de dados, a pesquisa qualifica-se como quanti-qualitativa. Na perspectiva quantitativa procura-se “[...] traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 128), abordagem esta que representa a contabilização dos campos e dos subcampos que compõem os registros bibliográficos das bibliotecas participantes. No caso da pesquisa qualitativa, interpretam-se as características das HQ identificadas nos registros bibliográficos. Para este tipo de abordagem, Prodanov e Freitas (2013) salientam sobre o ambiente representar, na pesquisa, uma fonte direta dos dados a serem coletados, os quais serão descritos e comporão a realidade em estudo.

## 4.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa ocorreu no âmbito das bibliotecas universitárias do DF, entre públicas e particulares. Inicialmente, buscou-se por Universidades do DF via pesquisas no buscador *Google*. Como resultado, foram identificadas 21 instituições de ensino universitário. Em seguida, tais instituições foram contatadas via telefone ou por *e-mail* para questionar se possuem HQ no acervo de sua biblioteca e se aceitariam participar de uma pesquisa de TCC sobre a representação descritiva do mencionado objeto bibliográfico. Na sequência, novo contato foi feito com as cinco instituições que responderam positivamente sobre a presença de HQ em seus acervos, solicitando que enviassem um registro bibliográfico de uma HQ, independente de código e formato utilizados. Deste total, efetivamente, quatro instituições retornaram à solicitação.

## 4.3 ETAPAS DA PESQUISA

Conforme a metodologia empregada na pesquisa, por meio de um método de raciocínio, procedimentos técnicos, abordagem de coleta de dados e campo da pesquisa, basicamente, 10 etapas foram definidas para alcançar os objetivos traçados, sendo elas:

1. **Identificação do problema:** interpretar e apontar os elementos aplicados na catalogação dos objetos do tipo HQ pelas bibliotecas pesquisadas;
2. **Levantamento literário:** pesquisas realizadas em livros, *e-books*, artigos científicos, monografias, teses, dissertações e textos especializados, identificados na BCE/UNB, especialmente em seu catálogo bibliográfico e na Biblioteca Digital de Monografias (BDM), em repositórios digitais, como o repositório da FEBAB e o repositório institucional da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em base de dados, como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), e via recuperações no *Google Acadêmico* e em *websites*, como *blogs*. Para tanto, fez uso de expressões de busca como, por exemplo, “AACR”, “AACR2”, “catalogação”, “catalogação cooperativa”, “CDD”, “FRAD”, “FRBR”, “MARC”, “metadados”, “multimeios”, “RDA”, “representação descritiva” etc.;

3. **Identificação das Universidades do DF:** pesquisas no buscador *Google*;
4. **Contatos com as bibliotecas universitárias identificadas:** ocorreram em até cinco tentativas, em 15/03/2022, 18/03/2022, 23/03/2022, 30/03/2022 e 01/04/2022;
5. **Seleção das bibliotecas universitárias:** possuem acervo de HQ e sinalizaram positivamente para a pesquisa;
6. **Solicitação dos registros bibliográficos:** pedidos e recebimentos entre as datas 07/07/2023 e 12/07/2023;
7. **Escolha do nível da catalogação:** primeiro nível, de modo a observar se há coincidências e divergências entre os registros bibliográficos obtidos a partir das seguintes áreas, ou semelhantes: Do título e da indicação de responsabilidade (1.1); De edição (1.2); De publicação, distribuição etc. (1.4); Da descrição física (1.5); **Da série (1.6)**, Das notas (1.7); e Do número normalizado e das modalidades de aquisição (1.8). Em sentido complementar, também entendido como básico para um registro bibliográfico, foi considerado o campo “Número da CDU”;
8. **Seleção dos recursos bibliográficos para análise:** seis registros bibliográficos de HQ advindos das bibliotecas universitárias que aceitaram participar da pesquisa;
9. **Catalogações (ação):** análise dos registros bibliográficos conforme códigos e formatos de catalogação;
10. **Apresentação dos resultados:** transcrição dos registros bibliográficos recebidos na forma de quadro, comparações entre esses registros a partir dos campos e subcampos identificados, proposição de catalogação para os objetos do tipo HQ segundo as descrições analisadas e apresentação da proposição também na forma de quadro.

## 5 RESULTADOS

À vista de trabalhar com maior clareza com os dados aplicados nas descrições, o que pode trazer conformidade às demandas advindas dos usuários, os FRBR recomendam um nível básico para as funcionalidades dos registros bibliográficos (Assumpção, 2012). Neste sentido, decidiu-se considerar a catalogação de primeiro nível na análise dos registros bibliográficos de HQ das unidades de informação participantes, elencadas no Quadro 19.

**Quadro 19:** Bibliotecas que participaram da pesquisa e seus objetos de HQ.

NOME	CAMPUS	INSTITUIÇÃO	TIPO	HQ
Biblioteca IFB	Gama <sup>48</sup>	Instituto Federal de Brasília (IFB)	Pública	Mangá
Biblioteca IFB	Samambaia <sup>49</sup>	IFB	Pública	Gibi
BCE	Darcy Ribeiro	UnB	Pública	<i>Graphic novels, maxi e minisséries</i>
Biblioteca Reitor João Herculino	Asa Norte/Taguatinga	Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)	Privada	<i>Graphic novels, maxi e minisséries</i>

Fonte: Da pesquisa (2023).

A análise observou a descrição de obras de HQ segundo os registros bibliográficos encaminhados pelas bibliotecas que participaram da pesquisa (Quadro 19). Para tanto, seguiu-se o entendimento de que seria necessário identificar os campos adotados nesses registros. Após essa checagem, entendeu-se ser possível confirmar se os registros recebidos contemplam a catalogação de primeiro nível. Na sequência, o olhar concentrou-se nos subcampos dos elementos identificados anteriormente, com foco naqueles que retratam especificidades que representam às HQ, apontando como elas se expressam e se manifestam. Finalmente, de posse dos conhecimentos adquiridos nas ações anteriores, compreendeu-se ser possível propor um conjunto de elementos para a descrição de HQ.

<sup>48</sup> Foram enviados dois registros bibliográficos, isto é, o gibi *Turma da Mônica Jovem* e o mangá *Boruto*. Optou-se por analisar o mangá devido às peculiaridades apresentadas no registro bibliográfico, como, por exemplo, a ordem correta para realizar a leitura.

<sup>49</sup> A instituição enviou dois registros, a HQ *Comics Star Wars: Cavaleiros da antiga república 3* e o gibi *Mônica*. Preferiu-se por selecionar um gibi, em virtude do número de classificação ser diferente da notação adotada pela outra biblioteca de mesma intuição.

## 5.1 REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS: identificação dos campos

No primeiro aspecto da análise considerou-se os campos identificados nos registros bibliográficos, os quais seguiram normativas específicas. Neste estudo, entende-se campo como “[...] parte de um registro que contém um dado de determinado tipo, ou um conjunto de dados ligados logicamente” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 63). Ao ser aplicado no formato MARC, um campo tem a função de dar forma aos dados de um registro, podendo variar no comprimento, sendo identificado por uma etiqueta, da qual, é constituída de três caracteres numéricos (registrados na entrada do campo)<sup>50</sup> (Ribeiro; Passos Júnior, 2002).

O registro bibliográfico do objeto HQ **mangá** (Quadro 20, Anexo A), elaborado pela biblioteca do **Campus Gama/IFB** em formato MARC, possui 14 campos, sendo: Campos Fixos de Dados; ISBN; Número de Sistema; Número da CDU; Número de chamada local; Entrada principal; Título principal; Imprenta; Descrição física; Informação série; Notas gerais; Nota resumo, etc.; Assunto tópico; e Área de conhecimento<sup>51</sup>. Diante da presença do campo “ISBN”, infere-se que HQ do tipo são catalogadas de forma semelhante a livros.

**Quadro 20:** Registro MARC da biblioteca do Campus Gama/IFB.

TAG	INDICADORES	DELIMITADOR/ SUBCAMPO	DADO
Campos Fixos de Dados (008)	-	-	221214s2018__bra_u1_gr-__0000_por_d
Número normalizado - ISBN (020)	-	\$a número do ISBN	\$a 9788542612547
Número de Sistema (035)	-	\$a número de Sistema	\$a 35080
Número CDU (080)	-	\$a número da CDU	\$a 820(52)-9
Número de chamada local (090)	-	\$a número de classificação	\$a 820(52)-9 K61b
Entrada principal (100)	1_	\$a nome pessoal	\$a Kishimoto, Masashi

<sup>50</sup> Nesta etapa da análise, apenas os rótulos dos campos foram considerados.

<sup>51</sup> Baseia-se na Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Título principal (245)	-	\$a título principal \$c indicação de responsabilidade	\$a Boruto, v. 1 : Naruto next generations  \$c Masaki Kishimoto ; arte Mikio Ikemoto ; roteiro Ukyo Kodachi
Imprensa (260)	-	\$a local de publicação \$b nome do editor \$c data de publicação	\$a Barueri, SP \$b Panini Comics \$c 2018
Descrição física (300)	-	\$a extensão item \$b detalhes físicos	\$a 202 p. ; \$b il.; color.
Informação série (490)	-	\$a informação série \$v número de volume/designação	\$a Boruto ; \$v 1
Notas gerais (500)	-	\$a notas gerais.	O mangá deve ser lido no sentido oriental. A partir do primeiro quadro, siga sempre no sentido direita para a esquerda e de cima para baixo.
Nota resumo, etc. (520)	-	\$a nota resumo, etc.	\$a A Guerra Mundial Ninja já se tornou parte do passado e a paz reina na Vila Oculta da Folha. Boruto, filho de Naruto, vive desanimado por causa da grande responsabilidade do seu pai. Uma lenda da nova geração surge.
Assunto tópico (650)	_4	\$a assunto	\$a Literatura japonesa \$a Histórias em quadrinhos \$a Ficção de fantasia
	-	\$z subdivisão geográfica	\$z Japão
Área de conhecimento (902)	-	\$a área de conhecimento	008

Fonte: Da pesquisa (2023), adaptado de biblioteca do Campus Gama/IFB (2023).

Quanto ao registro bibliográfico do objeto HQ **gibi** (Quadro 21, Anexo B), elaborado pela biblioteca do **Campus Samambaia/IFB**, também em formato MARC, apresenta-se uma descrição a partir de iguais nove campos do registro da Biblioteca do Campus Gama. São eles: Campos Fixos de Dados; Número de Sistema; Número CDU; Número de chamada local; Título principal; Imprensa; Notas gerais; Assunto tópico; e Área de conhecimento. Por outro lado, os seguintes campos foram

adotados na descrição do Campus Samambaia, mas não constam no registro bibliográfico ofertado pelo Campus Gama, mesmo sendo de igual instituição: Número do ISSN; Periodicidade atual; e Entradas secundárias. Ainda diferenciando-se do registro da biblioteca do Campus Gama, o gibi catalogado foi definido como um recurso contínuo do tipo mensal (via campos “Periodicidade atual” e “Número do ISSN”), no caso, não adotando a data de sua publicação.

**Quadro 21:** Registro MARC da biblioteca do Campus Samambaia/IFB.

<b>TAG</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>DELIMITADOR/ SUBCAMPO</b>	<b>DADO</b>
Campos Fixos de Dados (008)	—		220627c__bra_u1_gr-__ _0000_por_d
Número do ISSN (022)	1_	\$a número do ISSN	\$a 0104-2882
Número de Sistema (035)	—	\$a número de sistema	\$a 33725
Número da CDU (080)		\$a número da CDU	\$a 741.5
Número de chamada local (090)		\$a número de classificação	\$a 741.5 MÔNICA
Título principal (245)	1 0	\$a título principal	\$a Mônica
Imprensa (260)	—	\$a local de publicação \$b nome do editor	\$a São Paulo \$b Panini Comics
Periodicidade atual (310)	—	\$a periodicidade atual	\$a mensal
Notas gerais (500)	—	\$a notas gerais.	\$a Numeração reinicia a partir do início de nova série, n.1 (maio 2015)-
Assunto tópico (650)	—	\$a assunto	\$a Histórias em quadrinhos
Entradas secundárias (700)	—	\$a nome pessoal \$d datas associadas	\$a Souza, Maurício de \$d 1935-
Área de conhecimento (902)	—	\$a área de conhecimento	\$a 008

Fonte: Da pesquisa (2023), adaptado de biblioteca do campus Samambaia/IFB (2023).

Em seguida, tem-se o registro bibliográfico do objeto HQ *graphic novels*, *maxi* e minisséries (Quadro 22, Anexo C), produzido pela **BCE/UnB** em formato MARC. A composição do registro bibliográfico se apresenta mais detalhada do que os documentos recebidos das bibliotecas do IFB. Totalizando 23 campos, 12 estão presentes em pelo menos um dos registros do IFB, ou seja: Campo de Tamanho Fixo; ISBN; Número CDU; Número de chamada local; Entrada principal; Título principal; Imprenta; Descrição física; Notas gerais; Notas de resumo; Assunto tópico; e Entradas secundárias. O registro da BCE ainda conta com mais oito campos<sup>52</sup>, sendo: Número de controle; Código MARC<sup>53</sup> da agência catalogadora; Data e hora da última atualização; Fonte da catalogação; Código do idioma; Título uniforme/original; Notas de conteúdo; e Localização e acesso eletrônico. Destaca-se, ainda, que o registro bibliográfico da HQ catalogada pela BCE/UnB possui semelhanças com o registro da biblioteca do Campus Gama/IFB, adotando o campo “ISBN” em suas descrições.

**Quadro 22:** Registro MARC da BCE/UnB.

TAG	INDICADORES	DELIMITADOR/ SUBCAMPO	DADO
Número de controle (001)	-	-	1036081
Código MARC da agência catalogadora (003)	-	-	BR-BrUNB
Data e hora da última atualização (005)	-	-	20230228141800.0
Campo de Tamanho Fixo - Livros (008)	-	-	180626s2004 rjba ##6 #000 1#por#d
Número normalizado - ISBN (020)	-	\$a número do ISBN \$z ISBN cancelado/inválido \$q informação qualificadora	\$a 9788571107571 \$z 8571107572 \$q (v. 1)

<sup>52</sup> Maranhão e Mendonça (2017) apontam que: “Número de controle” é um dado atribuído pela instituição; “Código MARC da agência” catalogadora é um atributo próprio da instituição; “Data e hora da última atualização” é gerado pelo sistema de forma automática; “Fonte da catalogação” especifica a responsabilidade/autoria do registro; “Código do idioma” associa-se a publicação; “Título uniforme/original” não é aplicado como entrada principal; “Notas de Conteúdo” inclui dados sobre os títulos, partes e volumes; e “Localização e acesso eletrônico” abrangem indicações de localização e acesso do objeto disponível eletronicamente.

<sup>53</sup> Trata-se do Campo Fixo de Dados, mas com outro rótulo. Segundo Maranhão e Mendonça (2017), este campo compreende o código da instituição autora do registro, que é fornecedora do número de controle, mas vale salientar que é a LC a figura responsável por atribuir tal código (gerado automaticamente).



Número normalizado - ISBN (020)	-	\$a número do ISBN \$z ISBN cancelado/inválido \$q informação qualificadora	\$a 9788571107700 \$z 8571107700X \$q (v. 2)
Número normalizado - ISBN (020)	-	\$a número do ISBN \$z ISBN cancelado/inválido \$q informação qualificadora	\$a 9788571108196 \$z 8571108196 \$q (v. 3)
Fonte da catalogação (040)	-	\$a código da instituição \$c instituição que transcreveu o registro em formato legível por máquina	\$a BR-BrUNB \$c BR-BrUNB
Código do idioma (041)	1	\$a código do idioma do texto \$h código do idioma do documento original	\$a por \$h fre
Número da CDU (080)	-	\$a número da CDU	\$a 741.5
Número de chamada local (090)	-	\$a número de classificação \$b número de cutter \$e	\$a 741.5 \$b H592a \$e =690
Entrada principal (100)	1	\$a nome pessoal \$d datas associadas ao nome	\$a Heuet, Stéphane \$d 1957-
Título uniforme/original (240)	1 0	\$a título uniforme \$l idioma da publicação	\$a À la recherche du temps perdu. \$l Português
Título principal (245)	1 0	\$a título principal \$c indicação de responsabilidade	\$a Em busca do tempo perdido / \$c Marcel Proust ; adaptação e desenhos, Stéphane Heuet ; cores, Véronique Dorey ; tradução e notas, André Telles
Imprenta (260)	-	\$a local de publicação \$b nome do editor \$c data de publicação	\$a Rio de Janeiro : \$b Zahar, \$c 2004.
Descrição física (300)	-	\$a extensão \$b detalhes físicos \$c dimensões	\$a v. : \$b il. ; \$c 29 cm
Notas gerais (500)	-	\$a notas gerais	\$a Tradução e adaptação de: À la recherche du temps perdu.
Notas de Conteúdo (505)	2	\$a notas de conteúdo	\$a v. 1. No caminho de Swann : Combray -- v. 2. À sombra das raparigas em flor (parte I) -- v. 3. À sombra das raparigas em flor (parte II).

Notas de Resumo (520)	-	\$a notas de resumo	\$a "Adaptação de um clássico da literatura mundial para a linguagem dos quadrinhos, esse volume é uma excelente porta de entrada para a inesquecível experiência de se ler Proust" -- Fornecido pela editora
Assunto tópico (650)	0 4	\$a assunto	\$a Romance gráfico
Assunto tópico (650)	0 4	\$a assunto	\$a Histórias em quadrinhos
Entradas secundárias (700)	1	\$a nome pessoal \$d datas associadas \$t título da publicação	\$a Proust, Marcel, \$d 1871-1922 \$t À la recherche du temps perdu
Localização e acesso eletrônico (856)	4	\$z nota do público \$u identificador uniforme de recurso	\$z Imagem \$u <a href="http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/00014/00001402.jpg">http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/00014/00001402.jpg</a>

Fonte: Da pesquisa (2023), adaptado de BCE/UnB (2023).

O último registro bibliográfico recebido, também do tipo *graphic novels*, maxi e minisséries (Quadro 23, Anexo D), foi elaborado pela biblioteca **Reitor João Herculino/UNICEUB** segundo o código AACR2, contendo 11 campos. Deste total, oito estão em correspondência com as catalogações do IFB e da UnB, cobrindo as seguintes áreas do código AACR2: ISBN; Número de acesso, que corresponde ao código do sistema para a obra; Número de chamada; Autores, que seria a entrada principal; Título, no caso, o principal; Informações de publicação que atende a Imprensa; Data de publicação; e Descrição física. O registro bibliográfico ainda conta com: Tipo de publicação<sup>54</sup>; Tipo de documento<sup>55</sup>; e Base de dados<sup>56</sup>. Considerando os referidos campos, especialmente o elemento ISBN, o objeto HQ catalogado pela instituição trata-se de um livro.

<sup>54</sup> Apresenta dados relacionados ao DGM.

<sup>55</sup> Apresenta dados comumente relatados em "Notas".

<sup>56</sup> Serviço da biblioteca onde a obra está disponibilizada para acesso.

**Quadro 23:** Registro AACR2 da biblioteca do UNICEUB.

ÁREA	DADO
Título	Dom Quixote em quadrinhos
Autores	Galhardo, Caco
Informações de publicação	Peirópolis 2005
Data de publicação	2005
Descrição física	47 p.
Tipo de publicação	Book
Tipo de documento	Directories; Bibliographies
ISBN	9788575960288
Número de acesso	fiu.58482TIT
Base de dados	Catálogo UNICEUB
Número de chamada	869.0(81) G155d

Fonte: Da pesquisa, (2023), adaptado de biblioteca do UNICEUB (2023).

Em síntese, os registros bibliográficos possuem similaridades, especialmente quando se consideram campos que representam dados sobre chamada local, título principal e publicação, entretanto, divergências podem ser identificadas, como é o caso dos registros do IFB. As divergências, basicamente, ocorrem quanto ao tipo do número normalizado, periodicidade, entradas (além da principal) e notas. Também destaca-se o maior nível de detalhamento identificado no registro da BCE/UnB, reconhecido em campos como “Notas gerais”, “Notas de Conteúdo”, “Notas de Resumo”, “Assunto tópico” e “Entradas secundárias”, quando compara-se aos outros registros. A diferenciação do registro da BCE com relação aos demais também pode ser vista pela adoção dos campos: Código MARC da agência catalogadora; Data e hora da última atualização; Fonte da catalogação; Código do idioma; Título uniforme/original; e Localização e acesso eletrônico. Finalmente, o registro obtido via biblioteca do UNICEUB distingue-se pelos campos “Tipo de publicação”, “Tipo de documento” e “Base de dados”.

Basicamente, todos os registros analisados contemplam quatro campos da catalogação de primeiro nível a partir de: Número Normalizado (020 ou 022 no MARC / 1.8B no AACR2); Número da CDU (080)<sup>57</sup>; Título principal (245 no MARC /

<sup>57</sup> Informações sobre o tema/classificação também podem ser adotadas no campo “Número de chamada local” (090), de acordo com a conveniência da instituição.

1.1B no AACR2); e Imprensa (260 no MARC / 1.4C no AACR2). Os registros da biblioteca do Campus Gama/IFB e da BCE/UnB contemplam 100% da catalogação de primeiro nível, enquanto o registro da biblioteca do Campus Samambaia/IFB não possui o campo “Descrição física” e o registro obtido pela biblioteca Reitor João Herculino/UNICEUB tem a ausência do campo “Notas”, ainda que possua o campo “Tipo de documento”, o qual cogita-se ser encarado pela instituição como proporcional, diante do seu preenchimento de dados.

O Quadro 24 apresenta os campos identificados nos registros enviados pelas bibliotecas, enquanto componentes da descrição de HQ. No caso, para fins ilustrativos, destacam-se aqueles campos que compõem uma catalogação de primeiro nível.

**Quadro 24:** Campos adotados nos registros bibliográficos analisados.

<b>CAMPO</b>	<b>IFB (Campus Gama)</b>	<b>IFB (Campus Samambaia)</b>	<b>BCE/UnB</b>	<b>UNICEUB</b>
Número de controle (001)			x	
Código MARC da agência catalogadora (003)			x	
Data e hora da última atualização (005)			x	
Campo de Tamanho Fixo (008)	x	x	x	
<b>Número normalizado - ISBN (020 / 1.8B)</b>			x	x
<b>Número normalizado - ISSN (022 / 1.8B)</b>		x		
Número de Sistema (035)	x	x		x
Fonte da catalogação (040)			x	
Código do idioma (041)			x	
Número CDU (080)	x	x	x	
Número de chamada local (090)	x	x	x	x
<b>Entrada principal (100 / 1.1F)</b>	x		x	x
Título uniforme/original (240)			x	
<b>Título principal (245 / 1.1B)</b>	x	x	x	x
<b>Imprensa (260 / 1.4C)</b>	x	x	x	x

<b>Descrição física (300 / 1.5D)</b>	x		x	x
Periodicidade atual (310)		x		
Informação série (490)	x			
<b>Notas gerais (500 / 1.7B)</b>	x	x	x	
<b>Notas de Conteúdo (505)</b>			x	
<b>Notas de resumo, etc. (520)</b>	x		x	
Assunto tópico (650)	x	x	x	
Entradas secundárias (700)		x	x	
Localização e acesso eletrônico (856)			x	
Área de conhecimento (902)	x	x		
<b>Tipo de publicação (1.1C)<sup>58</sup></b>				x
Tipo de documento				x
Base de dados				x

Fonte: Da pesquisa (2023).

De acordo com o Quadro 24 é possível verificar a presença de campos nos registros analisados à luz do primeiro nível de catalogação, assim como apontado por Assumpção (2020) e exemplificado pela Figura 1 e Quadro 4. Ainda, observa-se que a composição do registro bibliográfico da BCE/UnB se apresenta mais detalhada do que os documentos enviados pelas demais bibliotecas, o que pode estar condicionado ao formato usado para as catalogações.

## 5.2 REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS: qualificações dos campos

A análise dos registros bibliográficos nesta subseção considerou, além dos campos (subseção 5.1), o uso de delimitadores e seus correspondentes subcampos, assumidos nesta pesquisa como especificadores descritivos. Para Alves e Souza (2007), delimitadores são símbolos que possuem a função de separar os diferentes subcampos. Segundo Modesto (2007), subcampo é uma parte de um campo que possui elementos de informação relacionados.

<sup>58</sup> Campo que pode ser entendido como proporcional ao DGM (ABDC Brasil, 2016; Assumpção, 2020; JSC, 2004).

A observação sobre os delimitadores permite identificar especificidades descritivas que retratam características do tipo de obra catalogada, assim como compreender às HQ à luz das entidades do FRBR, isto é, de que maneira elas se expressam, se manifestam e se conceituam em um catálogo.

No registro bibliográfico elaborado pela **biblioteca do Campus Gama/IFB** reconheceu-se o seu conjunto de *tags*, isto é, 14 campos de dados, sendo qualificados por 19 designadores de conteúdos, como o subcampo “Número do ISBN” (020), que refere-se ao dado “9788542612547”. No caso deste delimitador, o código de subcampo é representado pela letra “a”, que significa, basicamente, a indicação do conjunto de números que formam o ISBN da obra (Quadro 20).

Além de reforçar que a HQ catalogada é um multimeio que possui ISBN, menciona-se que a obra está classificada como “Literatura japonesa”, em que a notação CDU<sup>59</sup> é acrescida do auxiliar comum de lugar. Mais um ponto que merece ser citado é o apelo gráfico deste tipo de material, o que retrata o campo “Título principal” (245), em seu subcampo “indicação de responsabilidade”, com a menção ao criador da arte, isto é, o desenhista e o roteirista. No caso do campo “Descrição física” (300), em seu subcampo “detalhes físicos”, enfatiza que se trata de uma ilustração, sendo um elemento intrínseco ao gênero, além da presença de cores. O campo “Notas gerais” (500), a partir do seu subcampo de mesmo nome, também merece ser destacado, pois é o atributo onde constam informações sobre a forma de leitura correta dos quadrinhos: “O mangá deve ser lido no sentido oriental. A partir do primeiro quadro, siga sempre no sentido direita para a esquerda e de cima para baixo.”. Complementando, o campo “Nota resumo, etc” (520), com subcampo de igual nome, apresenta um breve relato da história, evidenciando fatos, contextos e momentos a serem retratados ao longo da leitura. O campo “Assunto tópico” (650), em seu subcampo “subdivisão geográfica”, favorece a descrição de histórias, de materiais literários, ao mencionar locais, os quais trazem consigo costumes e tradições. Ainda destaca-se a indicação de que tal HQ faz parte da Lingüística, Letras e Artes, conforme a *Tabela de Áreas do Conhecimento*<sup>60</sup> do CNPQ.

---

<sup>59</sup> No caso, “820” é Literatura e “(52)” corresponde ao local (Japão e ilhas adjacentes). Para qualificar o local, aplica-se a subdivisão auxiliar especial “-9”, que refere-se à “Literatura diversos” (classe 8 da CDU).

<sup>60</sup> Esta classificação fornece “[...] às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia” (Brasil, 2022).

Quanto ao registro bibliográfico elaborado pela **biblioteca do Campus Samambaia/IFB**, possui 12 *tags* e cerca de 13 delimitadores, como o “Número do ISSN” (022), que refere-se ao dado “0104-2882”. No caso deste delimitador, o código de subcampo é representado pela letra “a”, indicando o conjunto de números que formam o ISSN do material analisado (Quadro 21).

A HQ da biblioteca do Campus Samambaia, que está catalogada como uma publicação periódica, com um recurso contínuo, possuindo ISSN, está classificada como “Cartoons, caricaturas e quadrinhos”<sup>61</sup>, correspondendo a classe “Arte Gráfica” (ilustração)<sup>62</sup>, comum às HQs. Outro destaque é o campo “Notas gerais” (500), a partir do seu subcampo de mesmo nome, onde são fornecidas informações sobre a organização sequencial da HQ e o número do exemplar, além do mês e do ano (provavelmente de publicação). Neste campo, informa-se que: “Numeração reinicia a partir do início de nova série, n.1 (maio 2015)-”. Também deve-se mencionar que o gibi em questão, no campo “Periodicidade atual”, em seu subcampo de mesmo nome, foi definido como um periódico nacional do tipo mensal, ao invés de adotar a data de sua publicação. E assim como no registro da biblioteca do Campus Gama, a HQ gibi é indicada como uma obra integrante da temática Lingüística, Letras e Artes.

Enquanto o registro da biblioteca do Campus Samambaia/IFB tematiza a obra apenas pela sua forma, ou seja, como “Histórias em quadrinhos”, a classificação adotada pela biblioteca do Campus Gama é mais ampla, considerando “Literatura japonesa” como a principal, qualificando-a por “Histórias em quadrinhos” e “Ficção de fantasia”. Outro fator em evidência é o registro da biblioteca do Campus Samambaia/IFB dispor de “Entradas secundárias” (700), conforme os subcampos “nome pessoal” e “datas associadas”.

Sobre o registro bibliográfico da **BCE/UnB**, o documento é composto por 23 *tags* e cerca de 38 delimitadores de conteúdos (Quadro 22), exemplificados pelo delimitador “q”, que representa o subcampo “informação qualificadora” dos campos “ISBN” (020), referentes aos volumes das obras. No caso, o registro possui três ISBNs, cada um alusivo a um volume específico: “v. 1”, “v. 2” e “v. 3”.

---

<sup>61</sup> No caso, “740” representa “Artes plásticas e Escultura”, “741” significa “Desenho e Gravura” e, finalmente, “741.5” retrata “Cartoons, caricaturas e quadrinhos” (classe 7 da CDU).

<sup>62</sup> Na CDU, objetos do tipo gibi possuem o número de classificação formado pela classe “Desenho. Design. Artes e ofícios aplicados”, sendo especificada como “Caricaturas. Cartoons. Desenhos satíricos e humorísticos”, a qual é representada pela notação “741.5”.

A obra catalogada, conforme o campo “Número da CDU” (080), em seu subcampo de mesmo nome, possui idêntica classificação adotada pela biblioteca do Campus Samambaia/IFB, ou seja, “Cartoons, caricaturas e quadrinhos” (741.5), assim como também pode ser conferido no campo “Número de chamada local” (090)<sup>63</sup>, via o seu subcampo “número de classificação”. Destaca-se também o campo “Título principal” (245), a partir do subcampo “indicação de responsabilidade”, informando aspectos comuns a este tipo de HQ, ou seja, pessoas responsáveis por desenho e cores. Outra especificidade do HQ *Graphic novels* pode ser observada pelo campo “Descrição física” (300), em seu subcampo “detalhes físicos”, enfatizando que se trata de uma ilustração, enquanto uma característica comum a este tipo de obra. Ainda menciona-se o campo “Notas de Conteúdo” (505), em seu subcampo de mesmo nome, indicando os volumes das três obras, representando um conjunto literário que forma uma espécie de novela, uma minissérie. A tematização também é mais ampla do que a apresentada pela biblioteca do Campus Samambaia/IFB, pois informa nos campos “Assunto tópico” (650), em seus subcampos “assunto”, que a obra catalogada pela BCE/UnB se trata de um “Romance gráfico”, de “Histórias em quadrinhos”.

O registro da biblioteca **Reitor João Herculino/UNICEUB** foi elaborado a partir do código AACR2, abordando áreas (Quadro 23) para descrever uma HQ do tipo *Graphic novels*, maxi e minisséries, a qual está representada de forma semelhante a um livro e classificada como Literatura<sup>64</sup>, assim como o registro da BCE/UnB. Contudo, nota-se a ausência de campos relevantes para a descrição deste tipo de HQ, os quais são adotados pela BCE/UnB: Notas gerais (500); Notas de Conteúdo (505); Notas de Resumo (520); e Assunto tópico (650). Ao não adotar os referidos campos, especificidades deste tipo de HQ deixam de ser apresentadas como contextos de criação, orientações sobre a leitura, se a obra é uma tradução, assuntos que abordam etc. Por outro lado, o registro da biblioteca do UNICEUB apresenta especificidades do HQ catalogado a partir do campo “Título”, indicando que a obra possui o formato de quadrinhos, do campo “Tipo de publicação”, confirmando que o objeto foi descrito como um livro, rotulado como como “*book*”, e

---

<sup>63</sup> Para especificar a língua, aplica-se a subdivisão auxiliar comum independente “=690”, que refere-se ao português e traduções para este idioma.

<sup>64</sup> O objeto é classificado, na CDU, como Literatura (869.0), acrescido do auxiliar comum de lugar “( )”, para designar o país Brasil, e qualificado pela subdivisão auxiliar especial “-7”, que considera o carácter público da obra ou outras características especiais.



segundo o campo “Tipo de documento”, contendo informações adicionais sobre a HQ, ou seja, que a obra possui diretórios e bibliografias, sendo informações comumente encontradas em livros.

Em síntese, os registros bibliográficos possuem similaridades quando verifica-se subcampos que representam dados que qualificam às HQ, incluindo número normalizado, ações da equipe autoral, detalhe físico, nota geral, assunto e área de conhecimento, e tendo o registro bibliográfico da BCE/UnB como aquele que possui a maior quantidade de subcampos que retratam às HQ (Quadro 24). No caso do subcampo “número da CDU”, uma biblioteca classifica a obra quanto ao tema (Literatura japonesa), enquanto outras duas classificam quanto ao tipo de HQ (Cartoons, caricaturas e quadrinhos). Referente ao subcampo “indicação de responsabilidade”, este item se faz presente em dois registros, manifestando ações ocorridas para a constituição das HQ, como diretor de arte, roteirista, desenhista etc. O subcampo “detalhes físicos” está presente em dois registros, informando que as obras catalogadas possuem ilustrações, sendo que um desses registros informa que as ilustrações são coloridas. Ainda no escopo da descrição física, um desses dois registros informa que a extensão da obra está na forma de volume. O subcampo “notas gerais” consta em três registros, apresentando diferentes especificidades segundo o tipo de HQ catalogado, como a forma de leitura correta dos quadrinhos, organização sequencial da obra, informações temporais, tradução e adaptação. O subcampo “assunto” pode ser identificado em três registros, os quais consideram temas e tipo de HQ na descrição, alinhados ao número da CDU definido. O subcampo “área de conhecimento” também foi identificado em dois registros, os quais reforçam que as obras fazem parte da Lingüística, Letras e Artes.

Quadro 25<sup>65</sup>: Campos/subcampos que representam especificidades das HQ.

CAMPO	SUBCAMPO	IFB (Campus Gama)	IFB (Campus Samambaia)	BCE/UnB	UNICEUB
<b>Número normalizado - ISBN (020 / 1.8B)</b>	Número do ISBN	x		x	x
<b>Número normalizado - ISSN (022 / 1.8B)</b>	Número do ISSN		x		

<sup>65</sup> Os campos em destaque compõem uma catalogação de primeiro nível. E apesar do registro bibliográfico do UNICEUB não conter subcampos, pela forma de catalogação adotada, campos alusivos às HQ foram assinalados pelo contexto dos dados.

Número CDU (080) <sup>66</sup>	Número da CDU	x	x	x	
<b>Título principal (245 / 1.1B)</b>	Título principal	x	x	x	x
	Indicação de responsabilidade	x		x	
<b>Imprensa (260 / 1.4C)</b>	Local de publicação	x	x	x	x
	Nome do editor	x	x	x	
	Data de publicação	x		x	x
<b>Descrição física (300 / 1.5D)</b>	Extensão item	x			x
	Detalhes físicos	x			
	Dimensões			x	
Periodicidade atual (310)	Periodicidade atual		x		
Informação série (490)	Informação série			x	
	Número de volume/designação			x	
<b>Notas gerais (500 / 1.7B)</b>	Notas gerais	x	x	x	
<b>Notas de Conteúdo (505)</b>	Notas de conteúdo			x	
<b>Notas de resumo, etc. (520)</b>	Nota resumo, etc.	x		x	
Assunto tópico (650)	Assunto	x	x	x	
	Subdivisão geográfica	x			
Entradas secundárias (700)	Nome pessoal		x	x	
	Datas associadas		x	x	
	Título da publicação			x	
Área de conhecimento (902)	Área de conhecimento	x	x		
<b>Tipo de publicação (1.1C)</b>					x
Tipo de documento					x

Fonte: Da pesquisa (2023).

<sup>66</sup> Apesar do número de chamada apresentar informações da notação de classificação, optou-se por não considerar o campo “Número de chamada local” como proporcional no exercício de comparação (Quadro 25).

Destaca-se, ainda, um conjunto de subcampos identificados apenas uma vez em um dos registros, mas são considerados nesta pesquisa como itens que retratam características comuns às HQ, como é o caso de “periodicidade atual”, comum nas HQ do tipo quadrinhos. Também vale mencionar o subcampo “notas de conteúdo”, informando como volumes e partes estão interligadas, como um conjunto literário que forma uma espécie de novela, uma minissérie. O subcampo “nota resumo, etc.” é mais um item a ser destacado, pois é um atributo que apresenta informações contextuais, fatos, pessoas envolvidas no enredo. O subcampo “subdivisão geográfica” também pode ser mencionado, pois qualifica a classificação adotada para a obra em sentido de localidade/região, assim adotado pela biblioteca do Campus Gama. Por outro lado, o registro da biblioteca do UNICEUB, mesmo adotando um modelo de catalogação diferente das outras instituições, poderia apresentar informações que ajudariam na caracterização de HQ do tipo quadrinhos, como ilustrações e notas, por exemplo.

A partir da identificação dos subcampos nos registros bibliográficos enviados pelas bibliotecas participantes torna-se possível confirmar características que as HQ carregam consigo, as quais são voltadas a um apelo mais visual e menos textual, ao passo que possuem formas específicas de leitura/consumo e riqueza contextual. Essas especificidades podem ser visualizadas a partir de entidades dos FRBR, considerando, por exemplo, a realização artística da obra (expressão), como tal realização se materializa (manifestação) e como entende-se o item em sentido temático, a área do conhecimento que lhe é contemplada (conceito).

No caso do registro da biblioteca do Campus Gama/IFB, considerando especificidades inerentes às HQ, entende-se que a obra catalogada se expressa como um conjunto de desenhos e textos escritos ou traduzidos em português, que se manifesta como um mangá elaborado por designer e roteirista, contendo ilustrações coloridas, forma específica de leitura e contextualização por fatos e pessoas, e que tematiza-se como uma ficção de fantasia da Literatura japonesa.

O registro da biblioteca do Campus Samambaia/IFB também se expressa como um conjunto de desenhos e textos em português, mas se manifestando como um gibi de tiragem mensal, que possui uma numeração de série específica, e apresentado como uma história em quadrinhos literária.

Por sua vez, o registro bibliográfico da BCE/UnB também se expressa como um conjunto de desenhos e textos em português, mas traduzido do francês, e que se manifesta como um *graphic novels, maxi* e minisséries confeccionado por designer e tradutor, como uma espécie de novela que possui volumes e partes interligadas, incluindo uma contextualização de que se trata de uma adaptação de um romance para as HQ.

Finalmente, o registro da biblioteca do UNICEUB também se expressa como um conjunto de desenhos e textos em português, também se manifesta como um *graphic novels, maxi* e minisséries, sendo indicado no formato de livro, e se classifica como uma literatura.

### 5.3 QUADRO DESCRITIVO: proposta

Com base nas experiências compartilhadas pelas bibliotecas universitárias que participaram da pesquisa, assim como a literatura consultada como referencial teórico, propõe-se os elementos básicos para uma descrição mínima dos objetos HQ (Quadro 26), contendo: áreas do código AACR2; campos/*tags* do formato MARC; elementos da RDA; delimitadores e subcampos correspondentes; e ponderações para tais proposições.

**Quadro 26:**<sup>67</sup> Proposta de campos para a catalogação de HQ.

AACR2	MARC	RDA	Ponderações
<p><b>Área:</b> Do título e da indicação de responsabilidade (1.1)</p> <p><b>Subseções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Título principal (1.1B);</li> <li>- DGM (1.1C);</li> <li>- Títulos equivalentes (1.1D);</li> <li>- Outras informações sobre o título (1.1E);</li> </ul>	<p><b>Campo:</b> Entrada principal (1XX)<sup>68</sup></p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a nome pessoal;</li> <li>- \$d datas associadas ao nome.</li> </ul>	<p><b>Elementos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicação de responsabilidade relativa ao título (2.4.2).</li> </ul>	<p>A subseção DGM apresenta duas listas, sendo que na primeira é possível especificar o objeto informacional como “multimeio” (JSC, 2004).</p> <p>Conforme os registros bibliográficos, nota-se que a área “1.1”, que trata das “indicações</p>

<sup>67</sup> Os campos em negrito contemplam a catalogação de primeiro nível. Para este quadro, considerou-se todos os campos dos registros bibliográficos que podem oferecer qualificação à descrição de multimeios do tipo HQ, mesmo que contemplem outros níveis de catalogação. Menciona-se, ainda, que a proposta se baseia nas experiências de catalogação das bibliotecas que encaminharam registros bibliográficos de HQ.

<sup>68</sup> Os campos “1xx” correspondem aos pontos de acesso, ou seja, capítulos 21 e 22 (se for pessoa ou entidade) e capítulos 21 e 23 (se for entidade coletiva, nomes geográficos etc.).

<p>- Indicações de responsabilidade (1.1F).</p>			<p>de responsabilidade” (1.1F), pode ser adotada para enfatizar pessoas atuantes na confecção da obra nas figuras de ilustradores, desenhistas, cartunistas etc.</p>
	<p><b>Campos:</b> Título e Título relacionado (20X-24X)</p>	<p><b>Elementos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Título adequado (2.3.2);</li> <li>- Outras informações do título (2.3.4);</li> <li>- Título alternativo (2.3.6);</li> <li>- Designação da edição (2.5.2);</li> <li>- Título próprio da série (2.12.2).</li> </ul>	<p>As informações inseridas neste campo, <i>tags</i> e subseções são as comumente utilizadas na descrição de objetos informacionais.</p>
	<p><b>Tag:</b> Título uniforme/original (240)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a título uniforme;</li> <li>- \$l idioma da publicação.</li> </ul>		<p>A <i>tag</i> “Título principal” (245) foi utilizada pela BCE/UnB e pela biblioteca do Campus Gama/IFB para destacar as pessoas responsáveis pelo desenho e cores da obra, enquanto um aspecto que menciona especificidades dos objetos HQ.</p>
	<p><b>Tag:</b> Título principal (245)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a título principal;</li> <li>- \$c indicação de responsabilidade.</li> </ul>		
	<p><b>Tag:</b> Outros títulos (246)</p> <p><b>Delimitador/ Subcampo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a outros títulos (se houver).</li> </ul>		
<p><b>Área:</b> De edição (1.2)</p> <p><b>Subseções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicação de edição (1.2B);</li> <li>- Indicações de responsabilidade relativas à edição (1.2.C).</li> </ul>	<p><b>Campos:</b> Edição, publicação etc. (25X-28X)</p>	-	-
<p><b>Área:</b> De publicação, distribuição etc. (1.4)</p> <p><b>Subseções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- lugar de publicação, distribuição etc. (1.4C);</li> <li>- nome do editor, distribuidor etc. (1.4D);</li> <li>- indicação da função</li> </ul>	<p><b>Tag:</b> Imprensa (260)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a local de publicação;</li> <li>- \$b nome do editor;</li> <li>- \$c data de publicação.</li> </ul>	<p><b>Elementos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Local de publicação (2.8.2);</li> <li>- Nome do editor (2.8.4);</li> <li>- Data da publicação (2.8.6);</li> <li>- Data de <i>copyright</i> (2.11);</li> <li>- Título próprio da série</li> </ul>	<p>Assim como a sugestão anterior, os dados inseridos nestes campos, <i>tag</i> e subseções são as comumente utilizadas na descrição de objetos informacionais.</p> <p>Na RDA tem-se a</p>

de editor, distribuidor etc. (1.4E); - data da publicação, distribuição etc. (1.4F).		(2.12.2).	sugestão do elemento “Data de <i>copyright</i> ” para os casos em que a data de publicação não seja identificada, como é o caso dos gibis.		
<b>Área:</b> Da descrição física (1.5)  <b>Subseções:</b> - extensão (1.5B); - outros detalhes físicos (1.5C); - dimensão (1.5D); - material adicional (1.5E).	<b>Campo:</b> Descrição física (3XX)	<b>Elementos:</b> - Tipo de mídia (3.2); - Tipo de suporte (3.3); - Extensão (3.4); - Dimensões (3.5); - Tipo de conteúdo (6.9); - Idioma do conteúdo (7.12); - Conteúdo ilustrativo (7.15); - Conteúdo de cores (7.17).	A <i>tag</i> “Descrição física” (300) foi aplicada pela biblioteca do Campus Gama/IFB e pela BCE/UnB para enfatizar atributos como ilustração e presença de cores, que são características gráficas marcantes das HQ.  Na RDA, o elemento “Tipo de conteúdo” equivale ao DGM no AACR2. Ainda, na RDA é possível informar “Conteúdo ilustrativo” e “Conteúdo de cores”, por exemplo.		
	<b>Tag:</b> Descrição física (300)  <b>Delimitadores/ Subcampos:</b> - \$a extensão; - \$b detalhes físicos; - \$c dimensões.		<b>Tag:</b> Periodicidade atual (310)  <b>Delimitador/ Subcampo:</b> - \$a periodicidade atual (se houver).	-	A <i>tag</i> “Periodicidade atual” (310) foi utilizada pela biblioteca do Campus Samambaia/IFB com a designação “mensal” ao invés de acrescentar a data do exemplar. A representação adotada pode ser uma alternativa para a descrição de gibis, as quais, por vezes, não apresentam informações necessárias na obra, assim como podem ter registros bibliográficos com informações imprecisas.
	<b>Área:</b> Da série (1.6)  <b>Subseções:</b> - Título principal da série (1.6B); - ISSN da série (1.6F); - Numeração dentro da série (1.6G) (se houver).		-	-	-
<b>Área:</b> Das notas (1.7)  <b>Subseção:</b> - notas (1.7B).	<b>Campo:</b> Notas (5XX)	<b>Elementos:</b> - Conteúdo suplementar (7.16).	O campo “Notas” pode ser aplicado conforme os exemplos de registros bibliográficos recebidos, para incluir informações sobre tradução, adaptação,		
	<b>Tag:</b> Notas gerais (500)				

	<p><b>Delimitador/ Subcampo:</b> - \$a notas gerais.</p>		<p>títulos das partes e volumes, além do próprio resumo da obra. Outra alternativa é acrescentar a forma de leitura para as HQ do tipo mangás, ação essa realizada pela biblioteca do Campus Gama/IFB, especificamente no campo “Notas Gerais” (500).</p> <p>A subseção “Notas” (1.7B), do AACR2, recebe significativas informações, como variações do título, para os casos das variações de codinomes e outras identidades de um mesmo personagem, segundo o relato de experiência da B-So/UFSCAR.<sup>69</sup></p>
	<p><b>Tag:</b> Notas de Conteúdo (505)</p> <p><b>Delimitador/ Subcampo:</b> - \$a notas de conteúdo.</p>	-	
	<p><b>Tag:</b> Notas de Resumo (520)</p> <p><b>Delimitador/ Subcampo:</b> - \$a notas de resumo.</p>	<p><b>Elementos:</b> - Resumo do conteúdo (7.10).</p>	
-	<p><b>Campo:</b> Assuntos (6XX)</p>		<p>O campo é definido com as <i>tags</i> constituídas de termos que são elaborados pela agência instituição catalogadora. Podem incluir, conforme os registros bibliográficos recebidos, informações como tipo de literatura, localização geográfica, gênero literário e tipo de HQ.</p>
	<p><b>Tag:</b> Assunto tópico (650)</p> <p><b>Delimitador/ Subcampo:</b> - \$a assunto.</p>	-	
-	<p><b>Campo:</b> Entradas secundárias (70X-75X)</p>		<p>Aplicado para informações que não foram adotadas como entrada principal, como nome pessoal, entidade, evento, nome não controlado etc.</p>
	<p><b>Tag:</b> Entradas secundárias (700)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b> - \$a nome pessoal;</p>	<p><b>Elementos:</b> - Contribuinte (20.2); - Designador de relacionamento (18.5).</p>	

<sup>69</sup> A B-So/UFSCAR fez o uso do campo “Assunto tópico” para a inclusão de informações sobre as variações de codinomes e outras identidades de um mesmo personagem, visto como uma característica comum às HQ de personagens fictícios, que ao longo do tempo podem receber essas alterações.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- \$d datas associadas;</li> <li>- \$t título da publicação</li> </ul>		<p>Na RDA é possível adotar o elemento “Contribuinte” para destacar responsabilidades como ilustradores, desenhistas, cartunistas, roteiristas etc. Além disso, o elemento “Designador de relacionamento” contribui para descrever as referidas colaborações.</p>
	<p><b>Campo:</b> Coleções, localização, gráficos alternados etc. (841-88X)</p> <p><b>Tag:</b> Localização e acesso eletrônico (856)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$z nota do público;</li> <li>- \$u identificador uniforme de recurso.</li> </ul>	-	<p>Este campo, conforme os registros bibliográficos recebidos, pode ser aplicado para a descrição do suporte físico, localização e acesso eletrônico, entre outros.</p>
	<p><b>Tag:</b> Número normalizado - ISBN (020)</p> <p><b>Delimitador/ Subcampo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a número do ISBN.</li> </ul> <p><b>Tag:</b> Número normalizado - ISSN (022)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a número do ISSN.</li> </ul> <p><b>Tag:</b> Fonte da catalogação (040)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- \$a código da instituição;</li> <li>- \$c instituição que transcreveu o registro em formato legível por máquina.</li> </ul> <p><b>Tag:</b> Código do idioma (041)</p>	<p><b>Elemento:</b> Informações de contato (4.3).</p>	
<p><b>Área:</b> Do número normalizado e das modalidades de aquisição (1.8)</p> <p><b>Subseções:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- número-normalizado (1.8B);</li> <li>- modalidade de aquisição (1.8D).</li> </ul>		<p><b>Elemento:</b> - Identificador da manifestação (2.15).</p>	<p>No código AACR2, especificamente na catalogação de primeiro nível, esta área é apresentada no final da descrição, contendo o número normalizado. Além disso, pode ser necessário incluir a modalidade de aquisição do objeto, visto que, em algumas bibliotecas, os exemplares de HQ são obtidos por doações, conforme o relato de experiência da B-So/UFSCAR.</p> <p>No formato MARC, estas <i>tags</i> são inseridas no início do registro, com informações, como ISBN/ISSN, código da instituição, que pode ser gerado automaticamente pelo</p>



	<p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b> - \$a código do idioma do texto; - \$h código do idioma do documento original.</p> <p><b>Tag:</b> Número da CDU (080)</p> <p><b>Delimitador/ Subcampo:</b> - \$a número da CDU.</p>		<p>sistema, código do idioma e número do sistema de classificação utilizado, podendo ser CDD ou CDU. Ainda, menciona-se a adoção do campo “Número de chamada local”.</p> <p>A <i>tag</i> “Número da CDU” (080) evidencia como a HQ foi interpretada e classificada. Nos registros bibliográficos têm-se as definições de “Literatura” (820/869.0) e “Cartoons, caricaturas e quadrinhos” (741.5).</p> <p>A <i>tag</i> “Número de chamada local” (090) pode ser utilizada, assim como visualizados nos registros bibliográficos, para apresentar especificações da tabela auxiliar da CDU, incluindo auxiliares comuns independente de língua e de lugar, auxiliares especiais (adotado pela biblioteca do Campus Gama/IFB para indicar a forma literária) entre outras aplicações necessárias para a classificação da obra.</p>
	<p><b>Tag:</b> Número de chamada local (090)</p> <p><b>Delimitadores/ Subcampos:</b> - \$a número de classificação; - \$b número de cutter;</p>		
<b>Área:</b> Do título e da indicação de responsabilidade (2.1)	-	-	Sugere-se o Capítulo 2 do AACR2, o qual trata-se de livros, folhetos e folhas impressas, visto que nas catalogações recebidas, em sua maioria, as HQ são representações de ISBN.
<b>Área:</b> De edição (2.2)	-	-	
<b>Área:</b> De publicação, distribuição etc. (2.4)	-	-	
<b>Área:</b> Da descrição física (2.5)	-	-	
<b>Área:</b> Das notas (2.7)	-	-	
<b>Área:</b> Do número normalizado e das	-	-	

modalidades de aquisição (2.8)			
<b>Área:</b> Do título e da indicação de responsabilidade (8.1)	-	-	O Capítulo 8 do AACR2 fornece orientações para a catalogação de materiais gráficos, incluindo: arte bidimensionais, quadros, fotografias, desenhos técnicos etc.  Na área da descrição física tem-se a indicação de extensão, como álbum seriado, cartaz ou pôster, ilustração didática, tira de filme etc. São aspectos que evidenciam as características das HQ.
<b>Área:</b> De edição (8.2)	-	-	
<b>Área:</b> De publicação, distribuição etc. (8.4)	-	-	
<b>Área:</b> Da descrição física (8.5)	-	-	
<b>Área:</b> Das notas (8.7)	-	-	
<b>Área:</b> Do número normalizado e das modalidades de aquisição (8.8)	-	-	
<b>Área:</b> Do título e da indicação de responsabilidade (12.1)	-	-	Para descrever os recursos contínuos tem-se o Capítulo 12 do AACR2, com indicações sobre mudanças no título principal, no título equivalente, na indicação de responsabilidade entre outras.  A área da numeração contém informações sobre designação cronológica, publicações encerradas etc.  É possível considerar aspectos importantes para a descrição, como é o caso do ISSN, identificado em um dos registros bibliográficos analisados.
<b>Área:</b> De edição (12.2)	-	-	
<b>Área:</b> Da numeração (12.3)	-	-	
<b>Área:</b> De publicação, distribuição etc. (12.4)	-	-	
<b>Área:</b> Da descrição física (12.5)	-	-	
<b>Área:</b> Das notas (12.7)	-	-	
<b>Área:</b> Do número normalizado e das modalidades de aquisição (12.8)	-	-	

Fonte: Da pesquisa (2023).

Mesmo não sendo identificado, ao menos, um registro bibliográfico elaborado a partir da RDA, a partir do referencial teórico do trabalho, um conjunto de sugestões foram apontadas no Quadro 26, somando-se às sugestões baseadas nos registros

recebidos. Por fim, em resposta a essa não utilização da RDA pelas bibliotecas participantes, vale mencionar que o referido conjunto de diretrizes pode ser utilizado para descrever qualquer tipo de material, incluindo a catalogação de recursos digitais, presentes em serviços como bibliotecas e repositórios digitais. Reforça-se ainda que a RDA (nova versão) não prevê a mesma subdivisão em capítulos como no AACR, passando a ser composta por entidades e organizadas em obra, expressão, manifestação e item, as quais contribuem no entendimento dos objetos descritos, assim como na definição dos relacionamentos entre si no acervo e como serão encontrados pelos usuários.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de recuperação da informação têm parcela de sucesso condicionado a aplicação de padrões descritivos, os quais são adotados para representar um objeto, seja ele físico ou digital. Na Biblioteconomia e CI, estudos sobre padrões com fins de simbolizar algo estão no campo da RDI, a qual se materializa pelas funções de interpretar a pluralidade de objetos, selecionar os seus dados relevantes, organizar conforme as suas características, colocar tais objetivos à disposição e oferecer meios de serem acessados. Entre os resultados da RDI está a elaboração de registros bibliográficos, especificamente a partir da catalogação das obras de um determinado acervo de uma biblioteca, por exemplo.

Conforme o arcabouço teórico da pesquisa, observa-se que a prática da catalogação pode ocorrer segundo orientações do código AACR2 e a RDA, de formatos eletrônicos, como o MARC, e de modelagens conceituais, como os FRBR e FRAD. Para esta pesquisa, preza-se a contribuição do AACR2, pois é um código que estabelece um conjunto de requisitos para que seja alcançada a catalogação de primeiro nível. Em relação a RDA, os diferenciais retratados por suas diretrizes, em referência ao antecessor AACR2, são percebidos, especialmente, pela amplitude de objetos que podem ser catalogados, deste modo, atendendo às variações presentes em coleções e acervos, de diversos ambientes além de bibliotecas, além de considerar a figura do usuário nos processos de consulta e recuperação a partir das ações de localizar, identificar, contextualizar e justificar. Quanto ao formato de catalogação, percebe-se que a variedade de campos e subcampos representa significativa contribuição para a leitura e descrição de registros bibliográficos por máquinas, além do intercâmbio dos dados desses registros, enquanto aspectos que corroboram para que três dos quatro registros bibliográficos analisados sigam o formato MARC. Ainda vale mencionar os FRBR na perspectiva de modelar um conceito de um objeto. Além de explicar o significado de uma obra, a partir de seus grupos e correspondentes entidades, os FRBR podem ser adotados para modelagem para a construção de catálogos eletrônicos, mas deve-se frisar que não se trata de um código de catalogação.

Entre os objetos informacionais que podem compor acervos estão as HQ, variando em tipos, como os álbuns e edições encadernadas, as quais são apresentadas em edições únicas e contendo maior aprimoramento gráfico e

material. As HQ do tipo *graphic novels*, maxi e minisséries também podem ser produzidas em tiragens únicas, constituindo-se por uma abordagem caracterizada como novela, podendo ter continuidade em volumes. Na contação de histórias curtas sobre um mesmo personagem estão as HQ do tipo cartum, ilustrando uma realidade situada em um determinado tempo, assim como a HQ do tipo charge, mas esta geralmente foca em criticar eventos do momento, apresentando-se, em sua maioria, com uma linguagem mais ironizada sobre os fatos retratados. Fanzines e gibis também são exemplos ilustrativos, mas o segundo possui um preço mais acessível, especialmente pela sua composição física de pouca durabilidade, fato que acarreta em sua destinação ser mais voltada ao público infantil. Também com apelo visual estão os quadrinhos em jornais, os quais são considerados a forma pioneira à aparição das HQ em meio impresso, assim como as tirinhas, adotando um *design* fixo em suas histórias e comumente se apresentando em formatos de *timing* (tempo), balões de fala, quadros e enquadramentos. Mangá é outro exemplo de HQ de molde ilustrativo, mas tendo característica própria a apresentação de personagens com traços mais marcados, além de instruir sobre a forma como o material deve ser lido e evidenciar o público que deseja alcançar. Outro tipo de HQ que possui direcionamento ao público são as publicações variadas, encontradas em diferentes contextos e apresentadas em formatos como livros didáticos, revistas gerais de informação etc. Os *storyboards* também são um tipo de HQ que fornece instruções e orientações aos leitores, priorizando a aprendizagem sobre determinados contextos. Portanto, as HQ podem ser compreendidas quanto a forma de apresentação, *design*, tiragem, continuidade, contação e orientações.

A partir dos quatro registros bibliográficos recebidos, segundo a ação de coleta de dados, verifica-se que três bibliotecas são de instituições públicas e uma é particular, enquanto duas instituições, sendo uma pública e uma particular, encaminharam uma catalogação do mesmo tipo de HQ, ou seja, *graphic novels*, *maxi* e minisséries. Além disso, observa-se que duas bibliotecas fazem parte da mesma instituição de ensino (IFB), mas não adotam igual padrão de registro para as catalogações de HQ. Em tese, a diferenciação ocorre, basicamente, porque os objetos HQ catalogados são de tipos distintos, ou seja, o registro bibliográfico da HQ mangá, da biblioteca do Campus Gama, possui uma catalogação semelhante à adotada em livros (ISBN), ao passo que a HQ gibi, da biblioteca do Campus Samambaia, é assimilada como um material contínuo (ISSN), de publicidade

mensal. Contudo, a mencionada diferenciação não pode se limitar ao tipo de suporte, mas também em relação a tematização e adoção de campos e subcampos em cada registro bibliográfico.

Ambos os registros das bibliotecas do IFB possuem campos semelhantes, mas é possível identificar que o registro da biblioteca do Campus Gama tem mais qualificações, ou seja, subcampos em relação ao registro da biblioteca do Campus Samambaia. Com um olhar sobre os subcampos que apresentam especificidades das HQ, menciona-se no registro da biblioteca do Campus Gama o campo “Título principal”, o qual apresenta um conjunto de indicações de profissionais comuns à produção de materiais do tipo HQ, como o citado desenhista, além da presença do campo “Descrição física”, da amplitude do campo “Notas”, entre “gerais” e “de resumo”, e da qualificação do campo “Assunto tópico” a partir do subcampo “subdivisão geográfica”, o qual reforça a classificação adotada do tema.

Das unidades de informação participantes, as bibliotecas do IFB e a BCE/UnB utilizam o formato MARC, enquanto a biblioteca da UNICEUB adota o código AACR2. Observando os campos ofertados pelas duas supramencionadas normativas e adotados nos registros bibliográficos analisados, verifica-se que apenas os registros da biblioteca do Campus Gama e da BCE/UnB contemplam a catalogação de primeiro nível, enquanto a biblioteca do Campus Samambaia não possui o campo “Descrição física”, como anteriormente mencionado, e o registro da biblioteca da UNICEUB não consta o atributo “Nota(s)”, apesar de expor dados que, em tese, são vistos nesse campo. Ainda, o registro da BCE/UnB destaca-se por conter maior quantidade de campos descritivos, ao passo que evidencia peculiaridades às obras do tipo HQ. Também vale mencionar que o registro da biblioteca do Campus Gama equipara-se, em maioria, aos significativos campos adotados pela BCE/UnB, além de admitir o subcampo “subdivisão geográfica”, percebido como significativo para a descrição de HQ, pois é um elemento que pode indicar representações sobre costumes e culturas de determinados povos.

Referente às especificidades que as HQ carregam consigo, centradas em um apelo visual, os campos e seus correspondentes subcampos podem mencionar o título e suas variações, enfatizar a indicação de responsabilidade, informar o tipo de obra, considerar a periodicidade de HQ seriadas, orientar a forma de leitura, como é o caso dos mangás, informar quando a obra é ilustrada, inclusive monocromática ou colorida, selecionar temas que são contemplados pela obra, incluindo a região, e

classificar por área do conhecimento e/ou por tipo de HQ, baseando-se em sistemas de classificação bibliográfica.

Conclui-se que a descrição de HQ pelas bibliotecas universitárias do DF seguem instrumentos de catalogação consolidados, ou seja, o código AACR2 e o formato MARC, que duas instituições atingem totalmente e outras duas atendem parcialmente a catalogação de primeiro nível, que os materiais analisados se expressam por campos que indicam o formato das obras, que se manifestam segundo um conjunto de subcampos que retratam o tipo de item estudado, como número normalizado, número de classificação, título, responsabilidades, publicação, detalhes físicos, periodicidade, série e notas, e são tematizados a partir de informações como subdivisão geográfica e áreas do conhecimento.

Enquanto aspectos para pesquisas futuras, tem-se o interesse em estudar a catalogação de segundo nível em registros bibliográficos de HQ e analisar a elaboração desses registros a partir da RDA (Oficial), especialmente pela versão *Toolkit Restructure and Redesign* (3R), e conforme a aplicação de outros formatos, como o BIBFRAME, na figura de substituto do formato MARC 21. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para auxiliar profissionais de biblioteca, e demais públicos interessados, na organização de multimeios, de forma a atender especificidades que as HQ possuem segundo um conjunto de campos (mínimos) que venham a contribuir nos processos de representação, busca e recuperação.

## REFERÊNCIAS

ABDC BRASIL. CAMPO 998 Áreas do AACR2. **ABDC**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://abcdbrasil.org/manuais-e-metodologias/marc21/marc006/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ABCD COMMUNITY. CDS/ISIS. **ABCD**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://abcd-community.org/pt/2014/04/14/cdsisis/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 18-40, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36962>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa. Estudo de correspondência de elementos de metadados: Dublin Core e MARC21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 20-38, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39992>. Acesso em: 25 out. 2023.

ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103361>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALVESTRAND, Harald. Tags for the Identification of Languages. **Network Working Group**, [s. l.], 1995. Disponível em: [https://www.google.com/url?q=https://datatracker.ietf.org/doc/html/rfc1766&sa=D&source=docs&ust=1674478365863173&usq=AOvVaw2q7v3dO\\_tbf5jaY0xzyHSu](https://www.google.com/url?q=https://datatracker.ietf.org/doc/html/rfc1766&sa=D&source=docs&ust=1674478365863173&usq=AOvVaw2q7v3dO_tbf5jaY0xzyHSu). Acesso em: 20 mar. 2023.

ÁLAMO, Chaves. Você conhece a história de Melvil Dewey? **CRB-6**, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/voce-conhece-a-historia-de-melvil-dewey/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa. Estudo de correspondência de elementos de metadados: Dublin Core e MARC21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 20-38, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2019>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Web semântica: uma análise focada no uso de metadados**. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93690>. Acesso em: 15 mar. 2023.



AMARAL, Sueli. Os multimeios, a biblioteca e o bibliotecário. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 15, n. 1, 1987. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/77550>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ARAGON, Cláudia; GERONIMO, Volmer A.. Compartilhamento entre bibliotecas universitárias: instrumento eficaz no intercâmbio de recursos informacionais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2004. Disponível em: <http://repositorio.febab.libertar.org/items/show/4978>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ARAÚJO, Denise Oliveira de. **Repositórios digitais**: um estudo de características a partir de modelos categoriais. 2019. 171 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25859>. Acesso em: 30 maio 2023.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. AACR2, MARC 21 e controle de autoridade: um guia de estudo. **Fabrício Assumpção**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://fabricaoassumpcao.com/guia-de-estudo>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. O que é FRBR? **Fabrício Assumpção**, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://fabricaoassumpcao.com/2012/07/o-que-e-frbr.html>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; PEREIRA, Ana Maria; TEXEIRA, Marcelo Voo (org.). **RDA**: perspectivas teóricas e práticas no Brasil. Florianópolis: UDESC, 2020. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000087/000087f0.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-226, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52343>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Resource Description and Access (RDA)**: objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para a descrição de recursos e acesso. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: <https://fabricaoassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2013/01/2009-assumpcao-santos-resource-description-and-access.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BAPTISTA, Dulce Maria. O IMPACTO DOS METADADOS NA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 177-190, dez. 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/529>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: Brasilart, 1978.

BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. As histórias em quadrinhos para a formação de leitores ecléticos: algumas reflexões com em depoimentos universitários. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37615>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BASSETTO, Clemliton Luís; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A competência em informação como diferencial competitivo para os profissionais de informação no contexto da sociedade informacional. *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2371/1483-1496-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BERTOLINI, María Violeta *et al.* **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. Netherlands: IFLA, 2016. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp\\_2016-en.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf). Acesso em: 3 jul. 2023.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional**: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/representacao-informacao-biblioteca-nacional-documento>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRAGA, Gerlaine. **O que são e para que servem os Princípios Internacionais de Catalogação?**. Rio de Janeiro: FEBAB, 2020. 85 slides, color. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4607>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília: **Diário Oficial da União (DOU)**, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm). Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries. **MEC**, Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação. **CAPES**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRUNA, Dayane; ALVES, Emanuele. Catalogação: análise e parâmetros gerais da representação da informação. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2011. p. 1-14. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4661270-Catalogacao-analise-e-parametros-gerais-da-representacao-da-informacao-1.html>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRYAN, Harrison. The three careers of Andrew Osborn. **The Serials Librarian**, [s. l.], n. 6, v. 2-3, p. 107-113, jul. 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/271904097\\_The\\_three\\_careers\\_of\\_Andrew\\_Osborn](https://www.researchgate.net/publication/271904097_The_three_careers_of_Andrew_Osborn). Acesso em: 25 mar. 2023.

BUCKLAND, Michael K. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information Science and Technology (JASIST)**, Hoboken, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997. Disponível em: <https://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BURCH, Sally. Sociedade da informação/ Sociedade do conhecimento. *In*: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel (orgs). **Desafios de Palavras**: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação. Caen: C & F Éditions, 2005. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/SOCIETY/Sociedade%20da%20informacao%20e%20do%20Conhecimento%20-%20Sally%20Burch.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet De Lemos, 2006.

CAMPOS, Luiz Fernando de Barros. Metadados digitais: revisão bibliográfica da evolução e tendências por meio de categorias funcionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 16-46, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38417>. Acesso em: 30 maio 2023.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de Organização do Conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010\\_ElianaCarlan.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7465/1/2010_ElianaCarlan.pdf). Acesso em: 25 mar. 2023.

CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus; ALMEIDA, Carlos Cândido de. COLEÇÕES DE MULTIMEIOS: reflexões sobre o tratamento temático da informação a partir do conceito de tradução intersemiótica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBD)**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 183-207, set./dez. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121381>. Acesso em: 30 maio 2023.

CARVALHO, Maria Fátima Moura. **Obra, Expressão, Manifestação e Item nas FRBR, RDA e BIBFRAME**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/86639>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CASTRO, Fabiano Ferreira de. Conversão retrospectiva de registros bibliográficos. *In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO*, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Estadual Paulista, 2003. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/346>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CASTRO, Fabiano Ferreira de. **Elementos de interoperabilidade na catalogação descritiva**: configurações contemporâneas para a modelagem de ambientes informacionais digitais. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103364>. Acesso em: 30 maio 2023.

CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista. **RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)**: uma análise dos elementos centrais. 2013. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013\\_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf). Acesso em: 30 maio 2023.

CAVALHEIRO, Karen Cristina Soares; ARAKAKI, Felipe Augusto. Resource Description and Access (RDA): as diretrizes antes e depois do Projeto 3R. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 1-29, 2023. Disponível em: [scielo.br/j/emquestao/a/stLJjdBD46mKFLT6q4nTX7m/?format=pdf](https://scielo.br/j/emquestao/a/stLJjdBD46mKFLT6q4nTX7m/?format=pdf). Acesso em: 11 nov. 2023.

CHANDRAKAR, Rajesh. An approach to mapping CCF to Dublin Core. **The Electronic Library**, [s. l.], v. 23 n. 5, p. 577-589, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/220677546\\_An\\_approach\\_to\\_mapping\\_CCF\\_to\\_Dublin\\_Core](https://www.researchgate.net/publication/220677546_An_approach_to_mapping_CCF_to_Dublin_Core). Acesso em: 16 maio 2023.

COELHO, Luana Maíra Plácido. **Usabilidade de catálogos online**: estudo exploratório dos OPACs das Universidades Públicas Paulistas (USP, UNESP, Unicamp). 2006. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4232607-Luana-maira-placido-coelho.html>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação descritiva no século XXI**: um estudo sobre o RDA. 2008. 65 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93699>. Acesso em: 26 fev. 2023.

COSTA, Cibele Lopresti. **Geração alpha língua portuguesa: ensino fundamental: anos finais: 6° ano.** 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2018.

COSTA, José Antônio. Confira a charge do Jornal O Dia da edição desta segunda-feira (24). **Portal O Dia**, Teresina, 2018. Disponível em: <https://www.portalodia.com/blogs/jotaa/confira-a-charge-do-jornal-o-dia-da-edicao-de-sta-segunda-feira-24-333353.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Conferência Internacional de Catalogação: relatório oficial preliminar. Tradução: Maria Luisa Monteiro da Cunha. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 1963, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: FEBAB, 1963. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/558>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. E-book. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7615541/mod\\_resource/content/1/LIVRO\\_DiccionarioBiblioteconomiaArquivologia%20%282%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7615541/mod_resource/content/1/LIVRO_DiccionarioBiblioteconomiaArquivologia%20%282%29.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

DIAS, Cláudia; FERNANDES, Denise. **Pesquisa e método científico**. Brasília: [s. n.], 2000. Disponível em: [https://docs.ufpr.br/~niveam/micro%20da%20sala/aulas/tecnicas\\_de\\_pesquisa/pesquisacientifica.pdf](https://docs.ufpr.br/~niveam/micro%20da%20sala/aulas/tecnicas_de_pesquisa/pesquisacientifica.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

DUMER, Luciana. **Representação descritiva da informação em bibliotecas: um estudo sobre os formatos de intercâmbio**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16737/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EVANGELISTA, Tatiane da Silva. Cálculo em Quadrinhos: relato de experiência. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 6, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/download/8654896/20834>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNANDES, Júlio César; PINTO, Virgínia Bentes; FARIAS, Gabriella Belmont de. Percepção dos bibliotecários sobre a aplicabilidade das cinco leis de Ranganathan ao contexto da gestão da informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, n. especial. p. 108-125, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/160340>. Acesso em: 25 jul. 2023.



FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo. **As relações entre resource description and access (RDA) e o código de catalogação anglo-americano (AACR2)**: a busca de uma descrição bibliográfica completa. 2014. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6703>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FORMENTON, Danilo *et al.* Os padrões de metadados como recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital. **Biblios**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, [s. l.], n. 68, p. 83-95, 2017. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/414/311>. Acesso em: 30 maio 2023.

FRANÇA, Maira Nani; CARVALHO, Angela Maria Grossi de. Tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas universitárias públicas brasileiras: um estudo preliminar. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Santa Catarina, v. 24, n. 1, p. 72–112, 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1498>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FURLAN, Cleide. HQ e os “Syndicates” Norte-americanos. *In*: LUYTEN, Sonia Maria Bibe (Org.). **Histórias em Quadrinhos**: leitura crítica. 3. ed. São Paulo: Paulina, 1989.

FUSCO, Elvis. **MODELOS CONCEITUAIS DE DADOS COMO PARTE DO PROCESSO DA CATALOGAÇÃO**: perspectiva de uso dos frbr no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103369>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-52, 1998. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/818>. Acesso em: 9 jul. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GILLILAND, Anne J.. Setting the Stage. *In*: BACA, Murtha (ed.). **Introduction to Metadata**. 3. ed. Los Angeles: Getty Research Institute, 1998. Disponível em: <https://www.getty.edu/publications/intrometadata/setting-the-stage/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GRÁCIO, José Carlos Abbud. **Metadados para a descrição de recursos da Internet**: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93722>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GUILHON, Erick Pessôa. **O dito e o (não) dito: análise de charges políticas em meio às eleições de 2018.** 2018. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) - Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22567>. Acesso em: 23 jun. 2023.

HATSEK, Iuri Noimann. **RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA): evolução no conceito da catalogação.** 2012. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99191>. Acesso em: 5 jul. 2023.

HATSEK, Iuri Noimann; HILLESSHEIN, Araci Isaltina Andrade. **RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) E AS MUDANÇAS NA CATALOGAÇÃO.** In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., 2013, Rio de Janeiro. ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

HOLANDA, Paulo Marcelo Carvalho. **Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais.** 2020. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34283>. Acesso em: 5 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. Declaração de princípios internacionais de catalogação. **IFLA**, Haia, 2009. Disponível em: [https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/110/1/icp\\_2009-pt.pdf](https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/110/1/icp_2009-pt.pdf). Acesso em: 5 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Functional requirements for subject authority data (FRSAD): a conceptual model. **IFLA**, Haia, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

JOINT STEERING COMMITTEE. **Código de catalogação anglo-americano.** Trad. FEBAB. 2 ed. rev. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Disponível em: [https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/08/aacr2\\_2002-livrc3a3o-branco.pdf](https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/08/aacr2_2002-livrc3a3o-branco.pdf). Acesso em: 05 fev. 2023.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBB)**, Nova Série, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 60-69, 2009. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/148/155>. Acesso em: 2 jan. 2023.

LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographic Framework as a Web of Data: Linked Data Model and Supporting Services**. Washington: Library of Congress, 2012. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/pdf/marclid-report-11-21-2012.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

LIMA, Elza; MAIA, Silva. Comunicação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 147-148, 1975. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/362/1/ELZACI1975.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

LIMA, João Alberto de Oliveira. **Modelo Genérico de Relacionamentos na Organização da Informação Legislativa e Jurídica**. 2008. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/11352/1/tese\\_Joao\\_Lima\\_FINAL.pdf](http://eprints.rclis.org/11352/1/tese_Joao_Lima_FINAL.pdf). Acesso em: 8 jul. 2023.

LIMA, Paulo de Almeida; MACHADO, Ivan Pinheiro. Garfield: 2.582 tiras é destaque nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora. **L&PM EDITORES**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: [https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805136&SecaoID=816261&SubsecaoID=0&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&ID=826363](https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805136&SecaoID=816261&SubsecaoID=0&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=826363). Acesso em: 15 jun. 2023.

LOPES, Tatiane dos Santos de Feitas; FERNEDA, Edberto. Padrão especial de disseminação de dados (sdds): uma introdução. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB)**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 151-168, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/27659>. Acesso em: 16 maio 2023.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. **Análise do Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações segundo o Modelo Entidade-Relacionamento**. 2005. 164 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EARM-6ZGNZC/1/doutorado\\_\\_\\_c\\_ntia\\_de\\_azevedo\\_louren\\_o.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EARM-6ZGNZC/1/doutorado___c_ntia_de_azevedo_louren_o.pdf). Acesso em: 25 mar. 2023.

LOURENÇO, Cíntia Azevedo. FRBR: elucidações pertinentes. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 41-58, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33271/27365>. Acesso em: 8 jul. 2023.

LÖW, Marieta Marks; ROCHA, Rafael Port da. ONTOLOGIAS DE DOCUMENTOS: usos para a representação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewPDFInterstitial/1229/817>. Acesso em: 16 maio 2023.



LUYTEN, Sonia M. Bibe. Mangá produzido no Brasil: pioneirismo, experimentação e produção. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/168852646868454336879017132244134098721.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MACHADO, Raildo de Sousa. Recurso, Descrição e Acesso – RDA: breve descrição. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2014, p. 1-20. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/506-2059.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. **CATALOGAÇÃO**: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MACHADO, Raquel Bernadete. **Análise do RDA para teses e dissertações em literatura e cinema**. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178691>. Acesso em: 08 jul. 2023.

MARANHÃO, Ana Maria Neves; MENDONÇA, Maria de Lourdes dos Santos. MARC 21: formato bibliográfico. **PUC-Rio**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>. Acesso em: 15 maio 2023.

MARTELETO, Regina Maria. REDES SOCIAIS, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE INFORMAÇÕES: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, 2010. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf\\_1dba3d864d\\_0013080.pdf](https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf_1dba3d864d_0013080.pdf). Acesso em: 2 jan. 2023.

MARTINHO, Noemi Oliveira. **A dimensão teórica e metodológica da catalogação de assunto**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93670>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MARTINHO, Noemi Oliveira; GUEDES, Emanuel Guedson Ferreira. Charles Ammi Cutter: sua contribuição para organização da informação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/171964>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MELO, Lílian Lima de Siqueira; MARQUES, Denílson Bezerra; PINHO, Fabio Assis. A biblioteca universitária e sua atuação frente à mutabilidade de paradigmas. **Revista de Ciência da Informação e Documentação (InCID)**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 69-89, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39859>. Acesso em: 2 jan. 2023.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MITCHELL, Martha. Jewett, Charles C. **Office of University Communications**, Providence, [1993?]. Disponível em: [https://www.google.com/url?q=https://www.brown.edu/Administration/News\\_Bureau/Databases/Encyclopedia/search.php?serial%3DJ0050&sa=D&source=docs&ust=1674478365886153&usq=AOvVaw30U8SaQtcBsKS82um0J2Yz](https://www.google.com/url?q=https://www.brown.edu/Administration/News_Bureau/Databases/Encyclopedia/search.php?serial%3DJ0050&sa=D&source=docs&ust=1674478365886153&usq=AOvVaw30U8SaQtcBsKS82um0J2Yz). Acesso em: 2 jan. 2023.

MODESTO, Fernando. **Gênese dos formatos de intercâmbio: MARC**. São Paulo: ECA-USP, 2007. 96 slides, color. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/2007GeneseMARC.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

MODESTO, Fernando. O AACR2 não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador. **InfoHome**, Marília, 2008. Disponível em: [https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=334](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334). Acesso em: 16 maio 2023.

MODESTO, Fernando. Ranganathan e os princípios de catalogação de Paris, 1961. **InfoHome**, Marília, 2018. Disponível em: [https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1145](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1145). Acesso em: 9 jan. 2023.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/7593/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_FERNANDA\\_MORENO\\_-\\_UnB.pdf](http://eprints.rclis.org/7593/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FERNANDA_MORENO_-_UnB.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 20-38, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2052>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOREIRA, Manoel Palhares; MOURA, Maria Aparecida. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do tci - tesouro em ciência da informação. **DataGramZero**, [s. l.], v. 7, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6670>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/LCgRkWGpGjzbnkGCT3ZJs5nb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MOURA, Milene Rosa de Almeida; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. Estudo comparativo do padrão de descrição de informação e MARC 21 em partitura de pianola. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 39-52, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/108451>. Acesso em: 15 maio 2023.

NARANJO, Marcelo. Quinto número do fanzine *Gibilândia* está à venda. **UNIVERSOHQ**, Petrópolis, 2019. Disponível em: <https://universohq.com/noticias/quinto-numero-do-fanzine-gibilandia-esta-venda/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

NETO, Eliane Aparecida. **A catalogação diante das tecnologias de informação e comunicação**. 2009. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120220/284514.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2023.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. POR QUE FAZER PESQUISA NA UNIVERSIDADE? **Revista Acb**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 65-76, 1998. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/88677>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OKADA, Susana Yuri; ORTEGA, Cristina Dotta. Análise da recuperação da informação em catálogo on-line de biblioteca universitária. **Informação & Informação (I&S)**: Estudos, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 18-35, 2009. Disponível em: [https://brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf\\_91408afcc2\\_0010253.pdf](https://brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_91408afcc2_0010253.pdf). Acesso em: 16 maio 2023.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

OLIVER, Christine. Why RDA? Organizing bibliographic information in the 21st century. *In*: EURASIAN ACADEMIC LIBRARIES CONFERENCE, 10., 2021, Nur-Sultan. **Anais** [...]. Nur-Sultan: Nazarbayev University Repository, 2021. Disponível em: [https://nur.nu.edu.kz/bitstream/handle/123456789/5840/10th%20EALC\\_all\\_29\\_09-%d1%81%d1%82%d1%80%d0%b0%d0%bd%d0%b8%d1%86%d1%8b-19-24.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://nur.nu.edu.kz/bitstream/handle/123456789/5840/10th%20EALC_all_29_09-%d1%81%d1%82%d1%80%d0%b0%d0%bd%d0%b8%d1%86%d1%8b-19-24.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 dez. 2023.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Construção de linguagens documentárias em sistemas de recuperação da informação: a importância da garantia do usuário. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 17-30, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38258>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, Maria Cristina Xavier de. **A arte dos "quadrinhos" e o literário**: a contribuição do diálogo entre o verbal e o visual para a reprodução e inovação dos modelos clássicos da cultura. 2008. 207 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-30012009-154912/pt-br.php>. Acesso em: 16 jun. 2023.

OLIVEIRA, Mariana Ferreira de. **A classificação do LGBT nas edições da CDD**: uma análise. 2017. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22361/1/2017\\_MarianaFerreiraDeOliveira\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22361/1/2017_MarianaFerreiraDeOliveira_tcc.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVEIRA NETO, José Leonardo de. **História em quadrinhos como fonte de informação**: a percepção dos usuários da Comic House. 2014. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2210?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2210?locale=pt_BR). Acesso em: 6 jun. 2023.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. 2009. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21092009-211824/pt-br.php>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 07-17, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116176>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PEDRÃO, Gabriela Bazan. **A construção do catálogo de Panizzi**: uma análise documental. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181806>. Acesso em: 9 jan. 2023.

PENNYPACKER, Sara. **Pax**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

PINHEIRO, Rodrigo Vasconcelos Rodrigues. **Os novos objetivos do catálogo de biblioteca**. 2009. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/792/1/2009\\_RodrigoVasconcelos.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/792/1/2009_RodrigoVasconcelos.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2023.

PROFFITT, Merrilee; MIXTER, Jeff. Papers of Andrew Osborn. **ArchiveGrid**, [s. /], [2011?]. Disponível em: <https://researchworks.oclc.org/archivegrid/collection/data/221557399>. Acesso em: 05 fev. 2023.

QUEIROZ, Ana Cláudia Vieira de. **Catálogo na Biblioteca Central da Universidade de Brasília: um olhar dos usuários**. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25867/1/2019\\_AnaClaudiaVieiradeQueiroz\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25867/1/2019_AnaClaudiaVieiradeQueiroz_tcc.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Paulo. Narrativas em tiras - quadrinhos na sala de aula. **Parábola Editorial**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/narrativas-em-tiras-quadrinhos-na-sala-de-aula>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RAMOS, Rubem Borges Teixeira. **Com grandes poderes, vêm grandes responsabilidades: um estudo etnometodológico sobre o leitor e a leitura de histórias em quadrinhos de super-heróis da Marvel e da DC Comics**. 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AXWMUC>. Acesso em: 8 jun. 2023.

RDA TOOLKIT. Exemplos de registros em formato MARC baseados em RDA. **ALA, CILIP e CFLA**, [s. /], [2012?]. Disponível em: [https://www.rdatoolkit.org/sites/default/files/examples\\_of\\_rda\\_bibliographic\\_records\\_0.pdf](https://www.rdatoolkit.org/sites/default/files/examples_of_rda_bibliographic_records_0.pdf). Acesso em: 5 jul. 2023.

RDA TOOLKIT. RDA: resource description & access: toolkit. **ALA, CILIP e CFLA**, [s. /], 2019. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 30 maio 2023.



REZENDE, Angerlânia; LACERDA, Ênila; CARVALHO, Wellington Marçal de. GESTÃO DE MULTIMEIOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS EM PORTO VELHO –RO.

**Revista Bibliomar**: Informação a serviço da ciência, São Luís, v. 19, n. 1, p. 56-76, jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13831>. Acesso em: 4 jul. 2023.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. AACR2: catalogação descritiva de monografias. **Revista de Biblioteconomia de Brasília (RBB)**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 295-300, 1984. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/90334>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **RDA Resource Description & Access versus AACR2 Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição**: um estudo comparativo. Brasília: Antônia Memória, 2020. Disponível em:

<https://www.amemoria.com.br/indexrda.php>. Acesso em: 4 jul. 2023.

RIBEIRO, Rejane Maria Rosa; PASSOS JÚNIOR, Jorge Fernando Guimarães. Catalogação automatizada comercial padrão MARC 21. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais [...]**. Recife, 2002. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4127>. Acesso em: 13 out. 2023.

ROCHA, Paraguassu de Fátima. CHARGE E CARTUM: diálogos entre o humor e a crítica. **Revista Uniandrade**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 4-16, 2013. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/revistauniandrade/article/view/44>. Acesso em: 23 jun. 2023.

RUBI, Milena Polsinelli; COSTA, Maria De Fátima Rossi da; KAWAGUCHI, Elza Naomi. Histórias em quadrinhos como coleção especial: uma experiência na biblioteca universitária. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5252>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SANTA ANNA, Jorge. CATALOGAÇÃO DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS DO PONTO DE VISTA DO USUÁRIO: catalogar e educar para bem comunicar. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, 3ª série, n. 10, p. 45–59, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/4584>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, Arionauro da Silva. Cartum Amigo. **Arionauro Cartuns**, [s. l.], 2016. Disponível em: <http://www.arionaurocartuns.com.br/2016/04/cartum-amigo.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBB)**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/2986>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, Marcelo Nair dos. O Número de chamada: endereço dos recursos bibliográficos. **UFES**, Vitória, 2011. Disponível em: [https://biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/2\\_1\\_0\\_NoChamada.pdf](https://biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/2_1_0_NoChamada.pdf). Acesso em: 26 fev. 2023.

SANTOS, Marcelo Nair dos; ORTEGA, Cristina Dotta. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 93–113, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8464>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação**: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SANTOS, Roberto Elísio dos. Aplicações da História em Quadrinhos. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 22, p. 46-51, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36995>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, Roberto Elísio dos; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Histórias em quadrinhos no processo de aprendizado: da teoria à prática. **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, n. 27, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3498>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SARTEL, Marcelo. História em quadrinhos. **Português**, [s. l.], [20--?]. Disponível em: <https://www.portugues.com.br/redacao/historia-em-quadrinhos.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SENSO, José A.; PIÑERO, Antonio de la Rosa. El concepto de metadato. Algo más que descripción de recursos electrónicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 95-106, 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1010>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SERRA, Liliana Giusti. O formato MARC e o RDA: tempo de mudanças?. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/view/13>. Acesso em: 4 jul. 2023

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. e-PUB. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cient%C3%ADfico\\_-\\_1%C2%AA\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Antonio\\_Joaquim\\_Severino\\_-\\_2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa**: guia prático. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004. Disponível em: [https://sindipoldf.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/09/Metodologia\\_e\\_Organizacao\\_do\\_projeto\\_de.pdf](https://sindipoldf.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/09/Metodologia_e_Organizacao_do_projeto_de.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira *et al.* Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica resource description and access (rda). **CRB8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 113-123, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9835>. Acesso em: 24 maio 2023.

SILVA, José Fernando Modesto da. A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução. *In*: SILVA, José Fernando Modesto da; PALETTA, Francisco Carlos. **Tópicos para o Ensino de Biblioteconomia**: representação descritiva. São Paulo: ECA-USP, [2015?]. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002749752.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, José Fernando Modesto da; HÜBNER, Marcos Leandro Freitas. Cutter e o objetivo do catálogo na Representação Descritiva sob a AACR e a RDA. *In*: ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1., Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC/FAED, 2019. p. 40-45. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002981057.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SILVA, Luciana Candida *et al.* O código RDA e a iniciativa BIBFRAME: tendências da representação da informação no domínio bibliográfico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 130-156, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11927>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SILVA, Márcio Bezerra da. **A teoria da classificação facetada na modelagem de dados em banco de dados computacionais**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/3906/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, Oscar Américo da. **AACR2 e RDA**: mudanças e estimativas para a Biblioteca Nacional. 2013. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103965>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, Sophia Laura Nunes. **Mapeamento entre padrões de metadados**: um estudo do Dublin Core e do BIBFRAME. 2022. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/31558>. Acesso em: 4 jan. 2023.



SILVA, Valdilene Leobino Moura; SILVA, Márcio Bezerra da; BRITO, Rosa Zuleide Lima de. O uso dos multimeios no processo de ensino-aprendizagem da Escola General Rodrigo Otavio – EMGRO. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 45-62, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106563>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Análise do impacto dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal**. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/11032/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_vers%C3%A3o\\_final.pdf](http://eprints.rclis.org/11032/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o_final.pdf). Acesso em: 05 fev. 2023.

SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os FRBR e a escolha do ponto de acesso pessoal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 108-120, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35790>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SILVÉRIO, Luciana Begatini Ramos. **Histórias em quadrinhos** - gênero literário e material pedagógico - Maurício de Sousa em foco. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/es/mas/tesis-de-maestria-doctoral/tesis-de-maestria/categoriy/13-2012?start=20>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SOUSA, Antonio Cesar Fialho de. **Desvendando a metodologia da animação clássica**: a arte do desenho animado como empreendimento industrial. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VPQZ-6ZKRUN>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SOUZA, Edvaldo de; TOUTAIN, Lídia Brandão. HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: BARREIRAS PARA A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 78–95, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3930>. Acesso em: 22 set. 2023.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa *et al.* **Informação para internet**: uso de metadados e o padrão dublin core para catalogação de recursos eletrônicos na Embrapa. Brasília: Embrapa, 2000. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/183934/1/PL-Informacao-interne-t-Marcia-2000.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

STROMGREN, Pip. Charles Ammi Cutter: library systematizer extraordinaire. **Forbes Library**, Northampton, 2004. Disponível em: <https://forbeslibrary.org/info/library-history/charles-ammi-cutter/>. Acesso em: 24 maio 2023.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PAES, Denyse Maria Borges. Ferramentas tecnológicas na representação descritiva de documentos: abordagem como conteúdo e como instrumentos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 78-85, 2012. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16767>. Acesso em: 4 jan. 2023.

TEIXEIRA, Fabricio. O uso dos storyboards como documentação de base de UX Design. **Medium**, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://brasil.uxdesign.cc/o-uso-dos-storyboards-como-documenta%C3%A7%C3%A3o-de-base-de-ux-design-11b3b2ac1fa4>. Acesso em: 16 jun. 2023.

TIKKANEN, Amy. Sir Anthony Panizzi: italian librarian. **Britannica**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Anthony-Panizzi>. Acesso em: 23 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **BCE**, Brasília, [20--?]. Disponível em: <https://bce.unb.br/>. Acesso em: 16 maio 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Espaço POP. **BCE**, Brasília, [2022?]. Disponível em: <https://bce.unb.br/servicos/espacos/espacopop/sobre-o-espaco-pop/>. Acesso em: 24 maio 2023.

UNIVERSITY OF VIRGINIA. Osborn, Andrew D. (Andrew Delbridge), 1902-1997. **SNAC**, Charlottesville, [2013?]. Disponível em: <https://snaccooperative.org/history/74608614/10905630>. Acesso em: 4 jan. 2023.

VALADARES, Marina Vaz Santos. **Representação descritiva da informação**: um estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA. 2018. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25476>. Acesso em: 15 maio 2023.

VASCONCELLOS, Paulo de Avellar de Góes e. Bibliodata/CALCO: informação bibliográfica para o desenvolvimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-6, jan. 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/download/646/650/651>. Acesso em: 8 jul. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. **DataGramaZero**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5643>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro; PIGOZZI, Douglas. Histórias em quadrinhos como suporte pedagógico: o caso Watchmen. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 35-42, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/69247>. Acesso em: 26 fev. 2023.

WOLF, Misha; WICKSTEED, Charles. Date and Time Formats. **W3C**, Wakefield, 1997. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/1998/NOTE-datetime-19980827>. Acesso em: 9 jan. 2023.

XAVIER, Glayci Kelli Reis da Silva. HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: panorama histórico, características e verbo-visualidade. **Darandina Revisteletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1-20, jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28128>. Acesso em: 16 maio 2023.

## ANEXO A - Registro bibliográfico de um mangá

SIABI - Boruto, v.1 : Naruto next generations

Planilha MARC

Consultar Alterar Novo RB Duplicar RB Reg. Bib. 35.080 Publica na WEB Sair

Tipo de Material 01 Livro Exemplos

Modelo de Planilha NBR-6023

Tipo de Suporte F. Catalográfica

Coleção Especial Nova Coleção Esp. Help Campos Lda+008

Editar Imagem da CAPA

Help Tabela CUTTER

Help Formato MARC-21

FMT Formato BK

LDR Lider 00891nam--2200241-a-4504

008 Campos Fixos de Dados 221214s2018\_\_bra\_v1\_gr\_\_\_\_0000\_por\_d

020 ISBN a 9788542612547

035 No. de Sistema a 35080

080 N.º clas. CDU a 820(52)-9

090 Número da Classificação (NF) a 820(52)-9 K61b

100 N.º Pessoal 1 a Kishimoto, Masashi

245 Título principal 10 a Boruto, v. 1 : Naruto next generations

Responsabilidade c Masashi Kishimoto ; arte Mikiyo Ikemoto ; roteiro Ukyo Kodachi

260 Local de Publicação a Barueri, SP

Editora b Panini Comics

Data de Publicação c 2018

300 Extensão item a 202 p. : il. color.

490 Informação série a Boruto ;

Número de volume/designaçã y 1

500 Notas gerais a O mangá deve ser lido no sentido oriental. A partir do primeiro quadro, siga sempre no sentido direita para a esquerda

500 Notas gerais a O mangá deve ser lido no sentido oriental. A partir do primeiro quadro, siga sempre no sentido direita para a esquerda

520 Nota resumo, etc. a A Guerra Mundial Ninja já se tornou parte do passado e a paz reina na Vila Oculta da Folha. Boruto, filho de Naruto, viv

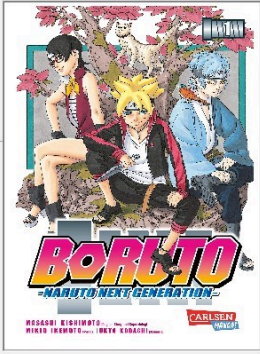
650 Assunto -4 a Literatura japonesa

650 Assunto -4 a Histórias em quadrinhos

Subd. geográfica z Japão

650 Assunto -4 a Ficção de fantasia

902 Área de conhecimento a 008



Fonte: Biblioteca do Campus Gama/IFB (2023).

## ANEXO B - Registro bibliográfico de um gibi

SIABI - Mônica

Planilha MARC

Alterar Duplicar RB Reg.Bib. 33.725 Publica na WEB  Sair

**MARC**

Tipo de Material 07 Periódico Nacional Exemplos

Modelo de Planilha ?

Tipo de Suporte 23 ? Revista NBR-6023

Coleção Especial gb ? Gibiteca F.Catalográfica Nova Coleção Esp.

Help Campos Ldr+008

Editar Imagem da CAPA

Help Tabela CUTTER

Help Formato MARC-21

FMT	Formato	SE
LDR	Lider	00891nam--2200241-a-4504
008	Campos Fixos de Dados	220627c____bra_u1_gr____0000_por_d
022	Nº do ISSN	1_ a 0104-2882
035	No.de Sistema	a 33725
080	Nº clas. CDU	a 741.5
090	Número da Classificação (NF)	a 741.5 MÔNICA
245	Título principal	10 a Mônica
260	Local de Publicação	a São Paulo
	Editora	b Panini Comics
310	Periodicidade atual	a mensal
500	Notas gerais	a Numeração reinicia a partir do início de nova série. n.1(maio 2015)-
650	Assunto	a Histórias em quadrinhos
700	Sec. Pessoa	a Sousa, Maurício de
	Datas associadas	d 1935-
902	Área de conhecimento	a 008

Gravar Planilha Cancelar F3-Expandir Campo F4-Incluir Sub F5- Incluir Campo F6 Excluir Campo Restaura Auditoria Sair

Fonte: Biblioteca do Campus Samambaia/IFB (2023).

## ANEXO C - Registro bibliográfico de um *graphic novels, maxi* e minisséries

» Em busca do tempo perdido / 2004 - Quadrinhos 1036081

MARC:

001 1036081  
 003 BR-BrUNB  
 005 20230228141800.0  
 008 180626s2004 rjba ##6 #000 1#por#d  
 020 \$a 9788571107571 \$z 8571107572 \$q (v. 1)  
 020 \$a 9788571107700 \$z 8571107700X \$q (v. 2)  
 020 \$a 9788571108196 \$z 8571108196 \$q (v. 3)  
 040 \$a BR-BrUNB \$c BR-BrUNB  
 041 1 \$a por \$h fre  
 080 \$a 741.5  
 090 \$a 741.5 \$b H592a \$e =690  
 100 1 \$a Heuet, Stéphane, \$d 1957-  
 240 1 0 \$a À la recherche du temps perdu. \$l Português  
 245 1 0 \$a Em busca do tempo perdido / \$c Marcel Proust ; adaptação e desenhos, Stéphane Heuet ; cores, Véronique Dorey ; tradução e notas, André Telles  
 260 \$a Rio de Janeiro : \$b Zahar, \$c 2004.  
 300 \$a v. : \$b il. ; \$c 29 cm  
 500 \$a Tradução e adaptação de: À la recherche du temps perdu.  
 505 2 \$a v. 1. No caminho de Swann : Combray -- v. 2. À sombra das raparigas em flor (parte I) -- v. 3. À sombra das raparigas em flor (parte II).  
 520 \$a "Adaptação de um clássico da literatura mundial para a linguagem dos quadrinhos, esse volume é uma excelente porta de entrada para a inesquecível experiência de se ler Proust" -- Fornecido pela editora  
 650 0 4 \$a Romance gráfico  
 650 0 4 \$a Histórias em quadrinhos  
 700 1 \$a Proust, Marcel, \$d 1871-1922 \$t À la recherche du temps perdu  
 856 4 \$z Imagem \$u <http://pergamum.bce.unb.br/pergamumweb/vinculos/000014/00001402.jpg>

Fonte: BCE/UnB (2023).

ANEXO D - Registro bibliográfico de um *graphic novels, maxi* e minisséries

## Dom Quixote em quadrinhos

<b>Autores:</b>	<a href="#">Galhardo, Caco</a>
<b>Informações de publicação:</b>	Peirópolis 2005
<b>Data de publicação:</b>	2005
<b>Descrição física:</b>	47 p.
<b>Tipo de publicação:</b>	Book
<b>Tipo de documento:</b>	Directories; Bibliographies
<b>ISBN:</b>	9788575960288
<b>Número de acesso:</b>	fiu.58482TIT
<b>Base de dados:</b>	Catálogo UNICEUB

**Número de chamada**

869.0(81)-7 G155d

Fonte: Biblioteca do UNICEUB (2023).